

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
TECNOLOGIAS E SOCIEDADE (DTECS)

DEBORAH LEMES DO VALE FERREIRA

DESENVOLVIMENTO, EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA:
UM ESTUDO DAS ESCOLAS DO LEGISLATIVO DA REGIÃO GEOGRÁFICA
IMEDIATA DE ITAJUBÁ – MG.

Itajubá\MG

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
TECNOLOGIAS E SOCIEDADE (DTECS)

DEBORAH LEMES DO VALE FERREIRA

**DESENVOLVIMENTO, EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA:
UM ESTUDO DAS ESCOLAS DO LEGISLATIVO DA REGIÃO GEOGRÁFICA
IMEDIATA DE ITAJUBÁ – MG.**

Dissertação apresentada para o Programa de
Pós-graduação em Desenvolvimento,
Tecnologias e Sociedade.
Área de Concentração: Desenvolvimento,
Tecnologias e Sociedade.
Orientador: Prof. Dr. Rogério Rodrigues.

Itajubá\MG

2023

AGRADECIMENTO

Agradeço aos meus pais e meu irmão que sempre foram minha base e meu porto seguro.

Ao meu marido Cristiano, meu maior apoio e melhor companheiro, por todo seu amor e por não me deixar desistir ao me fazer acreditar na minha capacidade quando nem eu mesma acreditava.

Um agradecimento muito especial ao meu filho Davi que esteve comigo durante a maior parte desta pesquisa e me permitiu dividir os cuidados dos seus primeiros meses de vida com a fase final desta pesquisa.

Agradeço aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade por todo aprendizado e companheirismo. Em especial ao Professor Rogério Rodrigues, meu orientador, pela paciência, disponibilidade e preciosos ensinamentos.

Deixo, também, um agradecimento especial àqueles que colaboraram ao participar desta pesquisa por meio de resposta aos questionários.

Por fim, agradeço à Universidade Federal de Itajubá e ao ensino público de qualidade pela oportunidade.

RESUMO

Esta pesquisa é sobre Escolas do Legislativo, com intuito de entender qual o papel das Escolas do Legislativo no incentivo à cidadania e à participação democrática a seu público-alvo num contexto de desenvolvimento que condiciona a cultura política e viabiliza a existência dessas Escolas, na visão dos seus participantes. Essa indagação tem como objetivo analisar a proposta das Escolas do Legislativo de incentivo à democracia e cidadania por meio da promoção de princípios e valores democráticos sob o ponto de vista dos participantes dessas Escolas. A justificativa desta pesquisa se apresenta como uma necessidade de estudar as possibilidades de processos formativos que efetivem uma sociedade democrática e com ampla participação dos sujeitos no campo da política. Em termos metodológicos realizou-se levantamento do estado da arte das Escolas do Legislativo, revisão bibliográfica de autores que discutem a formação política, democracia e o desenvolvimento, bem como aplicação de questionários aos participantes das Escolas do Legislativo da região escolhida para o estudo, qual seja, a região Geográfica Imediata de Itajubá. A pesquisa trouxe relevantes resultados para compreender a formação política em nosso contexto de desenvolvimento e sociedade.

Palavras-chave: Escola do Legislativo – Poder Legislativo – Educação Política – Processos Formativos – Cidadania.

ABSTRACT

This research is about Legislative Schools, with the aim of understanding the role of Legislative Schools in encouraging citizenship and democratic participation among their target audience in a development context that conditions political culture and enables the existence of these Schools, in the view of its participants. This inquiry aims to analyze the proposal of the Legislative Schools to encourage democracy and citizenship through the promotion of democratic principles and values from the point of view of the participants of these Schools. The justification for this research is presented as a need to study the possibilities of training processes that create a democratic society with broad participation of subjects in the field of politics. In methodological terms, a survey of the state of the art of Legislative Schools was carried out, a bibliographic review of authors who discuss political formation, democracy and development, as well as the application of questionnaires to participants in Legislative Schools in the region chosen for the study, which that is, the Immediate Geographic Region of Itajubá. The research brought relevant results to understand political formation in our context of development and society.

Keywords: Legislative School – Legislative Power – Political Education – Training Processes – Citizenship.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Públicos atendidos pelas Escolas do Legislativo estudadas	92
Gráfico 2 - participação posterior nas atividades das Escolas do Legislativo.....	95
Gráfico 3 - Questionamento sobre os mecanismos de incentivo à participação oferecidos pela Escola.....	96
Gráfico 4 - Questionamento sobre o alcance de finalidade obtidos pelas Escolas do Legislativo	96
Gráfico 5 - Questionamento sobre o alcance de finalidade das Escolas do Legislativo	97
Gráfico 6 - Gênero dos participantes das Escolas do Legislativo	98
Gráfico 7 - Renda Mensal dos participantes das Escolas do Legislativo	99
Gráfico 8 - Instituição de ensino frequentada pelo participante	99
Gráfico 9 - Ida à Câmara Municipal antes da participação na Escola do Legislativo..	100
Gráfico 10 - Conhecimento sobre Poder Legislativo antes da Escola do Legislativo..	101
Gráfico 11 - Conhecimento sobre Poder Legislativo após Escola do Legislativo	101
Gráfico 12 - Interesse político antes da Escola do Legislativo.....	102
Gráfico 13 - Interesse político após Escola do Legislativo	102
Gráfico 14 - Entendimento sobre relação entre Poderes após Escola do Legislativo ..	103
Gráfico 15 - Compartilhamento do conhecimento adquirido na Escola do Legislativo	103
Gráfico 16 - Ampliação do interesse por política após Escola do Legislativo.....	104
Gráfico 17 - Opinião sobre importância da Escola do Legislativo.....	104
Gráfico 18 - Opinião sobre alcance de finalidade da Escola do Legislativo.....	105
Gráfico 19 - Opinião sobre alcance de finalidade da Escola do Legislativo.....	105
Gráfico 20 - Pensamento reflexivo após Escola do legislativo	106
Gráfico 21 - Ingenuidade e pensamento crítico após Escola do Legislativo.....	106
Gráfico 22 - Interesse por política antes da Escola do Legislativo	107
Gráfico 23 - Interesse por política após a Escola do Legislativo	108
Gráfico 24 - Motivação para participar da Escola do Legislativo.....	109
Gráfico 25 - Intenção com o conhecimento adquirido na Escola do Legislativo.....	110
Gráfico 26 - Pretensão para escolha dos representantes.....	111

Sumário

1. INTRODUÇÃO – As Escolas do Legislativo num contexto de desenvolvimento que condiciona a política.....	8
2. PERCURSO METODOLÓGICO – O caminho da pesquisa: pensando os contraditórios das Escolas do Legislativo.....	18
2.1. Área de Estudo – O recorte geográfico escolhido para compreender as Escolas do Legislativo.	21
2.2. Procedimentos Metodológicos	26
3. REVISÃO DE LITERATURA – Estado da arte e Escolas do Legislativo: o que já sabemos sobre o tema?	28
4. DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS	40
5. DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA: análise e perspectivas sobre a participação popular na política.	53
5.1. Tendências do Desenvolvimento.....	53
5.2. Desenvolvimento e sua relação com a participação popular.....	62
6. EDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO POLÍTICA E ESCOLAS DO LEGISLATIVO	68
6.1. Conceito: qual a proposta e como funcionam as Escolas do Legislativo?.....	71
6.2. Os contraditórios que envolvem as Escolas do Legislativo	74
7. RESULTADOS – Os dados obtidos com a pesquisa	91
7.1. Questionários para os dirigentes das Escolas do Legislativo	91
7.2. Questionários para os participantes das atividades das Escolas do Legislativo.....	97
8. CONCLUSÕES – As percepções que ficam sobre Escolas do Legislativo.....	112
REFERÊNCIAS	119
APENDICE A - QUESTIONÁRIO PARA OS DIRIGENTES DAS ESCOLAS DO LEGISLATIVO.....	128
APENDICE B - QUESTIONÁRIO PARA OS PARTICIPANTES DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ESCOLAS DO LEGISLATIVO	130

1. INTRODUÇÃO – As Escolas do Legislativo num contexto de desenvolvimento que condiciona a política.

Essa pesquisa se inicia com a preocupação em compreender como a participação democrática dos sujeitos na vida política da sociedade pode se realizar na perspectiva da cidadania, ao se considerar e buscar um desenvolvimento mais sustentável socialmente e ambientalmente equilibrado nas relações de disputa entre os interesses de classes sociais.

Conforme Gonçalves (2009), a democracia “(...) pressupõe abertura, troca, diálogo, debate público. Democracia não se realiza sem participação.” As noções de cidadania e democracia, portanto, se complementam na medida em que a cidadania só é plenamente exercida num governo democrático ao mesmo tempo que a democracia só existe por meio do exercício da cidadania (GONÇALVES, 2009)

A partir desses dados, torna-se importante indicar que a cidadania é essencial para a existência de uma melhor organização social tendo em vista que é por meio dela que os indivíduos podem lutar por melhores condições e exercer um papel ativo no desenvolvimento de uma sociedade.

O conceito de desenvolvimento se transforma ao longo do tempo, mas, de maneira geral, conforme Gilson Batista de Oliveira (2002), deve ser visto como um processo de mudanças econômicas, políticas e sociais que resultam no crescimento transformado para satisfazer as mais diversas necessidades do ser humano.

O desenvolvimento não ocorre de forma espontânea, seu processo é intencional e só pode ser atingido pela atuação eficiente e eficaz de instituições e organizações. Putnam (2006) verificou que o desenvolvimento é maior em regiões onde há grande participação cívica e expôs em sua obra que as regiões economicamente mais adiantadas possuem governos regionais mais eficientes porque nelas há maior participação. Quanto mais intensas as relações associativas e a cultura de participação, portanto, melhor é o desempenho das instituições e mais propício o ambiente para o desenvolvimento, pois:

(...) quando tomamos por base as tradições cívicas e o desenvolvimento socioeconômico registrado no passado para prever o atual desenvolvimento econômico, constatamos que o civismo é na verdade muito melhor prognosticador do desenvolvimento socioeconômico do que o próprio desenvolvimento (PUTNAM, 2006, p. 166).

Sabe-se que de cidadãos com intenso sentimento cívico e participativo esperam-se atitudes e comportamentos positivos em relação ao bem comum. Dificilmente tais cidadãos terão atitudes contrárias ao interesse público ou pouco cívicas tendo em vista que eles possuem consciência de que assim toda a comunidade é prejudicada, inclusive eles (WIRTH e HAMEL, 2006).

Ao contrário, esses cidadãos com sentimento de participação estarão abertos para participar de ações visando beneficiar a comunidade e buscar o desenvolvimento coletivo. Nesse ambiente, condutas de pessoas oportunistas que agem contra o bem-estar social da comunidade serão reprovadas e desprezadas (WIRTH e HAMEL, 2006).

De acordo com Gonçalves (2009), a participação social na vida política é, portanto, fundamental para a cidadania e, conseqüentemente, para a democracia e o desenvolvimento. Diante dessa percepção e ao observar a atividade desempenhada pelas Escolas do Legislativo, é que surge a ideia da pesquisa no sentido de investigar o papel das Escolas do Legislativo no incentivo à cidadania e à participação democrática.

Como minha formação superior foi no curso de Direito na Universidade Federal de Ouro Preto (2004-2009) sempre estive absorvida por temas como democracia, participação e política. O fato de ser servidora do Poder Legislativo Municipal me deu oportunidade de conhecer o trabalho desempenhado pelas Escolas do Legislativo e, inclusive, trabalhar por alguns anos em uma dessas Escolas.

Como coordenadora de projetos de educação para cidadania como Câmara Jovem e Parlamento Jovem na Escola do Legislativo onde atuei, tive contato próximo com a educação para a cidadania e como as Escolas do Legislativo atuam nesse sentido. Com as observações realizadas e as impressões que me marcaram durante esse tempo, surge o interesse pelos temas educacionais e a motivação de estudar um pouco mais profundamente esses ambientes surgidos no âmbito do Poder Legislativo.

Ao me dedicar ao estudo do desenvolvimento e da sociedade, essa vontade se intensifica e resulta nessa pesquisa que busca analisar todos esses temas que estão profundamente relacionados: democracia, cidadania, política, sociedade, desenvolvimento, educação.

Infelizmente, conforme Gonçalves (2009), está enraizada na população brasileira a descrença no potencial e viabilidade de se alcançar mudanças por meio da política e dos políticos e isso tem a ver com a concepção de mundo e de sociedade dos indivíduos e da coletividade em que:

(...) a história política, que tem privilegiado, sobretudo, a desmobilização e o não-envolvimento político dos cidadãos na esfera pública, tudo isso em nome de interesses de poucos, agravado ainda mais pela relação que a população comumente faz entre a política e a corrupção (ARAÚJO, 2012, p. 250)

A concepção de mundo se constitui por conhecimentos e posicionamentos sobre a sociedade, a vida e as pessoas. Essa concepção de mundo não é, necessariamente, tomada pelos indivíduos por meio de uma análise consciente, podendo surgir de modo espontâneo e incoerente. Algumas dessas crenças podem ser muito fortes e de difícil superação (MARSIGLIA; MARTINS, 2015).

Apesar dessa visão de mundo, aparentemente sem política e sem representantes políticos não há democracia, e aí ocorre um paradoxo já que temos eleitores que em grande parte não se sentem representados. Mesmo assim, o que devemos compreender é que a democracia não acontece de modo espontâneo, sem participação popular, ela necessita do debate público para existir (GONÇALVES, 2009).

Ao fazer uma análise histórica do processo de aquisição de direitos pela sociedade brasileira, Silva (2019) expõe sua percepção de que essa visão de mundo, enraizada em nossa sociedade, está relacionada à história do nosso país, a qual privilegia o não envolvimento político dos cidadãos na esfera pública, isto é, temos uma cultura de não participação que muitas vezes se apresenta como tática de governo. De acordo com a autora:

No contexto brasileiro, a relação entre Estado e sociedade é historicamente marcada por desequilíbrios de forças e pela dominação de classes. O exercício da cidadania no Brasil sempre esbarrou em barreiras estruturais de poder, verdadeiros desafios na busca da consolidação de direitos e de sobrevivência na sociedade democrática (SILVA, 2019, p. 07).

Antes de chegarmos num contexto de estabilidade democrática tivemos um longo processo histórico de conquista de direitos no país que se inicia no Período Colonial (entre o século XVI e o início do século XIX) com a exploração do latifúndio monocultor por meio da utilização de mão de obra escrava. Após, passa por um período de existência de direitos políticos apenas no papel, entre a Independência do Brasil (1822) e o fim da Primeira República (1889 a 1930), para depois percorrer uma época de concessão de direitos sociais pelo Estado brasileiro, num processo com pouca participação popular durante a Revolução de 1930 e a era Vargas (1930 a 1945). Chegando, então, ao despertar da sociedade civil durante a ditadura militar (1964 a 1985) que possibilitou o

reestabelecimento da democracia no país e implantação de mecanismos de participação com a Constituição Federal de 1988 (SILVA, 2019).

O declínio no interesse pela política indica a perda da cultura política uma vez que as decisões da coisa pública ficam alheias ao clamor da população. Entretanto, isso não acontece apenas devido à falta de motivação pela coisa pública, mas, também, pela falta de recursos para a mobilização e a participação, o que se constitui no jogo político (CASTRO, 2008).

O Poder Legislativo é instituição central para o funcionamento da democracia já que garante a representação, a participação e o debate público. Não obstante enfrenta hoje uma grave crise no Brasil com o desgaste de sua imagem perante a população que julga só haver interesses privados sendo defendidos e debatidos pelos parlamentares. Observamos hoje uma dualidade que se encontra de um lado o amor na identificação plena e de outro lado o ódio à política e aos políticos.

Arendt aponta o declínio da esfera pública diante da ascensão da esfera privada ressaltando a importância da esfera pública como ambiente político onde acontecem discussões coletivas de interesse público e não como local de debate e defesa de interesses privados (ARENDR, 2007).

Podemos entender, portanto, conforme Cosson (2015), o Parlamento como centro irradiador da vida política com função de assegurar o funcionamento democrático de um Estado. Nesse sentido, é que o Poder Legislativo deve também atuar na educação para a democracia além de suas outras funções.

Na nossa estrutura de Estado Democrático de Direito o ambiente escolhido para a participação foi o Poder Legislativo, mas não podemos ter um Legislativo eficaz se as decisões não são baseadas em participação e intensa discussão de toda a sociedade.

O Parlamento é o espaço onde a representação política acontece. A democracia que ignora a importância política do Legislativo e do debate público pode abrir espaço para o fortalecimento de sistemas autoritários ou mesmo para a formação de um estado de exceção, colocando em risco o próprio Estado Democrático de Direito. Nesse contexto, é necessário envidar esforços para reconstruir o ambiente político fortalecendo a democracia (GONÇALVES, 2009).

Nas palavras de Marques Júnior (2009, p. 83), a “(...) centralidade do Poder Legislativo no contexto de organização e funcionamento da democracia o caracteriza também como o mais aberto e permeável entre os órgãos que compõem a estrutura do Estado”. Esse papel central do Legislativo no funcionamento da democracia gera um

potencial de produção de conhecimento baseado na contribuição dos diversos setores da sociedade (MARQUES, 2009).

De acordo com Ribeiro (2011), do processo legislativo decorre, além das normas, um conhecimento que baseia e justifica a educação legislativa, dessa maneira, os servidores do Poder Legislativo, com essa experiência, estariam capacitados para sua transmissão e para a formação de cidadãos com pensamento inovador e crítico sobre os conceitos políticos e intensa vontade de participação (RIBEIRO, 2011).

Dentro deste contexto de baixa participação política, existe a necessidade de novas abordagens para envolver os cidadãos nas atividades participativas. A desilusão com as instituições da democracia representativa tem levado os indivíduos a buscar novos movimentos como alternativa informal de mobilização. O que se percebe, então, não é o desinteresse pela política, é o desinteresse pelo modo como essa atividade é realizada e quem a realiza (NORRIS, 2004).

A compreensão da política como uma ação pública, no entanto, é fundamental e a percepção da importância da participação social no processo político é cada vez mais debatida, ganhando destaque a ideia de que a eficiência das políticas públicas só pode ser alcançada por meio da participação efetiva da sociedade civil nas diversas etapas de sua implementação e execução.

É importante, assim, a passagem de uma democracia representativa baseada apenas no exercício do voto para uma democracia efetivamente participativa. Nas palavras de Ladislau Dowbor (2016):

Essa visão está evoluindo gradualmente para a compreensão de que as comunidades estão simplesmente aprendendo a participar da organização do seu espaço de vida, e de que o processo está mudando profundamente a forma como nos organizamos como sociedade, na medida em que assegura a transição de uma democracia representativa, exercida a cada quatro anos na boca da urna, para uma democracia participativa e permanente (DOWBOR, 2016, p. 32).

Nesse cenário, surgem as Escolas do Legislativo, durante a Nova República, mais especificamente em 1992, com a iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, seguida por várias outras casas legislativas. Conforme Marques Júnior:

Importante registrar que, a despeito de só em 1998, por meio da Emenda nº 19, ter-se instituído a previsão constitucional de existência de “escolas de governo” no âmbito da União, dos Estados e do Distrito Federal, as “escolas do legislativo” existem desde 1992, a partir de uma iniciativa pioneira da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A partir do exemplo e do

modelo de Minas Gerais, várias outras casas legislativas do País, tanto em nível federal quanto estadual, passaram, especialmente nos últimos dez anos, a instituir, a ampliar e a consolidar as próprias “escolas do legislativo”. Esse movimento ganhou reforço significativo com a criação, em 2003, da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo – ABEL, que, além de congrega também as escolas dos Tribunais de Contas da União e dos estados, contribuiu para a disseminação dessa iniciativa junto a todos os parlamentos estaduais e, mais recentemente, junto às câmaras municipais, principalmente aquelas das capitais ou de municípios de médio e grande porte espalhados pelo País (MARQUES JR, 2009, p. 85).

As Escolas do Legislativo pretendem oferecer formação política, bem como ampliar e incentivar a participação popular. Tais espaços não são destinados apenas à formação e aprimoramento de servidores, mas, também, à educação política e legislativa, isto é, a difusão dos conhecimentos e questões próprias da política e do Parlamento.

Entre as atribuições propostas por estas Escolas está a construção de capacidades e competências exigidas dos nossos representantes para o adequado funcionamento da democracia de forma partidária por um processo educativo que considera as peculiaridades do Legislativo (RIBEIRO, 2011).

Como expôs Marques (2009), vivenciamos um processo de valorização das Escolas do Legislativo como espaços destinados ao exercício da educação para a democracia. Tais escolas se propõem a missão de conscientização quanto a importância da representação e da participação política para a existência da democracia e manutenção do Estado Democrático de Direito (MARQUES, 2009).

Não basta apenas fornecer informação por meio da tecnologia, é necessário que o cidadão tenha capacidade e condições para acessar, compreender e usar tais informações, o que é possível por meio da educação. Informação e educação, portanto, se complementam para o adequado funcionamento da democracia, podendo ser, dessa maneira, as Escolas do Legislativo, ao exercer a função de formação política, um instrumento que pode contribuir para uma sociedade mais participativa (MARQUES, 2009).

As Escolas do Legislativo propõem como objetivo oferecer atividades formativas àqueles que desejam entender o funcionamento do Poder Legislativo e da política, de forma a envolver todos os grupos da sociedade na discussão e promover interação e debate entre eles. Entre as diversas atividades desenvolvidas estão cursos, seminários, palestras e atividades simuladas, cabendo destacar as práticas de iniciação das novas gerações ao processo legislativo e político desenvolvidas por meio de discussão

sobre temas atuais e diversos, como as experiências de Parlamento Jovem, Câmara Jovem e Câmara Mirim (RIBEIRO, 2011).

Marques (2009) defende que essas ações e programas buscam muito além de um simples aprendizado, buscam a apropriação de práticas, conhecimentos e valores essenciais à vida política e à democracia como um processo contínuo que, em longo prazo, pode vir a provocar uma verdadeira mudança na cultura participativa de nosso país. Nas palavras do autor:

(...) essas ações e programas devem buscar, mais que um simples aprendizado, a verdadeira apropriação de práticas, conhecimentos e valores essenciais à vida política e à democracia; e, finalmente, de que a educação para a democracia precisa ser um processo contínuo e concatenado, que tenha como finalidade, a longo prazo, uma verdadeira mudança de culturas, posturas e mentalidades (MARQUES JR, 2009, p. 81).

Um outro aspecto interessante na proposta das Escolas do Legislativo é a possibilidade de promover um espaço de interação entre vários segmentos da sociedade, uma vez que em programas como o Câmara Mirim, Câmara Jovem e Parlamento Jovem a oferta de participação é direcionada à alunos de todos os tipos de instituições de ensino e classes sociais, o que promove o encontro entre diferenças e a oportunidade de distintas realidades conversarem.

Ao analisarmos o problema da precarização da cultura política no Brasil e a proposição da Escola do Legislativo, a questão que se propôs investigar, portanto, está relacionada aos limites que ocorrem nessa intervenção escolar diante do fato de que o cidadão hoje é mero expectador da política apresentada pela mídia, se limitando a apenas assistir aquilo que é apresentado, sem debater, sem argumentar e sem participar. A discussão e o debate passam a ser mera formalidade, os representantes se preocupam em negociar interesses privados ao invés de produzir uma discussão política (GONÇALVES, 2009).

É importante, no entanto, como já dito, a participação popular para que existam instituições e governos mais eficientes e, conseqüentemente, um ambiente mais favorável ao desenvolvimento e diminuição das desigualdades sociais. Putnam (2006) concluiu que a participação cívica é a chave do sucesso de uma região. Desenvolvimento e participação cívica são, assim, situações diretamente proporcionais, sendo notório que o engajamento popular é consideravelmente maior nas regiões economicamente mais avançadas (PUTNAM, 2006).

As práticas de participação popular, dessa maneira, são essenciais para o desenvolvimento ao mesmo tempo que facilitam a inclusão social. A intensidade de participação da sociedade reflete diretamente no funcionamento das instituições e, conseqüentemente, no seu grau de desenvolvimento daí a importância de incentivar práticas sociais que despertem o gosto pela participação nas pessoas (WIRTH e HAMEL, 2006).

Oferecer educação política é um passo para demonstrar a importância da participação na luta pelo combate das desigualdades sociais e busca pelo desenvolvimento. Dessa maneira, torna-se imprescindível trabalhar para que o maior número de pessoas se integre em atividades cívicas de forma que possam aprimorar a sua cultura participativa, tão necessária para a convivência democrática.

As Escolas Legislativas, por um lado, enquanto possível tecnologia social de formação política e participação popular, poderiam contribuir de alguma forma para o resgate de uma sociedade que reconheça a importância da política, do debate público e do poder local. Poderiam contribuir nesse sentido ao desenvolver um trabalho permanente de formação política da própria sociedade, construindo democracia e contribuindo para o aperfeiçoamento da cidadania participativa bem como da atividade legislativa.

É importante analisar as Escolas do Legislativo por essa perspectiva de educação libertadora e transformadora de Paulo Freire (1996). Por outro lado, no entanto, considerando suas atividades de incentivo à participação política, é relevante analisar e pesquisar as Escolas do Legislativo num contexto onde todas as instituições estão interligadas por um discurso dominante que ressalta as desigualdades. É relevante pensar elementos conjunturais que influenciam o processo de governança e a escolha de representantes bem como analisar se a Escola do Legislativo pode atuar na imposição da violência simbólica considerando que todo discurso de convencimento se apresenta como forma de dominação no campo da violência simbólica em que:

(...) as relações de força entre os grupos ou as classes constitutivas de uma formação estão na base do poder arbitrário que é a condição da instauração de uma relação de comunicação pedagógica, isto é, da imposição e da inculcação de um arbitrário cultural segundo um modo arbitrário de imposição e inculcação (educação). (BORDIEU e PASSERON, 1992, p. 21).

É relevante, assim, entender se tais Escolas, de fato, podem contribuir para a construção de uma sociedade mais participativa com instituições públicas mais eficientes, propiciando, assim, um ambiente favorável ao desenvolvimento que considere as

peculiaridades locais, as necessidades ambientais e contribua para diminuir as desigualdades sociais. Não é possível pensar em desenvolvimento numa sociedade que ignore a destruição da natureza e as mazelas enfrentadas pela maior parte da população, a qual perde parte de seus Direitos que constituem o campo da cidadania.

Nesse contexto, o presente trabalho busca pela análise da proposta das Escolas do Legislativo responder a seguinte indagação: **Na visão de seus participantes, qual o papel das Escolas do Legislativo no incentivo à cidadania e à participação democrática a seu público-alvo num contexto de desenvolvimento que condiciona a cultura política e viabiliza a existência dessas Escolas?** Essa indagação tem como objetivo analisar a proposta das Escolas do Legislativo de incentivo à democracia e cidadania por meio da promoção de princípios e valores democráticos sob o ponto de vista dos participantes dessas Escolas.

A principal contribuição da presente proposta, portanto, será analisar a cultura de participação em nossa sociedade buscando entender se a nova função educativa desempenhada pelo Poder Legislativo por meio das Escolas do Legislativo se efetiva enquanto transmissora de conceitos democráticos e pode, assim, aumentar a participação política e o sentimento cívico colaborando para o desenvolvimento enquanto elemento estruturante da sociedade.

Esses questionamentos surgem a partir de várias outras indagações que surgem na mente da pesquisadora ao observar as atividades das Escolas do Legislativo e estudar temas relacionados ao desenvolvimento e à sociedade. Indagações essas que tentaremos abordar ao longo deste estudo, buscando entender se as Escolas do Legislativo atuam mais num campo de transmissão de conceitos, ou seja, de ensino transmissivo ou se atuam efetivamente gerando um pensamento mais reflexivo de forma que possa gerar uma mudança mais permanente e profunda de nossa sociedade.

Buscando entender, também, se essas Escolas seriam, assim como outros ambientes educacionais, reprodutores de nosso modelo excludente de sociedade e imposição do pensamento hegemônico ou se seriam, assim como os movimentos sociais, locais de formação política.

Para responder referidas indagações, essa pesquisa fala sobre educação legislativa considerando a questão do desenvolvimento social. Por uma questão logística de não conseguir abranger a totalidade do objeto de estudo e necessitar definir um recorte físico, analisamos as Escolas do Legislativo da Região Geográfica Imediata de Itajubá.

Abordamos o descrito sob o olhar de autores como Paulo Freire, Bordieu e Passeron, Bobbio, Marilena Chauí, Ladislau Dowbor, Putnam, entre vários outros que abordam temas relacionados à democracia, participação, movimentos sociais, educação, política e desenvolvimento.

Inicialmente fizemos uma revisão bibliográfica a fim de saber o que já foi pesquisado e concluído sobre as Escolas do Legislativo para depois entrar em uma discussão teórica baseada em diversos autores sobre os temas debatidos. Por fim, aplicamos questionários aos participantes e dirigentes das Escolas do Legislativo visando descobrir sua opinião sobre as atividades dessas escolas e analisamos os resultados obtidos sob o olhar dos autores anteriormente analisados.

Após o primeiro capítulo introdutório e o segundo capítulo que demonstra o percurso metodológico, buscamos no terceiro capítulo trazer uma revisão de literatura sobre o tema tratado, qual seja Escola do Legislativo em sua função de educação para democracia, com a finalidade de mostrar ao leitor o que já se estudou e o que já se conhece sobre o assunto.

O quarto capítulo, por sua vez, busca discutir temas importantes para o desenvolvimento deste estudo buscando relacionar democracia e participação bem como falar sobre os movimentos sociais e sua importância para a democracia.

Já no quinto capítulo, tratamos sobre o desenvolvimento e a participação democrática e a correlação entre tais temas, visando mostrar as diferentes nuances do termo desenvolvimento e suas diversas configurações ao longo da história bem como trazer o pensamento de diversos autores que defendem a importância da participação popular na política para propiciar um ambiente mais propício ao desenvolvimento.

No sexto capítulo a pesquisa aborda um pouco sobre a perspectiva da educação libertadora, emancipadora e entra no conceito de Escolas do Legislativo e educação política, buscando discutir os contraditórios que perpassam esses ambientes educacionais inseridos no âmbito do Poder Legislativo.

No sétimo capítulo, por sua vez, são trazidos os resultados obtidos pela pesquisa realizada no campo empírico. Aqui é importante explicar que esta é uma pesquisa qualitativa, mas que precisou de alguns dados quantitativos de forma a auxiliar no entendimento de algumas questões, o que não desconfigura seu caráter qualitativo como demonstraremos no capítulo destinado ao processo metodológico.

Por fim, no oitavo e último capítulo, são expostas as conclusões obtidas com base em todo o estudo realizado.

2. PERCURSO METODOLÓGICO – O caminho da pesquisa: pensando os contraditórios das Escolas do Legislativo.

A ideia inicial dessa pesquisa e do tema abordado surge com a experiência vivenciada pela pesquisadora enquanto servidora do Poder Legislativo Municipal ao atuar diretamente na Escola do Legislativo como coordenadora de seus projetos de educação para cidadania.

Durante esse período, a pesquisadora teve oportunidade de estar em contato com diversos dirigentes de Escolas do Legislativo de todo o país e passou a observar o grande entusiasmo que cercava todos eles quanto aos efeitos dos trabalhos das Escolas. Além disso, ao acompanhar os projetos onde trabalhava diariamente e diretamente a pesquisadora pôde sentir que o trabalho ali desempenhado era bastante especial no sentido de incentivar a participação política da população e de mostrar a função e o trabalho do Poder Legislativo, surgindo a indagação se esse seria um pequeno passo para uma mudança da sociedade.

Com isso em mente, e já conhecendo o Programa Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, a pesquisadora passou a estudar mais sobre as questões sociais e sobre o conceito de desenvolvimento percebendo que referido Programa estava bastante relacionado ao seu interesse e àquele assunto que tanto despertou sua curiosidade sobre as Escolas do Legislativo e sua atuação na educação para a cidadania.

A partir daí a pesquisadora se envolve cada vez mais com o estudo destes temas e tem início o processo metodológico desse estudo, com a construção do projeto de pesquisa e aprovação no Programa Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá.

Ao longo do aprendizado no Programa de Mestrado, a pesquisadora percebe com mais intensidade a forte relação entre os temas ali tratados e a análise das Escolas do Legislativo, especialmente no que se refere à sua função de educação para a cidadania.

A metodologia tem como objetivo descrever o caminho percorrido no desenvolver da pesquisa, demonstrando os procedimentos e as ferramentas usadas, ou seja, a metodologia consiste na forma e nos instrumentos de se fazer ciência.

Quanto aos seus objetivos, a pesquisa será exploratória porque buscará aperfeiçoar ideias e maior aproximação com o objeto de pesquisa que, possivelmente, está sendo investigado pela primeira vez com a abordagem e recorte que aqui se propõe tendo em vista que não foram encontrados nas pesquisas bibliográficas, até o momento,

estudos sobre as atividades desenvolvidas pelas Escolas do Legislativo da região apontada e os seus impactos em seus participantes.

De acordo com Gil (2002), a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema de forma a torná-lo mais explícito ou constituir hipóteses tendo como objetivo central o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

A pesquisa será, ainda, descritiva pois perceberá o contexto social e político atual bem como terá como objetivo estudar as características de um grupo. Conforme Gil (2002), a pesquisa descritiva possui como objetivo principal a descrição das características de um determinado fenômeno ou de uma determinada população.

Quanto à abordagem, a pesquisa será quantitativa e qualitativa porque trabalhará em parte com uma percepção da realidade que não é possível ou não se deve quantificar e em outra parte com uma percepção da realidade que é possível quantificar. A análise qualitativa, de acordo com Antônio Carlos Gil:

(...) é menos formal do que a análise quantitativa, pois nesta última seus passos podem ser definidos de maneira relativamente simples. A análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório. (GIL, 2002, p. 133)

Importante esclarecer que essa pesquisa necessitou de alguns dados quantitativos para entender melhor a realidade, mas isso não fez com que perdesse seu caráter qualitativo, sendo que a utilização de uma abordagem não exclui necessariamente a outra.

Por meio dessa pesquisa busca-se analisar o papel das Escolas do Legislativo no incentivo à cidadania e à participação por meio da promoção de princípios e valores democráticos a seu público-alvo, utilizando um estudo das Escolas do Legislativo na Região Geográfica Imediata de Itajubá.

Os objetivos e metas específicas que nortearam essa pesquisa foram os seguintes:

- a) Investigar sobre o conceito de educação para a cidadania proposto pelas Escolas do Legislativo por meio da análise do funcionamento das Escolas da região geográfica apontada e dos projetos ofertadas pelas mesmas;
- b) Identificar o perfil dos participantes dessas Escolas do Legislativo buscando entender como isso influencia em sua funcionalidade e resultados;

c) Compreender a influência dessas atividades nos estudantes avaliando se após sua participação eles acreditam passar a conhecer mais sobre política e dar maior importância à participação política.

Para o desenvolvimento da pesquisa, esteve presente a interdisciplinaridade, a qual visa a integração entre disciplinas diversas para análise de problemas complexos que não encontram resposta somente em uma única disciplina. Na atualidade, a maior parte dos objetos e problemas de pesquisa não se esgotam pela análise de uma única abordagem científica, de um único recorte disciplinar. Daí a relevância em aderir a prática da interdisciplinaridade, que implica, mais fundamentalmente, a adoção de uma nova postura intelectual em face da natureza complexa dos problemas com os quais os cientistas contemporâneos se confrontam (RAYNAUT, 2011).

O conhecimento disciplinar dividiu o todo em várias partes que se conectam, abordando o conhecimento de forma fragmentada. O intuito da interdisciplinaridade é reconectar essas partes com a percepção de que o todo é mais do que a simples soma dessas partes. A ideia é reconectar essas partes a partir do que lhes é comum, do diálogo entre as diversas áreas do conhecimento para nos aproximarmos melhor da realidade.

É relevante esclarecer que não devemos julgar como negativa a perspectiva disciplinar. O aprendizado de forma disciplinar surgiu em virtude da necessidade de explicar a realidade de forma mais específica e para facilitar o ensino, ele nos ajudou a chegar até o ponto do conhecimento onde estamos, mas as demandas atuais são mais complexas e exigem uma abordagem diferente sob a ótica de diversos campos do conhecimento.

Não devemos, ainda, abandonar o recorte disciplinar, pelo contrário, é preciso valorizar as disciplinas quando buscamos a interdisciplinaridade. Devemos conhecer as limitações de nossa disciplina e nos valer das competências de cada especialidade atuando em seu próprio campo, ao mesmo tempo, que acolhemos as outras disciplinas para trocar o conhecimento fragmentado por um conhecimento mais global.

Conforme coloca Raynaut (2011), na ciência, teorias e metodologias têm caráter provisório, uma vez que o surgimento de alternativas vai tornando as anteriores obsoletas. O momento que passamos hoje de reconstrução radical apela por novos paradigmas, novas categorias de pensamento, novas metodologias de pesquisa e novas formas de ensino (RAYNAUT, 2011)

A pesquisa que pretendo realizar carrega consigo esse aspecto que vem ganhando notoriedade e representa uma transição do processo de construção do

pensamento científico: a necessidade de se incorporar a interdisciplinaridade como instrumento conceitual e metodológico no desenvolvimento e aplicação de pesquisas.

No que se refere à complexidade da pesquisa pretendida, cabe pensar que para entender qual a relação entre desenvolvimento e participação democrática que viabiliza o surgimento e a existência das Escolas do Legislativo deveremos fazer uma análise do desenvolvimento integral da sociedade.

Nesse sentido será preciso pensar em diversas questões que trazem complexidade ao debate. A democracia e cidadania, como defendeu Silva (2021), é um tema que exige reflexões interdisciplinares que possam fomentar uma reflexão crítica da sociedade em seus diferentes momentos históricos e sobre diversos pontos de vistas.

Ao utilizar a interdisciplinaridade na pesquisa, pretendo dialogar e fazer caminhar juntos alguns campos de pesquisa que se tornam essenciais para o debate, entre eles: desenvolvimento; filosofia; políticas públicas; educação; sociologia; direito; história; ciência política.

A conexão entre todas essas áreas, e talvez outras que apareçam ao longo do processo, deverá ser considerada para que se chegue a uma visão mais global e mais próxima da realidade tendo em vista a complexidade do assunto.

Entendemos que é relevante a vontade de se abrir para outras perspectivas e questionamentos sendo essa uma chave para acessar e construir uma cultura científica interdisciplinar. A confrontação com outros campos disciplinares, outros questionamentos, trata-se de um incentivo para renovar o olhar sobre sua própria área, bem como reconhecer os limites de cada uma e os desafios que se colocam diante dos mesmos.

Dessa maneira, com o apoio de vários campos do conhecimento científico é que abordaremos a complexidade do tema que se pretende analisar.

2.1. Área de Estudo – O recorte geográfico escolhido para compreender as Escolas do Legislativo.

A Região Geográfica Imediata de Itajubá, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017), tem uma população estimada em 205.097 (duzentos e noventa e cinco mil e noventa e sete) pessoas em julho de 2017, sendo composta pelos seguintes municípios: Brasópolis – 14.889 habitantes; Conceição das Pedras (2.858 habitantes); Delfim Moreira (8.205 habitantes); Gonçalves (4.410

habitantes); Itajubá (97.000 habitantes); Maria da Fé (14.448 habitantes); Marmelópolis (2.900 habitantes); Paraisópolis (20.983 habitantes); Pedralva (11.570 habitantes); Piranguçu (5.514 habitantes); Piranguinho (8.597 habitantes); São José do Alegre (4.228 habitantes); Sapucaí-Mirim (6.850 habitantes) e Wenceslau Braz (2.615 habitantes).

A divisão regional do país em Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas realizada pelo IBGE em 2017 buscou atualizar a compreensão da realidade territorial e a diferenciação interna do território brasileiro diante das mudanças econômicas, demográficas, políticas e ambientais ocorridos nas últimas décadas (IBGE, 2017).

A Região Geográfica Imediata de Itajubá foi eleita como objeto do presente estudo por ser o local de residência da pesquisadora bem como por mostrar uma pequena parcela da realidade do interior do estado e país tendo, assim, o potencial de demonstrar o alcance das Escolas do Legislativo em pequenas e médias cidades.

Diante de uma análise da legislação disponível nos municípios, verificou-se que apenas quatro dos catorze municípios referidos possuem Escola do Legislativo legalmente instaurada, quais sejam: Itajubá (Resolução nº 946\2013); Maria da Fé (Resolução nº 02\2017); Marmelópolis (Resolução nº 04\2017); e, Paraisópolis (Resolução nº 350\2017).

Além disso, em contato telefônico estabelecido com as Câmaras Municipais dos demais municípios em março de 2023 foi confirmada a informação de que os outros municípios da região não possuem Escolas do Legislativo.

A Câmara Municipal de Brasópolis informou que, embora não tenha Escola do Legislativo, já participou do Projeto Parlamento Jovem em parceria com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, mas nos últimos dois anos não participou em razão da pandemia de COVID-19.

A Câmara Municipal de Wenceslau Braz informou que está participando pela primeira vez do Projeto Parlamento Jovem em parceria com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais agora no ano de 2023, sendo esse um primeiro passo na intenção de criação da Escola do Legislativo, mas nada ainda concreto e formalizado.

As Câmaras Municipais de outros municípios, como Pedralva, Piranguçu e Piranguinho, informaram existir vontade de desenvolver Escolas do Legislativo e intenção de futura criação, mas ainda não tiveram sucesso nesse objetivo em razão da falta de estrutura para tal no momento.

As Câmaras Municipais de Gonçalves e de São José do Alegre informaram que já tentaram desenvolver projetos no mesmo sentido que as Escolas do Legislativo desenvolvem, porém não conseguiram manter esses projetos e hoje já não acontecem mais. A Câmara de Gonçalves manifestou que tais projetos tiveram fim por causa da pandemia e a Câmara de São José do Alegre não soube apontar os motivos para o encerramento dos projetos.

Pensando agora para as Câmaras Municipais do recorte geográfico escolhido que possuem Escolas do Legislativo legalmente instauradas, a Escola do Legislativo Professora Eraídes Rabelo da Câmara Municipal de Itajubá foi criada por meio da Resolução nº 946, de 17 de julho 2013, e possui como atribuições: “I - capacitar agentes políticos e servidores públicos em assuntos de interesse político-institucional, bem como promover a realização de cursos de ambientação aos novos Vereadores e assessores parlamentares no início de cada Legislatura; II - desenvolver ações que visem à aproximação da sociedade ao parlamento municipal, principalmente a comunidade estudantil, como forma de colaborar com a realização de atividades parlamentares e políticas; III - manter atividades de cooperação e intercâmbio com o Poder Legislativo em seus diversos níveis no Brasil, e com instituições de ensino e de pesquisa, escolas e universidades, propiciando, entre outras atividades conjuntas, a participação de parlamentares, servidores e agentes políticos em treinamentos à distância e a realização de cursos de capacitação técnica; IV - estimular a pesquisa técnico-acadêmica voltada às atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal de Itajubá, em cooperação com outras instituições de ensino; V - incentivar, por meio do Memorial da Câmara, a realização, a elaboração e o desenvolvimento de projetos na área da história e memória política do Município de Itajubá” (ITAJUBÁ, 2013).

Em contato estabelecido com a Escola do Legislativo de Itajubá em março de 2023 tivemos confirmação da existência da Escola e de trabalhos que vem sendo desenvolvidos. Solicitamos, assim, a participação na presente pesquisa e recebemos resposta afirmativa bem como respostas aos questionários enviados.

A Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Maria da Fé foi criada por meio da Resolução nº 02, de 19 de janeiro de 2017, com os seguintes objetivos: “I - promover e estimular a capacitação política e técnica, de forma continuada, de agentes políticos e servidores públicos em assuntos de interesse político-institucional; II - promover a realização de cursos de ambientação aos novos vereadores, diretores e assessores parlamentares no início de cada Legislatura; III - oferecer aos servidores e aos

profissionais terceirizados conhecimentos básicos para o exercício de funções diversas dentro do Legislativo e fora dele, quando em atividades voltadas para o público ao qual servem; IV - qualificar os servidores nas atividades de suporte técnico-administrativo ampliando a sua formação em assuntos legislativos; V - desenvolver ações de educação para a cidadania, visando a aproximação da sociedade ao parlamento municipal, principalmente a comunidade estudantil, como forma de colaborar com a realização de atividades parlamentares e políticas; VI - desenvolver programas e atividades específicas objetivando a formação e a qualificação de lideranças comunitárias e políticas; VII - estimular a pesquisa técnico-acadêmica voltada ao Legislativo, em cooperação com outras instituições públicas e/ou privadas; VIII - planejar e organizar eventos sobre temas de repercussão na sociedade que contribuam para a educação política e o aprimoramento da prática legislativa; IX - integrar o Programa INTERLEGIS do Senado Federal, propiciando a participação de vereadores e servidores em videoconferências e treinamentos a distância; X - manter atividades de cooperação e intercâmbio com o Poder Legislativo em seus diversos níveis no Brasil, e com instituições de ensino e de pesquisa, escolas e universidades, propiciando, entre outras atividades conjuntas, a participação de parlamentares, servidores e agentes políticos em treinamentos a distância e a realização de cursos de capacitação técnica; XI - ser agente de capacitação de vereadores e servidores de outras câmaras municipais e instituições, no cumprimento de compromissos firmados com instituições parceiras; XII - desenvolver as ações do Memorial da Câmara e incentivar a realização, a elaboração e o desenvolvimento de projetos na área da história e memória política do Município de Maria da Fé; XIII - manter uma biblioteca legislativa com um banco de informações e referências bibliográficas (publicações, teses, monografias, dissertações, entre outros) que tratem de questões e assuntos atinentes à política e legislação brasileira.” (MARIA DA FÉ, 2017).

Em março de 2023 estabelecemos contato com a Escola do Legislativo de Maria da Fé e confirmou-se a existência e funcionamento da Escola, por isso, solicitamos a participação no presente estudo e obtivemos resposta afirmativa. Como resposta aos questionários observamos resposta apenas do dirigente da Escola de Maria da Fé, sem nenhuma resposta dos participantes, muito embora tenhamos realizado novos contatos com a direção da respectiva Escola solicitando aos seus alunos responder os questionários.

A Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Marmelópolis foi criada por meio da Resolução nº 04 de 2017. Assim como fizemos com as demais Escolas,

estabelecemos contato telefônico em março de 2023 e foi confirmada a existência e funcionamento da Escola do Legislativo de Marmelópolis por meio da participação no Projeto Parlamento Jovem, no entanto, apesar de confirmada a participação dessa Escola na pesquisa não recebemos nenhuma resposta aos questionários encaminhados. Realizamos outros contatos reiterando o pedido de participação e resposta aos questionários em abril de 2023, porém continuamos sem receber nenhuma resposta.

A Escola do legislativo da Câmara Municipal de Paraisópolis, por fim, foi criada por meio da Resolução nº 350, de 11 de outubro de 2017, que propõe como seus objetivos: “I - promover e estimular a capacitação política e técnica, de forma continuada, de agentes políticos e servidores públicos em assuntos de interesse político institucional; II - promover a realização de cursos de ambientação aos novos vereadores, diretores e servidores no início de cada Legislatura; III - oferecer aos servidores conhecimentos básicos para o exercício de funções diversas dentro do Legislativo e fora dele, quando em atividades voltadas para o público ao qual servem; IV - qualificar os servidores nas atividades de suporte técnico-administrativo ampliando a sua formação em assuntos legislativos; V - desenvolver ações de educação para a cidadania, visando a aproximação da sociedade ao parlamento municipal, principalmente a comunidade estudantil, como forma de colaborar com a realização de atividades parlamentares e políticas; VI - desenvolver programas e atividades específicas objetivando a formação e a qualificação de lideranças comunitárias, políticas, servidores públicos, estudantes e sociedade civil; VII - estimular a pesquisa técnico-acadêmica voltada ao Legislativo, em cooperação com outras instituições públicas e/ou privadas; VIII - planejar e organizar eventos sobre temas de repercussão na sociedade que contribuam para a educação política e o aprimoramento da prática legislativa; IX - manter atividades de cooperação e intercâmbio com o Poder Legislativo em seus diversos níveis no Brasil, e com instituições de ensino e de pesquisa, escolas e universidades, propiciando, entre outras atividades conjuntas, a participação de parlamentares, servidores e agentes políticos em treinamentos a distância e a realização de cursos de capacitação técnica; X - ser agente de capacitação de vereadores e servidores de outras câmaras municipais e instituições, no cumprimento de compromissos firmados com instituições parceiras; XI- manter uma biblioteca legislativa com um banco de informações e referências bibliográficas (publicações, teses, monografias, dissertações, entre outros) que tratem de questões e assuntos atinentes à política e legislação brasileira. XII – incentivar, por meio da criação do Memorial da Câmara Municipal, a realização, a elaboração e o desenvolvimento de projetos na área da história e memória política do

Município. XIII- Integrar ao programa INTERLEGIS do Senado Federal, propiciando a participação de vereadores e servidores em videoconferências e treinamentos à distância. XIV – Integrar à Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas – ABEL, e às redes das Escolas dos Legislativos do Estado de Minas Gerais.” (PARAISÓPOLIS, 2017).

Por fim, também em março de 2023, fizemos contato com a Câmara Municipal de Paraisópolis e recebemos a informação de que, muito embora, exista uma Resolução que cria a Escola, ela não está em atividade no momento devido à paralisação pela pandemia de COVID-19. Recebemos a informação, também, de que até o presente momento tal Escola só desenvolveu o Projeto Parlamento Jovem em parceria com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, mas tais atividades foram paralisadas em virtude da pandemia e ainda não foram reestabelecidas. Dessa maneira, essa Câmara Municipal, por não ter Escola do Legislativo em funcionamento, não poderia participar da pesquisa e responder aos questionários.

Foram, assim, objeto de estudo dessa pesquisa apenas as Escolas do Legislativo das Câmaras Municipais de Itajubá, Maria da Fé e Marmelópolis, sendo que não recebemos nenhuma resposta aos questionários da Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Marmelópolis.

Aqui cabe explicitar que nos permitimos não adentrar profundamente nessa questão devido aos limites que uma pesquisa acaba tendo, mas deixamos como possibilidade de uma futura pesquisa a análise de forma mais aprofundada de por qual motivo apenas essas quatro cidades da região estudada possuem Escolas do Legislativo.

2.2. Procedimentos Metodológicos

O processo metodológico teve início com a observação da pesquisadora partindo de sua proximidade com o objeto de estudo por ser servidora do Poder Legislativo Municipal e já ter atuado alguns anos na Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Itajubá - MG. Diante dessa experiência, ao conhecer as atividades desenvolvidas por essas Escolas surgiu o interesse de pesquisar mais profundamente o tema e após uma análise prévia de bibliografia chegou-se ao problema de pesquisa: **Na visão de seus participantes, qual o papel das Escolas do Legislativo no incentivo à cidadania e à participação democrática a seu público-alvo num contexto de**

desenvolvimento que condiciona a cultura política e viabiliza a existência dessas Escolas?

Com a intenção de responder esse questionamento, o estudo apresentará inicialmente uma revisão de literatura sobre o tema para depois construir o referencial teórico partindo da análise do conceito de desenvolvimento e de sua relação com a participação democrática. Posteriormente, ainda, na construção do referencial teórico a pesquisa irá discorrer sobre as Escolas do Legislativo, as quais surgem no contexto de crise de representatividade do Poder Legislativo, suas propostas e a atividade de educação para a cidadania desenvolvida pelas mesmas.

Por fim, a pesquisa adentrará na parte empírica de coleta de dados sobre o funcionamento das Escolas do Legislativo e opinião dos participantes na região escolhida como recorte geográfico.

Estabelecemos contato com as referidas Escolas do Legislativo para aplicação de questionários aos alunos participantes das atividades desenvolvidas por elas e aos seus dirigentes. Os questionários tiveram como objetivo, além de complementar dados que faltem sobre as atividades desenvolvidas, traçar o perfil socioeconômico desses participantes e avaliar de que maneira sua participação os afetou no sentido de conhecimento de temas democráticos e da participação democrática.

A parte empírica aqui proposta teve o objetivo de analisar o papel das Escolas do Legislativo no incentivo à cidadania e à participação por meio da promoção de princípios e valores democráticos a seu público-alvo.

Os questionários foram aplicados utilizando o *Google forms* durante o mês de abril de 2023. No contato com as Escolas solicitamos o preenchimento dos formulários destinados aos dirigentes da Escola e que as Escolas encaminhassem os demais questionários, destinados aos alunos, aos participantes das atividades desenvolvidas nos últimos anos.

A análise dos resultados, apresentada em momentos apropriado, foi feita utilizando análise estatística descritiva com auxílio do *Google Forms* e do Programa *Excell* para as perguntas fechadas e, para as perguntas abertas, a categorização e classificação preceituada por Bardin ao discorrer sobre a análise de conteúdo como método de pesquisa qualitativa.

3. REVISÃO DE LITERATURA – Estado da arte e Escolas do Legislativo: o que já sabemos sobre o tema?

O presente estudo de revisão de literatura com objetivo de explorar as pesquisas que abordam o tema Escola do Legislativo foi realizado durante os meses de novembro de e dezembro de 2022.

Foram realizadas buscas no Banco de Dados Scielo Brasil (*Scientific Electronic Library Online*), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, no Google Acadêmico e no Portal Periódicos CAPES com o seguinte descritor: “escola do legislativo”. Vale destacar que adotamos o período a partir de 2015 como recorte temporal buscando encontrar pesquisas mais recentes sobre o tema.

A seleção dos estudos aconteceu com a leitura de seus títulos e resumos visando selecionar aqueles que, de fato, tratavam sobre Escolas do Legislativo em sua função de educação para cidadania. Em alguns casos, quando o título e resumo não eram muito esclarecedores foi necessário a leitura de todo o texto.

Estabelecemos como critério de exclusão as Casas Legislativas, suas Escolas Legislativas e Tribunais de Contas como local de publicação das pesquisas, dessa maneira, excluímos todos estudos encontrados que foram publicados por Escolas do Legislativo, Casas Legislativas (Senado, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas ou Câmaras Municipais) ou Tribunais de Contas.

Diante desses critérios, foram encontrados no Banco de Dados Scielo Brasil apenas um artigo de 1997 que foi excluído por não atender ao recorte temporal estabelecido. No Portal Periódico CAPES refinamos nossa pesquisa apenas para encontrar dissertações sobre o tema e o resultado nos levou a apenas seis dissertações sendo que nenhuma delas tratava realmente sobre Escolas do Legislativo, motivo pelo qual não foram utilizadas nessa revisão.

Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações foram encontrados 07 trabalhos entre os quais três foram selecionados, dois excluídos por não tratarem em absolutamente nada sobre Escolas do Legislativo, um excluído por não estar publicado em seu inteiro teor sendo possível visualizar apenas o sumário e, finalmente, um excluído por tratar de Escolas do Legislativo, mas com uma abordagem diferente da que aqui buscamos de educação para a cidadania.

Nesse sentido os trabalhos selecionados encontrados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações foram os seguintes:

- Escolas do legislativo municipais como lócus de ações de educação para a democracia voltadas ao letramento político: a visão de dirigentes e cidadãos friburguenses politicamente participativos. Tese de Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro apresentada por Marcelo Verly de Lemos ao Programa em 2019;
- As Escolas do Legislativo no Contexto de Modernização do Parlamento Brasileiro: Um Estudo de Casos Múltiplos: EL-ALMG, CEFOR, ILB-Interlegis. Dissertação de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo apresentada por William Maximiliano Carvalho de Melo em 2015;
- Letramento político no legislativo: a experiência do programa Estágio-Visita. Tese de Doutorado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais apresentada por Rildo Cosson em 2015.

No Google Acadêmico tivemos 1.040 resultados para a busca, porém a maioria delas de publicações realizadas por Escolas do Legislativo, Casas Parlamentares ou Tribunais de Contas as quais foram descartadas. Foram, ainda, descartados os artigos encontrados, concentrando nossa busca, nesse banco de dados, apenas em teses e dissertações. Além das teses e dissertações já selecionadas acima foram localizados outros sete trabalhos descritos abaixo:

- Conhecimento e Capacitação para a prática legislativa: um estudo sobre as atividades da Escola do Legislativo de Araraquara. Dissertação de Mestrado em Gestão das Organizações e Sistemas Públicos da Universidade Federal de São Carlos apresentada por Paulo Augusto Lazaretti em 2019;
- A educação para democracia: análise das Escolas dos Legislativos na região metropolitana de Ribeirão Preto. Dissertação de Mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Franca) apresentada por Eli Alvez Zacarias em 2019;
- Escolas do Legislativo instituídas nos municípios da Região do Sul de Minas: constituição, resultados e significados. Dissertação de Mestrado

em Gestão e Desenvolvimento Regional do Centro Universitário do Sul de Minas (UNIS) apresentada por Robson Souza de Almeida em 2022;

- Democracia e Cidadania: abordagem crítica sobre a atuação das escolas do legislativo no município de Manaus – AM. Dissertação de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) apresentada por Hérika Cardoso da Silva em 2021;
- A Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo: diagnóstico sobre retenção de alunos e gestão das atividades. Dissertação de Mestrado em Gestão e Políticas Públicas da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas apresentada por Carla Bueno Comarella e Rafael Felipe de Oliveira em 2018.

Após a seleção e a leitura completa de todos os trabalhos, foram identificados os temas, objetivos, metodologia e conclusões. Passemos então a análise e sistematização do material pesquisado.

Como descrito acima a análise engloba 08 (oito) trabalhos: duas teses de doutorado e seis dissertações de mestrado. Percebemos que foram poucos trabalhos encontrados o que demonstra um pequeno interesse ou mesmo o desconhecimento sobre o tema. Quanto ao aspecto temporal, percebemos que são todos trabalhos recentes sendo que cinco deles foram publicados nos últimos cinco anos demonstrando que o interesse pelo tema vem se despertando mais recentemente.

No primeiro trabalho selecionado, Lemos (2019) realizou pesquisa com objetivo de analisar o papel das Escolas do legislativo no que se refere à educação para democracia e letramento político bem como identificar a percepção de cidadãos politicamente participativos do município de Nova Friburgo – RJ quanto ao potencial dessas Escolas no fortalecimento da cidadania, democracia e participação popular. Em síntese, o autor pretende perceber se as Escolas têm contribuído de fato para o aperfeiçoamento e fortalecimento da democracia e para a melhor eficácia das ações da Casa Legislativa a que está vinculada. Para tanto aplicou questionários aos responsáveis por 15 (quinze) Escolas do Legislativo em funcionamento e a lideranças políticas e comunitárias do município de Nova Friburgo. Realizou também entrevista estruturadas com os participantes diretos e indiretos do processo de criação da Escola do Legislativo desse município. Para analisar as respostas obtidas fez uso da análise de conteúdo, um instrumento de abordagem qualitativa.

Em suas considerações finais, Lemos (2019), conclui que existe uma pequena capilaridade das Escolas do Legislativo no país e que mesmo com essa pequena capilaridade, as atividades desempenhadas por essas Escolas ao promover o engajamento democrático vêm sim contribuindo para minimizar o quadro de apatia e alienação política mas “(...) dentro dos marcos da democracia liberal e representativa que vivemos no país, sem sinais de que sejam indutoras de um modelo de democracia mais popular ou com aspirações revolucionárias” (LEMOS, 2019, p. 230).

Nesse sentido, veremos na análise dos resultados que se reafirma em nossa pesquisa essa impressão da pequena capilaridade para que as Escolas do Legislativo possam atingir resultados mais profundos. Além disso, essa impressão de que as Escolas do Legislativo mesmo assim contribuem para minimizar o quadro de apatia e alienação política também aparece nos resultados obtidos por essa pesquisa.

De fato, com a experiência que a pesquisadora viveu na Escola do Legislativo é possível observar naqueles que passam por suas atividades o despertar um interesse maior pelo acompanhamento do processo político de maneira geral.

Referido autor ainda aponta em suas conclusões a falta de avaliação dos resultados das atividades que é importante para justificar os recursos públicos aplicados e para avaliar a necessidade de permanência da Escola bem como a ausência de projeto político-pedagógico em boa parte das Escolas por ele estudadas o que pode indicar a falta de planejamento de suas ações e sua inconstância, o que deixa mais difícil a atração de participantes para seus projetos (LEMOS, 2019).

Lemos (2019) conclui que a atividade das Escolas já é válida pois apenas a qualificação interna do Poder Legislativo já contribui muito para a melhoria da qualidade da democracia. Defende, no entanto, que, além disso, as Escolas do Legislativo podem contribuir para a mudança de comportamento rumo a um maior interesse pela política e a busca por mais conhecimento nessa área desde que atinjam maior capilaridade e adotem conteúdo, metodologias e práticas capazes de estimular a reflexão e pensamento crítico (LEMOS, 2019, p. 235).

No segundo trabalho selecionado para essa revisão, Melo (2015) estudou o processo de modernização das organizações, no caso das Casas Legislativas, usando como recorte as Escolas do Legislativo enquanto novas estruturas que surgem a partir da década de 1990 como resposta às demandas da sociedade.

Para isso realizou um estudo de caso com abordagem exploratória e qualitativa. Como objetivos colocou: explicar o surgimento das Escolas do Legislativo;

descrever o contexto histórico de desenvolvimento de três escolas escolhidas e discutir a participação das Escolas do Legislativo no processo de modernização do Parlamento. O problema de pesquisa foi: Como se criaram e desenvolveram as Escolas do Legislativo no Parlamento Brasileiro? (MELO, 2015).

Ao final de sua pesquisa, concluiu que o problema de pesquisa foi respondido de forma diferente para cada uma das Casas Parlamentares por ele estudadas, mas pôde identificar que nos três casos o nascimento das Escolas do Legislativo foi uma resposta do Parlamento ao seu ambiente. A redemocratização e a Constituição de 1988 geraram novas experiências de participação em torno, também, de causas sociais, dessa maneira, o surgimento dessas Escolas se deve a necessidade de o Poder Legislativo estar conectado com a sociedade.

Melo (2015) demonstra que as Escolas surgem por “distintas janelas de oportunidade”. A Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais por movimento do corpo administrativo da Casa para reaproximar a sociedade do parlamento e reverter altas taxas de renovação nos quadros parlamentares. O Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (CEFOP) de um movimento de servidores administrativos da Câmara dos Deputados para atender demandas de seleção e treinamento de servidores. E, no Senado, surgem três escolas decorrente da vontade de sua Presidência como um plano amplo de modernização do Parlamento.

Apesar de contextos históricos distintos, observa que o processo de criação das três escolas que estudou foi influenciado por: necessidade de reaproximação do Poder Legislativo com a sociedade no período pós-redemocratização devido à altas taxas de renovação parlamentar; participação popular incentivada pela Constituição de 1988; novas competências atribuídas ao Poder Legislativo pela mesma Constituição e necessidade de criação de estrutura administrativa fixa nessas Casas.

Quanto à essa necessidade de reaproximação do Poder Legislativo da sociedade, é interessante constar já de forma adiantada que nos resultados obtidos por esta pesquisa, os participantes das atividades das Escolas do Legislativo e seus dirigentes manifestaram acreditar que tais Escolas atingem sua finalidade de aproximação do Legislativo da sociedade. O que também observou a pesquisadora quando viveu a experiência de estar envolvida nas atividades da Escola legislativa. É perceptível que os participantes das atividades desenvolvidas pelas Escolas passam a ter maior interesse pelos assuntos da vida política.

Por fim, Melo (2015) encerra sugerindo pesquisas que estudem efeitos mais diretos das Escolas do Legislativo sobre os cidadãos e à própria democracia.

O terceiro estudo selecionado, realizado por Rildo Cosson (2015), buscou responder como se efetiva formalmente o letramento político proposto pelo Parlamento por meio da análise de uma atividade educacional específica de uma Escola do Legislativo, qual seja o Estágio-Visita da Câmara dos Deputados.

Seu objetivo foi analisar qual concepção de formação do cidadão democrático, quais conteúdos e estratégias metodológicas estão presentes nesse programa e apresentar “(...) por meio de uma investigação de cunho naturalístico, uma experiência concreta de letramento político realizada no âmbito do legislativo” (COSSON, 2015, p. 28).

Para tal, colocou como problema de pesquisa a seguinte indagação: Como se efetiva formalmente o letramento político proposto pelo parlamento em uma atividade educacional específica de uma escola do legislativo? (COSSON, 2015, p. 262).

Cosson (2015) depreende que o Estágio-Visita funciona de maneira pragmática em sua concepção, planejamento e execução parecendo faltar uma reflexão mais ampla sobre sua função enquanto programa de educação para democracia tendo em vista que privilegia claramente os conhecimentos em detrimento das práticas e dos valores da democracia.

Essa preferência por uma concepção de ensino transmissiva e a predominância de conhecimento formal não combina com os objetivos de fomentar a participação e de mudança da imagem da Câmara dos Deputados. Conclui, portanto, que a experiência de letramento político do Estágio-Visita é essencialmente escolar pelos seguintes motivos:

É escolar porque tem como público estudantes universitários. É escolar porque adota uma perspectiva transmissiva de ensino. É escolar porque enfatiza o saber formal já presente em manuais, tratando o conhecimento como algo já dado e permanente. É escolar porque prioriza o conhecimento frente as práticas e os valores. É escolar porque os participantes conferem às atividades o sentido e o peso de uma tarefa didática. É escolar porque não prepara, nem acompanha os participantes para além do momento do evento, funcionando como um curso de extensão universitária. É escolar porque emula o funcionamento e as regras de uma escola, entre outros elementos aqui postos em discussão, mas também, e sobretudo, porque usa de todos esses elementos para transpor a complexidade do parlamento para uma versão didática que é o legislativo escolarizado (COSSON, 2015, p. 274).

O objetivo do quarto trabalho selecionado, desenvolvido por Lazaretti (2019), foi identificar e analisar as atividades ofertadas pela Escola do Legislativo de Araraquara e seus benefícios para servidores, vereadores e sociedade civil tendo como objetivos específicos: identificar a história e função das Escolas do Legislativo, origens e institucionalização; e, verificar quais atividades oferecidas pela Escola do Legislativo impactaram positivamente servidores, políticos e sociedade civil.

Para atingir o objetivo, realizou pesquisa exploratória, qualitativa e quantitativa, com estudo bibliográfico, de campo e documental, buscando um levantamento das normas, atividades pedagógicas, projeto político-pedagógico, principais parceiros e atividades oferecidas pela Escola, além de demonstrar os impactos que esses eventos trouxeram para servidores, vereadores e sociedade civil (LAZARETTI, 2019).

Lazaretti (2019) manifestou que realizou um estudo de caso porque coletou dados primários, por meio de questionários e entrevistas visando mensurar o impacto que as atividades proporcionaram aos seus usuários.

Os resultados indicaram que, além da formação política proporcionada, outros aspectos são destacados nos relatos dos egressos como maior compreensão da política e da atividade parlamentar. No entanto, para Lazaretti (2019), a educação para a democracia não serve apenas para a disseminação de conhecimentos sobre o processo legislativo, mas para que o jovem saia de sua inércia e possa refletir sobre sua capacidade de crítica e de formulação de propostas para a melhoria social.

Nesse sentido, os resultados obtidos indicaram que as atividades não geraram lideranças comunitárias e nem políticas e que, para a maioria dos jovens, a participação cidadã ainda se restringe apenas ao voto e a responsabilidade de mudanças sociais é delegada exclusivamente aos políticos (LAZARETTI, 2019)

Apesar disso, o autor conclui que a missão de produção e disseminação de conhecimento especializado e interação entre o Parlamento e a sociedade foi atingida. Em sua opinião, o projeto Parlamento Jovem traz mais informação aos jovens e os provoca a debater temas de interesse coletivo e os expõe a ideias diferentes das suas, ao mesmo tempo que melhora a imagem do Poder Legislativo ao divulgar e valorizar o trabalho parlamentar. Manifesta, entretanto, que referido projeto deve ser repensado para inserir seus jovens participantes num processo contínuo de educação democrática (LAZARETTI, 2019).

No que tange a esse aspecto de ensino transmissivo com disseminação de conceitos, antecipando alguns resultados dessa pesquisa que serão expostos adiante, os participantes e dirigentes manifestaram acreditar que a Escola atinge sua finalidade nesse sentido.

Zacarias (2019, p. 10), no quinto trabalho selecionado, visou “(...) analisar o processo de criação e as atividades desenvolvidas nas escolas dos legislativos da região metropolitana de Ribeirão Preto, de modo a refletir sobre os impactos que exercem na qualificação do serviço público e na educação para cidadania política da sociedade civil”.

Realizou, nesse intento, pesquisa empírica, de caráter qualitativo, no formato de estudo de caso que demonstrou certa predominância de atividades voltadas à formação e capacitação dos servidores públicos nas quatro escolas estudadas. Verificou-se na pesquisa, que, exceto pela escola legislativa de Ribeirão Preto, ainda há poucas atividades voltadas a abordar o processo legislativo ou o processo democrático (ZACARIAS, 2019).

Por fim, o autor considerou que a atuação das escolas do legislativo da região metropolitana de Ribeirão Preto contribui para o desenvolvimento na região, pois são espaços destinados não apenas à formação e ao aprimoramento de servidores, mas também, à difusão dos valores da democracia e da cidadania (ZACARIAS, 2019).

Almeida (2022) foi o autor da sexta pesquisa selecionada e visou conhecer as Escolas do Legislativo da região Sul de Minas Gerais focando nas suas constituições, resultados e significados. O estudo trouxe como objetivo geral analisar a constituição das Escolas do Legislativo instituídas na região Sul de Minas por meio de seus resultados e significados e como objetivos específicos: conhecer as características das Escolas do Legislativo, localizadas na região Sul de Minas; identificar e analisar os projetos ofertados pelas Escolas do Legislativo, os públicos atendidos e as estruturas dessas escolas; analisar os resultados produzidos pelas Escolas do Legislativo na região Sul de Minas; e, conhecer os significados atribuídos pelos principais atores sobre a implementação das Escolas do Legislativo na região Sul de Minas.

Metodologicamente, a pesquisa adotou abordagem qualitativa, combinando um estudo de múltiplos casos com a metodologia da História Oral. Como instrumentos, utilizou questionários eletrônicos e entrevistas com os dirigentes dessas Escolas e os dados obtidos foram analisados pela técnica de triangulação (ALMEIDA, 2022).

O autor apresentou algumas conclusões entre as quais destacamos as seguintes:

1. A criação das Escolas do legislativo estudadas foi fortemente influenciada pela atividade das Escolas do Legislativo de municípios vizinhos ou pela Assembleia de Minas Gerais, especialmente, pelo projeto Parlamento Jovem;
2. Os servidores públicos que dirigem as Escolas do Legislativo estudadas são, em sua maioria, servidores de provimento em comissão que compartilham as atividades nas Escolas com outras atividades em outros setores da Câmara Municipal;
3. A criação das Escolas do Legislativo acontece mais nos primeiros anos de uma legislatura;
4. Apesar de sua importância na educação para a cidadania e democracia, as Escolas enfrentam dificuldades relacionadas à cultura política brasileira, tais como o personalismo e descontinuidade;
5. As escolas dessa região estudada recebem influência da Assembleia do Estado de Minas Gerais, da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas, e das instituições de ensino superior;
6. O principal público-alvo dessas escolas são estudantes do Ensino Médio;
7. Existe, de maneira geral, algum reconhecimento sobre a importância das escolas, mas alguns óbices políticos, orçamentários e de recursos humanos impedem a sua plena realização (ALMEIDA, 2022).

Almeida (2022), portanto, considera que as Escolas do Legislativo da região estudada enfrentam dificuldade relacionadas à estrutura das escolas e à cultura política brasileira, marcada por personalismo e ausência de perspectiva democrática. Aponta, ainda, dificuldade na atividade das Escolas devido ao desinteresse dos servidores em participar de seus cursos e capacitações.

Na sua pesquisa, Almeida (2022) identifica, ainda, que 25% (vinte e cinco por cento) das escolas do legislativo na região foram descontinuadas por motivos diversos entre os quais se destacam o desinteresse dos agentes políticos, a falta de recursos financeiros, a falta de organização interna da Câmara Municipal e a pandemia de Covid-19.

Durante sua experiência pessoal de contato com várias Escolas do Legislativo, a pesquisadora pôde presenciar a falta de estrutura vivenciada pela maioria desses órgãos especialmente nas cidades menores. Muitas Escolas do Legislativo não possuem servidores exclusivos para desenvolver seus trabalhos, estrutura física própria, entre outros desafios estruturais a serem enfrentados.

São comuns, ainda, as Escolas que enfrentam a falta de recursos financeiros e incentivo aos seus projetos, ficando sujeitas ao interesse dos parlamentares de cada mandato. Muitas vezes os trabalhos das Escolas são descontinuados ou não incentivados devido à decisão da Mesa Diretora ou Presidente da Casa Legislativa daquela época.

O autor verificou que as Escolas do Legislativo do Sul de Minas têm um maior foco para a formação política, democrática e cidadã de crianças, adolescentes e jovens e visam a preparação e politização das futuras gerações. Ele indicou, então, que as ações de formação política para jovens “(...) superam, propriamente, as formações dos

servidores públicos das câmaras municipais, objetivo inicial e constitucional para a criação de uma Escola do Legislativo” (ALMEIDA, 2022, p. 114).

Assim como percebeu o autor, mais um fato que será confirmado na análise dos resultados de nossa pesquisa é essa vocação para a formação cidadã das Escolas na região investigada visando a preparação política das futuras gerações.

Quantitativamente, o autor concluiu que a quantidade de Escolas do Legislativo, na região, é significativa, em comparação ao total de escolas instituídas no Estado de Minas Gerais e no Brasil. Qualitativamente, conclui que essas escolas possuem efetividade em seu trabalho de maneira geral apesar das muitas contradições que as perpassam e mesmo que cada uma delas possua um nível de estrutura, tempo de funcionamento e experiência nos trabalhos diferente (ALMEIDA, 2022).

De fato, percebemos as inúmeras contradições que perpassam a existência e funcionamento das Escolas do Legislativo, motivo pelo qual abordaremos em capítulo futuro os contraditórios acerca de tais instituições visando nos aproximar da realidade.

Por fim, Almeida (2022) apresenta sugestões para as Escolas do Legislativo da região do Sul de Minas e apresenta algumas possibilidades para a ampliação do estudo que realizou como a verificação do trabalho das Escolas do Legislativo do Sul de Minas sob outras óticas, como dos Presidentes de Câmaras Municipais, dos vereadores ou dos alunos participantes.

O sétimo estudo selecionado para essa revisão, foi elaborado por Silva (2021) e teve o objetivo de analisar a efetividade da democracia e cidadania na atuação das escolas do Legislativo da Assembleia Legislativa do Amazonas e da Câmara Municipal de Manaus, ou seja, as duas Escolas do Legislativo existentes no município de Manaus – AM.

A autora traz a hipótese de que existe uma resistência das Escolas em inserir estudantes universitário em suas atividades tendo em vista que elas priorizam a participação de alunos do ensino básico (SILVA, 2021).

Esse é outro ponto que foi confirmado na região estudada e será exposta na análise dos resultados desta pesquisa. As Escolas da região por nós estudada possuem projetos em sua maioria ou exclusivamente voltados para jovens estudantes da educação básica.

Para o procedimento metodológico, a autora escolheu as abordagens quantitativa e qualitativa, usando métodos de observação indireta, descritivo,

comparativo e com reflexões críticas baseadas em levantamentos bibliográficos e documentais de legislações e normativas institucionais (SILVA, 2021).

Os resultados obtidos evidenciam, de acordo com a autora, os dilemas a serem enfrentados na democratização dos espaços públicos e no exercício pleno da cidadania tendo em vista que a relação social pretendida pelas escolas do Legislativo no que se refere à aproximação da sociedade ainda carece de efetiva participação popular (SILVA, 2021).

Mais especificamente, a autora observou que a atuação dessas Escolas estudadas tem se voltado mais para capacitação de servidores e, quanto à interação com a sociedade, apontou a falta de entendimento dos entrevistados sobre as reais funções das escolas e a pouca informação na oferta de cursos à sociedade. Nesse sentido, ela conclui pela ineficácia das Escolas quanto à efetividade da democracia e cidadania considerando que essas se efetivam na participação plena dos cidadãos na esfera pública. Por fim, a autora elabora recomendações para a atuação das Escolas do Legislativo que estudou (SILVA, 2021).

Nessa questão, em nosso estudo, temos resultados um pouco diferentes sobre a finalidade e público ao qual se destinam às atividades desenvolvidas. Na região pesquisada, as Escolas do Legislativo desenvolvem projetos mais voltados à educação política do que à capacitação de servidores.

Na oitava e última pesquisa selecionada, os autores, Comarella e Oliveira (2018), buscaram estabelecer uma estratégia eficiente e consistente para maior aderência de público externo às atividades desenvolvidas pela Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo. Os autores, portanto, estudaram uma maneira de aumentar a participação, o interesse e o conhecimento da sociedade sobre a Escola bem como buscaram propor um modelo de atuação sustentável no longo prazo, independentemente da gestão a cargo da Escola.

Para isso, colocaram como objetivos específicos: “identificar os principais comportamentos que fazem com que o público não seja aderente aos eventos da Escola; avaliar possíveis ajustes na interação entre a Escola e o público em geral, por meio da análise do conteúdo oferecido e, eventualmente, propor a criação de novos conteúdos; delimitar o público-alvo da Escola; e, propor a adequação da estratégia de promoção e criação dos eventos e cursos desenvolvidos pela Escola, visando maior aderência do público” (COMARELLA E OLIVEIRA, 2018, p. 15).

Os autores concluíram que não existe “fórmula pronta” para desenvolver uma atuação mais consistente e que outras Escolas Legislativas possuem a mesma dificuldade. Eles apontam que a troca constante de gestão e influência direta do Presidente da Câmara são fatores fundamentais no problema apontado, não sendo possível excluí-los por isso deve-se atuar para diminuir seus reflexos na atuação dessas Escolas. Para essas e outras conclusões, utilizou-se da análise de experiências de outras Escolas legislativas, principalmente do Instituto do Legislativo Brasileiro (ILB) e do Instituto do Legislativo Paulista (ILP) (COMARELLA E OLIVEIRA, 2018, p. 15).

A análise dos dados levou ao entendimento de que a média de inscritos que comparecem aos cursos, apesar de muito baixa, é consistente ao longo do tempo e de que o número de participantes que finaliza a participação é muito alto, o que nos indica que o problema da ausência nos cursos não se deve a uma baixa qualidade pedagógica (COMARELLA E OLIVEIRA, 2018, p. 15).

Ao fim do trabalho, apresentam recomendações de ações objetivas para aprimoramento do processo de comunicação da Escola com os interessados nas atividades, para o melhoramento do processo de inscrição e para um planejamento de longo prazo, visando garantir a continuidade e a sustentabilidade das atividades. Após, encerram expondo que “(...) o desafio do adensamento da participação é comum a todas as escolas, mas o esforço em diagnosticar e procurar aprimorar os processos e mecanismos de participação, por si só, é capaz de trazer avanços significativos tanto para a Escola quanto para a população que se beneficia do importante papel destas instituições” (COMARELLA E OLIVEIRA, 2018, p. 55).

4. DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS

De forma a fornecer uma base de entendimento para esta pesquisa é interessante analisar alguns conceitos e como eles estão relacionados. Não podemos pensar em educação cidadã sem antes falarmos de democracia, participação popular e movimentos sociais, dessa forma abordaremos referidos temas neste capítulo.

De acordo com Bobbio (1997), democracia é entendida como contraposta a todas outras formas autocráticas de governo e se caracteriza por um conjunto de regras que estabelecem quem pode e de que forma tomar as decisões coletivas. Para que uma decisão seja entendida como coletiva é necessário que ela tenha se baseado em regras, sejam consuetudinárias ou escritas, bem como estabeleçam quem são os indivíduos autorizados à toma-las e quais procedimentos referidos indivíduos devem seguir para a tomada de decisões. (BOBBIO, 1997).

A regra fundamental para essa tomada de decisões é a da maioria, isto é, uma decisão é tida como coletiva e vincula toda a sociedade quando aprovada pelo menos pela maioria. O sistema democrático, portanto, consiste num conjunto de regras procedimentais, onde a regra da maioria é a principal, mas não a única. (BOBBIO, 1997).

Nesse ponto já podemos visualizar a importância do Poder Legislativo na organização democrática. Como falamos anteriormente, se a regra é a da maioria para a tomada de decisões, essa vontade da maioria é expressa por meio da representatividade que, sabemos, coube ao Poder Legislativo. Seguindo esse raciocínio, então, é no Poder Legislativo que serão tomadas as decisões conforme a vontade da maioria.

Para uma definição de democracia não basta a existência de regras nem o direito à participação, seja direta ou indireta, é preciso, ainda, que os indivíduos ao elegerem quem deverá tomar as decisões coletivas sejam colocados diante de alternativas reais e em condição de poder escolher. Para tal, é preciso a garantia dos direitos de liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação, entre outros direitos sob os quais nasceu a base do estado liberal e possuem o status constitucional de direitos invioláveis dos indivíduos. Seja qual for o fundamento filosófico destes direitos, eles são o pressuposto para o funcionamento de um regime democrático (BOBBIO, 1997).

Direitos esses que são tão importantes e atuam no sentido de garantir a participação de todos inclusive dos grupos minoritários. Hoje presenciamos uma luta pela

representatividade de grupos antes excluídos, inclusive do exercício da democracia, buscado uma mudança revolucionária na sociedade no sentido de emancipação social.

Muito embora a gente presencie essa luta, ainda temos uma forte exclusão de alguns grupos na nossa sociedade e nossos resultados expostos mais para frente mostram isso também nas Escolas do Legislativo. Pudemos observar que a maioria dos alunos participantes da pesquisa eram de escolas privadas e brancos.

A democracia, agora na visão de Chauí (2008, p. 67), é um regime político eficaz que se baseia na ideia de cidadania organizada em partidos políticos e se manifesta por meio do processo eleitoral de escolha dos representantes, da rotatividade dos governantes e das soluções técnicas para os problemas econômicos e sociais (CHAUÍ, 2008).

Com suas palavras, referida autora expõe que a democracia pode ser considerada como forma sócio-política definida:

(...) pelo princípio da isonomia (igualdade dos cidadãos perante a lei) e da isegoria (direito de todos para expor em público suas opiniões, vê-las discutidas, aceitas ou recusadas em público), tendo como base a afirmação de que todos são iguais porque livres, isto é, ninguém está sob o poder de um outro porque todos obedecem às mesmas leis das quais todos são autores (autores diretamente, numa democracia participativa; indiretamente, numa democracia representativa). Donde o maior problema da democracia numa sociedade de classes ser o da manutenção de seus princípios – igualdade e liberdade (CHAUÍ, 2008, p 67).

Bobbio defende que o estado liberal é o pressuposto, não só histórico, mas jurídico do estado democrático tendo em vista que são necessárias certas liberdades para o exercício correto do poder democrático. É necessário o poder democrático para garantir a existência das liberdades fundamentais. Nesse sentido, é improvável que um estado não liberal possa assegurar um correto funcionamento da democracia, e que um estado não democrático seja capaz de garantir as liberdades fundamentais (BOBBIO, 1997).

A liberdade de associação e de opinião são condições preliminares para o bom funcionamento de um sistema democrático, pois permitem aos indivíduos exprimir sua vontade e decidir após discussões e avaliação guiada por informação. Onde essas liberdades são suprimidas a democracia deixa de existir (BOBBIO, 1997).

Nesse sentido, a democracia busca conciliar o princípio da igualdade e da liberdade bem como a existência real das desigualdades, usando para tal a ideia dos

direitos econômicos, sociais, políticos e culturais. Por meio desses direitos, conforme Chauí (2008, p 68) “(...) os desiguais conquistam a igualdade, entrando no espaço político para reivindicar a participação nos direitos existentes e sobretudo para criar novos direitos” (CHAUÍ, 2008).

Por essa possibilidade de criação de direitos, a democracia acaba sendo o único regime político aberto a mudanças e que tende a evidenciar o caráter popular do poder tendo em vista que os direitos só surgem ou se ampliam com a ação das classes populares (CHAUÍ, 2008).

Por esse motivo fica clara a importância de fortalecer a democracia e a participação, motivo pelo qual acreditamos ser bastante importante uma educação cidadã emancipadora e libertadora como falaremos um pouco mais a frente.

Devido às dificuldades de uma democracia direta nas sociedades complexas, a representação foi a solução encontrada para assegurar a participação e dar legitimidade às decisões públicas (CHAUÍ, 2008).

Para essa representação e participação acontecer, são importantes dois grandes princípios democráticos como falamos, a igualdade e a liberdade, idealizados no século XVIII e que ainda estão fortemente presentes apesar de serem hoje redefinidos pelos movimentos sociais em busca de uma democracia mais radical e inclusiva (SCHERER-WARREN, 2011).

Chauí (2008) também expõe que a democracia é a forma política na qual a distinção entre poder e governante é garantida pela presença de leis, pela existência de várias esferas de autoridade, mas também pela existência de eleições. Nesse raciocínio, o detentor do poder é a sociedade e os governantes o ocupam só porque receberam um mandato temporário. A participação, assim, é essencial para que a democracia se consolide; sem participação popular não teremos representação assertiva (CHAUÍ, 2008).

Usando as palavras dessa mesma autora para falar sobre sociedade democrática podemos dizer que:

(...) uma sociedade – e não um simples regime de governo – é democrática quando, além de eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes da república, respeito à vontade da maioria e das minorias, institui algo mais profundo, que é condição do próprio regime político, ou seja, quando institui *direitos* e que essa instituição é uma criação social, de tal maneira que a atividade democrática social realiza-se como uma contrapoder social que determina, dirige, controla e modifica a ação estatal e o poder dos governantes (CHAUÍ, 2008, p 69).

A democracia está, então, aberta a mudanças e pela criação de novos direitos não está presa numa forma fixa. Por esse motivo cria um problema para si de difícil resolução, a questão da participação. Como poder popular que é, a democracia exige que as leis sejam feitas por aqueles que irão cumpri-las e que estes expressem suas opiniões. Infelizmente, não é a totalidade das pessoas que participam e, muitas vezes, que votam, dessa maneira a representação política pode legitimar formas de exclusão política sem que isto seja visto como ilegítimo (CHAUI, 2008).

Democracia, portanto, exige debate e diálogo, não se realizando sem a participação do povo. Ao pensar em participação, entretanto, devemos lembrar também das associações de bairros, associações de classe, escolas, reuniões de condomínio, entre vários outros locais onde o interesse coletivo seja buscado por meio de uma decisão comum encontrada por meio de ampla discussão.

Nesse sentido, desenvolve-se à margem da representação, movimentos sociais que procuram influenciar na política com suas reivindicações. Isso é entendido como participação popular, mas devemos pensar que não o é efetivamente já que participação popular exige que se participe da elaboração das leis, normas, regulamentos (SCHERER-WARREN, 2011).

A democracia representativa é caracterizada pela representação política, na qual o representante é escolhido para perseguir os interesses coletivos da nação e não pode estar sujeito a um mandato vinculado. A representação política, portanto, é contrária a perseguição dos interesses particulares do representado ou do representante (BOBBIO, 1997).

Um Estado representativo é aquele onde as decisões políticas são tomadas por representantes eleitos. Tais representantes gozam da confiança dos eleitores, no entanto, depois de eleito não tem responsabilidade perante seus eleitores, ou seja, seu mandato não é revogável. Além disso, tais representantes não são responsáveis perante seus eleitores porque devem tutelar os interesses gerais da sociedade e não interesses particulares de qualquer grupo (BOBBIO, 1997).

Tocamos nesse ponto na introdução ao expor a grave crise que enfrenta o Poder Legislativo porque a população não se sente representada justamente por presenciarem os interesses particulares dominando sobre o interesse público e a troca de favores que acontece no ambiente político.

Concordamos com Bobbio (1997) no sentido de que a representação política é um princípio que foi muito violado numa sociedade onde grupos lutam para fazer valer

seus próprios interesses já que identificam o interesse geral como seu interesse particular. É natural que cada grupo peça ao poder público o exercício de seus interesses, como por exemplo, quando o voto foi estendido aos trabalhadores é que passou a se pensar em direitos trabalhistas (BOBBIO, 1997).

O que presenciamos, porém, é que a defesa dos interesses públicos é cada vez mais substituída pela defesa dos interesses particulares. Normalmente quem adquire status de representante político acaba por dele fazer uso pessoal de acordo com seus interesses privados.

A democracia exige o aumento da participação que resulte em representação, a criação de outros procedimentos que garantam a participação como ato político. Chauí (2008, p 70) argumentou que, se isso é democracia, vemos o quanto estamos longe dela já que estamos inseridos numa sociedade oligárquica, hierárquica, violenta e autoritária (CHAUI, 2008).

É verdade, no entanto, que nos últimos anos temos a valorização da participação e presenciamos uma crescente abertura para que essa participação aconteça, mas ainda temos muito o que avançar. Isso é retratado por meio do aumento de instrumentos participativos, por exemplo, o orçamento participativo que é um importante passo na direção de uma sociedade mais participativa. O orçamento participativo é um mecanismo que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos. Nesse processo, então, a população decide a aplicação dos recursos públicos e quais obras e serviços serão realizados pela Administração.

Bobbio (1997) considerou que nada ameaça mais a democracia do que o seu próprio excesso ao defender que os cidadãos seriam chamados em excesso para exprimir sua vontade e esse excesso de participação pode gerar uma “saciedade de política” e aumentar a apatia eleitoral. Nas democracias mais consolidadas encontra-se presente a apatia política, em muitas vezes envolvendo mais da metade daqueles que tem direito ao voto (BOBBIO, 1997).

De fato, esse risco de aumentar a indiferença de muitos é um ponto delicado em que se deve pensar, mas acreditamos que sempre é melhor oferecer a oportunidade de participação do que limitá-la ou inibi-la.

A sociedade brasileira é autoritária tendo em vista que sempre busca anular as discussões coletivas necessárias para igualdade social e concebeu a cidadania por muito tempo e, de certa forma, ainda concebe como privilégio de classe tornando-a uma concessão da classe dominante às demais classes, podendo a qualquer tempo lhes ser

retirada. É uma sociedade onde diferenças sociais e pessoais são modificadas em desigualdades e, conseqüentemente, em relações de hierarquia e obediência. Essas diferenças fazem com que as pessoas as vezes não sejam vistas como portadoras de direitos, o que traz violência para a vida social. Violência que aumenta com o paternalismo e clientelismo, aceitos naturalmente e até exaltados como qualidade do nosso caráter nacional (CHAUI, 2008).

Bobbio (1997) observou que a presença de elites não elimina a característica democrática de um governo e nem consiste em uma diferença entre regimes democráticos e autocráticos. Nem mesmo a democracia consegue derrotar completamente o poder oligárquico. Existem democracias mais sólidas e menos sólidas, isto, é diferentes graus de aproximação com o modelo democrático ideal, mas mesmo a democracia mais diferente desse modelo não pode ser confundida com um estado autocrático ou totalitário (BOBBIO, 1997).

Um dos problemas da democracia é o aumento das leis que decorrem da predominância de interesses particulares ou de pequenos grupos e categorias. Essa representação não é apenas defeituosa, ela pode ser desejável ou mesmo inevitável, mas é essencial que todos os grupos ou categorias sejam representados e tenham oportunidade de ver seus interesses defendidos e contemplados (BOBBIO, 1997).

Um defeito da democracia representativa é, então, a formação de “pequenas oligarquias”, como denominou Bobbio (1997), que são os comitês de partidos. Para corrigir esse defeito, deve existir uma pluralidade de “oligarquias” concorrendo (BOBBIO, 1997).

Devemos pensar, então, que, conforme defende Chauí (2008), na nossa sociedade, as leis desde sempre foram instrumento para preservação de privilégios, para repressão e opressão. Os direitos sempre foram apresentados às camadas populares como concessão do estado, dependendo da vontade do governante. As leis em nosso país possuem finalidade de conservar privilégios e exercer repressão, feitas para serem transgredidas e a transgressão acaba elogiada como o “jeitinho brasileiro”. O Poder Judiciário é percebido como distante e representante dos privilégios. Os partidos políticos tendem a representar interesses privados das oligarquias locais e regionais numa relação de troca e favor. A esfera pública nunca se constitui como pública pois está sempre definida em função das exigências privadas. Como argumentou Chauí (2008, p. 72): “(...) uma sociedade que por isso bloqueia a esfera pública da opinião como expressão dos interesses e dos direitos de grupos e classes sociais diferenciados e\ou antagônicos.”

Ao falar sobre a sociedade brasileira, Chauí (2008, p 72) manifestou:

As disputas pela posse da terra cultivada ou cultivável são resolvidas pelas armas e pelos assassinatos clandestinos. As desigualdades econômicas atingem a proporção do genocídio. Os negros são considerados infantis, ignorantes, raça inferior e perigosa, tanto assim, que numa inscrição gravada até pouco tempo na entrada da Escola de Polícia de São Paulo dizia: “Um negro parado é suspeito; correndo, é culpado”. Os índios, em fase final de extermínio, são considerados irresponsáveis (isto é, incapazes de cidadania), preguiçosos (isto é, mal adaptáveis ao mercado de trabalho capitalista), perigosos, devendo ser exterminados ou, então, “civilizados” (isto é, entregues à sanha do mercado de compra e venda de mão-de-obra, mas sem garantias trabalhistas porque “irresponsáveis”). E, ao mesmo tempo, desde o romantismo, a imagem índia é apresentada pela cultura letrada com heróica e épica, fundadora da “raça brasileira”. Os trabalhadores rurais e urbanos são considerados ignorantes, atrasados e perigosos, estando a polícia autorizada a parar qualquer trabalhador nas ruas, exigir a carteira de trabalho e prendê-lo “para averiguação”, caso não esteja carregando identificação profissional (se for negro, além de carteira de trabalho, a polícia está autorizada a examinar-lhe as mãos para verificar se apresentam “sinais de trabalho” e a prendê-lo caso não encontre os supostos “sinais”). Há casos de mulheres que recorrem à Justiça por espancamento ou estupro, e são violentadas nas delegacias de polícia, sendo ali novamente espancadas e estupradas pelas “forças da ordem”. Isto para não falarmos da tortura, nas prisões, de homossexuais, prostitutas e pequenos criminosos. Numa palavra, as classes populares carregam os estigmas da suspeita, da culpa e da incriminação permanentes.

Seja no âmbito institucional ou da sociedade civil, como defendeu Ilse Scherer-Warren (2011), temos uma formação histórica reprodutora de relações sociais autoritárias e conservadoras no que tange à nossa cultura política brasileira. Tivemos sim momentos de mobilização da sociedade civil, mas sem continuidade e capacidade de rompimento com as formas autoritárias e excludentes das elites que ocupam o poder. Argumentou referida autora que na política brasileira o público é tratado como privado pelos dominantes por isso é complicado falar em cidadania apesar de existirem movimentos sociais e populares para buscá-la (SCHERER-WARREN, 2011).

Nossa sociedade tem como referência o modelo cultural capitalista europeu que legitima processos de dominação e exploração bem como critica a cultura e comunicação das massas, transformando a cultura em produto a ser comercializado e, assim, em privilégio de classes. As sociedades são avaliadas pela presença ou não de características próprias da cultura ocidental e a ausência dessas características é interpretada como falta de cultura ou de uma cultura pouco evoluída (CHAUÍ, 2008).

Essa cultura europeia se coloca como fim necessário do desenvolvimento para todos, se colocando como modelo a ser seguido e legitimando a colonização e o imperialismo. Sabemos que a marca da sociedade é a divisão de classes, a divisão social

que acaba instituindo uma divisão cultural onde podemos falar em cultura dominada e dominante, cultura opressora e oprimida. Na realidade, existe uma ruptura entre o que se chama cultura formal, letrada e a cultura popular, elaborada pelas classes populares e pela classe trabalhadora (CHAUÍ, 2008).

Concordamos com Chauí (2008) quando defende que a sociedade brasileira está dividida entre a carência absoluta das camadas populares e o privilégio absoluto das camadas dominantes, o que é um empecilho à instituição de direitos e, assim, a própria consolidação da democracia. Para ilustrar, usamos das palavras de referida autora quando argumenta que na sociedade brasileira:

A desigualdade salarial entre homens e mulheres, entre brancos e negros, a exploração do trabalho infantil e dos idosos são consideradas normais. A existência dos sem-terra, dos sem-teto, dos desempregados é atribuída à ignorância, à preguiça e à incompetência dos “miseráveis”. A existência de crianças de rua é vista como “tendência natural dos pobres à criminalidade”. Os acidentes de trabalho são imputados à incompetência e ignorância dos trabalhadores. As mulheres que trabalham (se não forem professoras ou assistentes sociais) são consideradas prostitutas em potencial e as prostitutas, degeneradas, perversas e criminosas, embora, infelizmente, indispensáveis para conservar a santidade da família (CHAUÍ, 2008, p. 74).

Essas características sociais brasileiras se somam a duas intensas características neoliberais, a grande acumulação de capital no campo econômico e a privatização do público. Isso implica o abandono das políticas sociais e o aumento do espaço privado impossibilitando que a esfera pública possa se constituir e fortalecer. A economia neoliberal prega, conforme Chauí (2008, p 75), o encolhimento do espaço público e o aumento do espaço privado, daí seu caráter antidemocrático que se adapta perfeitamente à sociedade brasileira.

Nas palavras de Chauí (2008, p. 75):

No caso do Brasil, o neoliberalismo significa: levar ao extremo à polarização carência-privilégio, a exclusão sócio-política das camadas populares, a desorganização da sociedade como massa dos desempregados; aumentar o espaço privado ocupado não apenas pelas grandes corporações econômicas e financeiras, mas também pelo crime organizado, o qual, diante do encolhimento do Estado, pode espalhar-se por toda a sociedade como substituto do Estado (proteção, segurança, emprego, privatização da guerra, privatização do uso da força, etc.); significa solidificar e encontrar novas justificativas para a forma oligárquica da política, para o autoritarismo social e para o bloqueio à democracia. Diante desse quadro, podemos dizer que as políticas sociais de afirmação dos direitos econômicos e sociais, contra o privilégio, e as políticas culturais de afirmação do direito à cultura, contra a exclusão cultural, constituem uma verdadeira revolução democrática no Brasil.

A política neoliberal abandona a garantia dos direitos transformando-os em produtos à venda, ou seja, privilégios de classe. Estamos habituados a definição liberal de democracia como regime da lei e da ordem para a garantia das liberdades individuais. Liberdade que se reduz à competição econômica chamada livre iniciativa e à competição política entre partidos ao disputarem eleições (CHAUÍ, 2008)

Bobbio (1997) defendeu que o projeto democrático foi idealizado para sociedades muito menos complexas do que as atuais e por isso enfrentam obstáculos não previstos que surgiram das mudanças na sociedade. Em consequência, observa-se que estados mais democráticos se tornaram também mais burocráticos (BOBBIO, 1997).

Apesar de alguns problemas, a meta de renovação gradual da sociedade com o livre debate das ideias para mudança de mentalidade só é permitida pela democracia. Só a democracia permite revoluções sociais (BOBBIO, 1997).

A busca pela democracia direta, tão presente atualmente, não é nova, já foi defendida por Rosseau, muito embora ele também defendesse que uma verdadeira democracia jamais existiria porque um governo tão perfeito não serviria para os homens. É claro que a proposta de democracia direta, literalmente, com a participação de todos em todas decisões é inviável (BOBBIO, 1997).

Há quem defenda, como Bobbio (1997), que a apatia política não é um sintoma da crise de um sistema democrático, mas de sua saúde bastando “interpretar a apatia política não como recusa ao sistema, mas como benévola indiferença. (BOBBIO, 1997, p 69).

Realmente para os partidos é benéfica a apatia política já que quanto menos gente participa, menos pressões e cobranças sofrem. Assim ficam livres para realização de suas manobras. Para a sociedade em geral, no entanto, a apatia política se torna prejudicial justamente ao deixar os partidos e representantes políticos livres para a realização dessas manobras cotidianas, sem nenhuma fiscalização e cobrança. (BOBBIO, 1997).

Muito embora ainda se conviva com grande apatia política, devemos destacar o quanto já caminhamos rumo à construção de uma democracia mais participativa. Hoje a participação é vista como um direito, mas nem sempre foi assim, em um passado, não tão longe, a participação era um direito reconhecido apenas para poucos. A maioria da população não possuía direito sequer ao voto, era o caso de negros, mulheres, analfabetos, pobres, escravos, crianças e adolescentes. Somente homens brancos e livres foram os

únicos portadores de direitos civis, políticos e sociais durante um longo período da nossa história.

Juntamente com o tema da representação, a teoria democrática desenvolveu o tema da descentralização, ou seja, a revalorização política da periferia com relação ao centro. Temos o ideal do governo local pensando que o poder é mais visível quanto mais próximo está e aqui falamos de proximidade espacial entre governante e governado. Mesmo com a facilidade das comunicações de hoje, o governo de um município por exemplo é mais direto porque há maior visibilidade dos administradores e suas ações. Esse governo local é a maior possibilidade que foi dada ao cidadão de acompanhar de perto as decisões que influenciam sua vida (BOBBIO, 1997).

Ladislau Dowbor (2016) demonstra que para ter democracia é necessário ter uma estrutura organizativa para a participação. Nessa estrutura para a participação é onde surgem os conselhos, as associações e a descentralização do poder concedendo maior autonomia aos municípios, expressão do poder local.

Retornando, agora, a pensar nos movimentos sociais que procuram influenciar na política com suas reivindicações, Ilse Scherer-Warren (2011) expôs que não existe um consenso sobre o conceito de movimento social. Para alguns toda ação coletiva com caráter reivindicativo ou de protesto seria movimento social, independente do alcance ou do significado político ou cultural da luta. Para outros, movimento social seriam apenas pouquíssimas ações coletivas de conflito que, conforme Scherer-Warren (2011), “(...) atuam na proteção da sociedade ou seguem orientações globais tendo em vista a passagem de um tipo de sociedade a outro” (SCHERER-WARREN, 2011, p 18).

Devemos pensar no papel dos movimentos sociais para a modernização política, enquanto lugar de libertação quando o Estado se mostra como o lugar de repressão. Os movimentos sociais comportam condições para iniciar uma mudança que nos leve a uma democracia não antes vista em suas formas e expressões (SCHERER-WARREN, 2011).

A sociedade civil vem buscando um novo espaço de poder perante o Estado. Os cidadãos querem opinar e participar das decisões políticas e começam fazendo pelos instrumentos hoje oferecidos nesse sentido como referendo, plebiscito, tribunas populares, audiências públicas e, também, pelo envolvimento em movimentos sociais. Essa busca de novos espaços na representação por meio dos movimentos sociais pode indicar a crise do sistema de representação por meio de partidos políticos (SCHERER-WARREN, 2011).

No nível social, os movimentos sociais lutam por mudanças radicais no sistema político e na estrutura de nossa sociedade. O autoritarismo da nossa sociedade não é resultado apenas das ações das elites políticas, mas, também, consequência do modo como as classes dominadas se submetem e reproduzem no seu cotidiano esse autoritarismo (SCHERER-WARREN, 2011).

Nos últimos anos presenciamos a luta pela democratização da sociedade brasileira e devemos considerar o importante papel desses movimentos sociais na luta contra o autoritarismo que ocorre na própria sociedade civil e no Estado. Esses movimentos sociais buscam um novo equilíbrio de forças entre Estado, entendido como governo, partidos e aparelhos burocráticos de dominação, e sociedade civil, entendida como toda a organização social, mas também buscam um novo equilíbrio de forças dentro da própria sociedade civil, entre dominantes e dominados (SCHERER-WARREN, 2011).

Embora ainda exista um número pequeno de integrantes nesses movimentos sociais, eles são muito relevantes pois surgem a partir das bases da sociedade pelas “(...) brechas que abrem na tradição histórica da cultura política do país e pelo novo significado cultural e político presente na práxis destes grupos organizados (SCHERER-WARREN, 2011, p. 50).

O período ditatorial (1964 a 1984) no Brasil, com sua restrição das camadas populares nas áreas econômica, política e cultural/ideológica, permitiu que antigos grupos se organizassem surgindo novos grupos na sociedade civil com força política (SCHERER-WARREN, 2011).

Para uma transformação mais concreta não basta mudar a partir do aparelho de Estado, tem que haver mudança nas ações concretas da sociedade. O Estado, como aparelho, atua num campo de atuação privilegiada, já a sociedade pode ter uma atuação mais agressiva na transformação social por sua força numérica e vital para a produção. Por atuarem mais diretamente na sociedade civil, os movimentos sociais representam a possibilidade de fortalecimento dessa perante o Estado e a forma tradicional de fazer política por meio dos partidos políticos (SCHERER-WARREN, 2011).

Parte da ideologia e do plano dos movimentos sociais, portanto, é provocar uma verdadeira mudança cultural de modo que a sociedade civil se transformaria numa força hegemônica passando a influenciar no perfil dos partidos políticos (SCHERER-WARREN, 2011).

Como historicamente, em nosso país, os partidos políticos se constituíram a partir das classes dominantes e são reprodutores de práticas autoritárias, os movimentos

sociais se sentem ameaçados por suas práticas centralizadoras. Nos últimos anos, no entanto, observamos o aumento de participação partidária dos integrantes de movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 2011).

Esses movimentos sociais, então, apontam na direção de uma nova forma de fazer política e de viver em sociedade. Para isso, como apontou Ilse Scherer-Warren (2011), “(...) a construção da democracia política e da democracia social, da liberdade política e da igualdade social, impõe-se como princípios básicos daqueles movimentos que lutam por uma sociedade menos contraditória e conflitante” (SCHERER-WARREN, 2011, p. 61).

A formação de uma nova consciência política, de acordo com Ilse Scherer-Warren (2011, p. 62), enfrenta um paradoxo que deve ser superado pelos membros dos movimentos sociais, qual seja: “(...) o apego ao passado cultural paternalista e autoritário diante do desejo de emancipação e autonomia”. Os novos modelos culturais ao interagir com padrões culturais tradicionais podem criar elementos emergentes ou criar contradições internas já que do passado permanecem relações do clientelismo, autoritarismo e paternalismo (SCHERER-WARREN, 2011).

Ilse Scherer-Warren (2011) trouxe a ideia, também, de que para o surgimento de um movimento social é preciso o reconhecimento de um direito e a formação de identidades. É imprescindível, então, um fator subjetivo que se traduz no reconhecimento de sua dignidade humana sempre desprezada nas classes subalternas. Tem-se a consciência do direito, mas, também, do direito e dever de lutar por este direito (SCHERER-WARREN, 2011).

Dentro dos movimentos sociais temos, assim, um reconhecimento coletivo de um direito que provoca a formação de uma identidade social e política, quando todos são portadores de um direito diante de uma mesma situação de carência. Cada movimento tem sua identidade política específica mesmo que existam protestos e demandas diversas dentro deles (SCHERER-WARREN, 2011).

É o que presenciamos hoje com a forte pressão social e política exercida pelos movimentos negro, feminista, agrário, entre outros. Referidos movimentos reconhecem seu direito e atuam na luta por seu espaço na sociedade com a garantia desse direito, gerando uma identidade social e política comum entre seus membros.

Para configuração de um movimento social, portanto, é preciso a busca pela transformação guiada pelo sonho de construção de uma nova sociedade. É tendência dos

movimentos sociais a tentativa de construir uma concepção alternativa de vida, diferente da estabelecida pelas sociedades industriais modernas (SCHERER-WARREN, 2011).

Em termos gerais, podemos considerar que a essência de uma democracia efetivamente participativa está nas lutas populares por inclusão política, nos direitos humanos e na participação política em si.

5. DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA: análise e perspectivas sobre a participação popular na política.

5.1. Tendências do Desenvolvimento

Os processos industriais e urbanos, conforme argumentou Pimenta (2014), são elementos centrais na determinação do conceito de desenvolvimento. No início do século XX, após graves crises do capitalismo, ascende a ideia de crescimento como único meio de superação dessas crises. Esse caminho, porém, repercutiu em desigualdades diversas e hoje temos a percepção de que nem sempre crescimento econômico e progresso resulta em melhoria da qualidade de vida da população como um todo (PIMENTA, 2014).

Essa percepção viabilizou o surgimento de muitos questionamentos ao desenvolvimento e, assim, emergiram distintas nuances do conceito de desenvolvimento. Nuances que superam a noção de crescimento econômico, de competição, de concorrência, de meritocracia e cria espaço para o debate em torno de um desenvolvimento mais inclusivo com foco na dimensão humana, abrindo espaço para ações coletivas, participativas e populares (PIMENTA, 2014)

Aqui pretendemos analisar algumas dessas nuances, discutindo o desenvolvimento em seus diversos aspectos, de forma a entender melhor as tendências do desenvolvimento. Além de entender o conceito, buscamos, num segundo momento, avaliar a importância da participação da sociedade civil para o processo de desenvolvimento.

A definição de desenvolvimento é dinâmica, está sempre mudando de acordo com o momento histórico vivido e a ideia predominante de desenvolvimento baseia as políticas públicas e sociais adotadas naquele momento. Podemos, então, entender desenvolvimento como uma “elaboração social historicamente situada” (SANTOS e CARNIELLO, 2014, p. 87).

O conceito do desenvolvimento, portanto, corresponde às características valorizadas em certo momento, é a tradução das concepções vigente e partilhadas coletivamente num dado momento (VIEIRA & SANTOS, 2012. p. 347). Vanessa Simon bem argumentou que:

(...) em qualquer sociedade, o grupo dominante (definido por raça, sexo, etnia etc) define e impõe seus valores e sua concepção de mundo: constrói estruturas sociais, estabelece as relações e de poder, elabora o conhecimento e desenha os símbolos e a utilização da linguagem. Mas, além disso, tais valores tendem

a assumir a categoria de universais, com o que se inviabiliza o resto da sociedade (SIMON, 2020, p. 18)

De acordo com Vieira e Santos (2012, p. 347), “o desenvolvimento é um processo social global”. A existência dos tipos de desenvolvimento são consequência de uma necessidade metodológica de classificá-lo em econômico, político, social ou cultural (VIEIRA & SANTOS, p. 347).

A análise do desenvolvimento deve, então, considerar os aspectos temporal e local. Devemos sempre manter um olhar crítico sobre a história do desenvolvimento bem como sobre seus efeitos sociais (NIEDERLE e RADOMSKY, 2016).

Conforme Santos e Carniello (2014, p. 72), a pesquisa histórica, assim, pode auxiliar na compreensão das características e nuances que se destacam no processo de desenvolvimento em cada momento histórico. O conceito de desenvolvimento corresponde, então, aos valores historicamente construídos por cada sociedade, embora possamos, de maneira geral, considerar que o desenvolvimento deve sempre visar melhores condições de vida para a população (VIEIRA & SANTOS, 2012).

De maneira geral deveríamos nos pautar na ideia de que, conforme Dowbor (2018, p. 04), o objetivo geral do desenvolvimento deve se concentrar em buscar ser “(...) economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável”.

A história do desenvolvimento, entretanto, não é o mesmo que história da economia, conforme Santos e Carniello (2014, p. 71):

(...) a história do desenvolvimento não se confunde com a história econômica. Não se trata de investigar a produção, a circulação e a distribuição da riqueza ou as ideias e teorias econômicas. A história do desenvolvimento equivale à investigação sobre como o desenvolvimento foi concebido em cada período histórico com a delimitação das divergências a seu respeito e como essas condições impactaram na formulação e efetivação de ações concernentes à sua concepção.

Como disse Santos e Carniello (2014, p. 75), até o século XVIII não existem estudos que tratem do tema do desenvolvimento, dessa maneira, só podemos analisar a história do desenvolvimento a partir desse século até o presente. Já no século XIX, como afirmou Burity (2007, p. 53), não se usava a terminologia desenvolvimento, falava-se em progresso que era entendido e definido com base nas sociedades europeu-ocidentais.

Como bem argumentaram Moacir José dos Santos e Monica Franchi Carniello (2014), portanto, durante os séculos XVIII e XIX a investigação histórica do desenvolvimento tem por base os termos sinônimos como progresso, que foi o conceito

que baseou as políticas públicas e econômicas adotadas para estimular o crescimento da riqueza e a expansão de tecnologia no último século

A partir das décadas de 1930 e 1940, de acordo com Burity (2007), essa ideia de progresso é um dos ingredientes que vão convergir para a construção de um conceito de desenvolvimento que se coloca com muita força nos anos pós-guerra e que ocasiona a existência de dois terços de pobres no mundo. (BURITY, 2007, p. 53). Em suas palavras:

Modelos e propostas de desenvolvimento começam a ser implementadas desde então, em larga medida animadas por uma ideia de que o processo pelo qual esse mundo que se descobre existente (o “terceiro mundo”, ou o “mundo subdesenvolvido”, ou um pouco mais adiante o “mundo dos dois terços”, etc) teria condições de sair da condição do subdesenvolvimento, envolveria a adoção de uma série de medidas onde o núcleo mais forte estava na ideia de modernização (BURITY, 2007, p. 54).

Posteriormente, as teorias neoliberais provocaram uma desregulação social e o abandono da preocupação em buscar o bem-estar social. O mesmo aconteceu também no Brasil, ainda que sob a égide da Constituição de 1988 vista como cidadã e garantidora de Direitos Humanos e Sociais (ZEIFERT; CENCI; MANCHINI, 2020).

Sabemos que o processo de globalização neoliberalista incentiva a busca por políticas que contemplem a livre economia de mercado e a valorização dos Direitos e liberdades individuais em detrimento das demandas coletivas sociais. Em outras palavras, são políticas de governo voltadas à lucratividade excessiva em detrimento do atendimento de demandas sociais básicas às comunidades que concedem mais importância ao mercado capital do que aos direitos inclusivos da sociedade (ZEIFERT; CENCI; MANCHINI, 2020).

Dessa maneira, os ideais neoliberais acabam se tornando um dos grandes empecilhos para o avanço das discussões sobre a valorização e busca pelos Direitos Humanos e Sociais bem como para a efetivação de políticas sociais nesse sentido. O não atendimento das demandas sociais, entretanto, acentua as disparidades socioeconômicas e as desigualdades econômicas e sociais prejudicando o desenvolvimento (ZEIFERT; CENCI; MANCHINI, 2020).

Conforme exposto, as teorias neoliberais dificultam a superação da desigualdade social. A ideia de competição, de meritocracia contribuem também para essa dificuldade da efetivação e políticas sociais. Muitos enxergam de forma negativa a concessão de direitos, no entanto, reforçamos que é necessário diminuir as desigualdades

sociais e atender as demandas sociais de uma sociedade para que possamos pensar em desenvolvimento.

Ladislau Dowbor defendeu que vivemos numa “democracia de faz-de-conta” (DOWBOR, 2022, p. 55) ao concluir que:

O governo das oligarquias, articuladas com interesses internos e internacionais, que é o que tem caracterizado a nossa política, com raros intervalos, deforma o desenvolvimento na medida em que favorece a auto reprodução de privilégios, e reproduz a fratura social do país. O mesmo processo favorece a erosão da soberania do país, já que os grupos efetivamente no poder são hoje essencialmente associados com os gigantes financeiros internacionais, os *traders* de comercialização de commodities, os interesses das grandes potências por acesso a matérias-primas baratas, sem consideração para os dramas sociais, econômicos e ambientais gerados. O alinhamento com interesses externos rompe o equilíbrio necessário entre as pressões externas e as necessidades de longo prazo do nosso desenvolvimento (DOWBOR, 2022, p. 55).

Podemos considerar, assim, seguindo os ensinamentos de Sachs (2004, p. 30) que a ideia de desenvolvimento que temos hoje começa a se desenvolver a partir da década de 1940 com a reconstrução da periferia devastada da Europa após a Guerra Mundial. Durante esse período, como argumentou Nierdele e Radomsky (2016, p. 94) surgiu a visão do subdesenvolvimento como uma condição a ser superada por meio da ajuda que os países tidos como “Primeiro Mundo” deveriam oferecer ao suposto “Terceiro Mundo”.

Podemos perceber, entretanto, que existe uma confusão histórica ao associar desenvolvimento à crescimento econômico. Crescimento econômico está relacionado ao processo de industrialização e, nesse sentido, a ideia de desenvolvido e subdesenvolvido corresponde à capacidade produtiva e de competição (PIMENTA, 2014).

Devido à essa confusão histórica, conforme Souza (2009, p. 59):

(...) o progresso econômico é percebido ainda hoje, como uma panacéia para resolver problemas como desigualdade, marginalização e subcidadania. Existe, em países como o Brasil, uma crença “fetichista” no progresso econômico, que faz esperar da expansão do mercado a resolução de todos os problemas sociais. O fato de o Brasil ter sido o país de maior crescimento econômico do Globo entre 1930 e 1980 (período no qual deixou de ser uma das mais pobres sociedades do Globo para chegar a ser a oitava economia global), sem que as taxas de desigualdade, marginalização e subcidadania jamais fossem alteradas radicalmente, deveria ser um indicativo mais do que evidente do engano dessa pressuposição.

Na maioria de nossas sociedades atuais, então, é contra hegemônico o entendimento do desenvolvimento como forma de atender necessidades referentes ao

bem-estar da humanidade, distinto de mero crescimento econômico e acúmulo de riquezas materiais. Na medida, porém, em que a desigualdade social e econômica estiveram sempre presentes e foram marcantes, inicia-se a discussão em torno de alternativas de desenvolvimento. Começa aí a preocupação com outras questões diversas do crescimento econômico, entre elas, por exemplo, a preservação dos recursos naturais, essenciais para a sobrevivência da humanidade, surgindo o conceito de desenvolvimento sustentável (SANTOS e CARNIELLO, 2014).

No período após 1980, então, surgem discursos que, conforme Burity (2007), buscam fazer oposição ao modelo de desenvolvimento até então hegemônico e apontar para modos alternativos. Diante desse contexto, como bem argumentou Pimenta (2014), as discussões sobre o meio ambiente ganham destaque nos debates sobre pensar um desenvolvimento com maior sustentabilidade e, nesse sentido, destaca-se o pensamento de Sachs (2004) considerando também o desenvolvimento social e defendendo que o desenvolvimento sustentável:

(...) obedece ao duplo imperativo ético da solidariedade com as gerações presentes e futuras, e exige a explicitação de critérios de sustentabilidade social e ambiental e de viabilidade econômica. Estritamente falando, apenas as soluções que considerem esses três elementos, isto é, que promovam o crescimento econômico com impactos positivos em termos sociais e ambientais, merecem a denominação de desenvolvimento. (SACHS, 2004, p. 36).

Conforme o pensamento de Sachs (2004), portanto, o crescimento econômico, de forma isolada, não gera desenvolvimento, ele até pode contribuir para o mesmo desde que gere empregos e ajude na redução da pobreza e desigualdade social.

Dessa maneira, como dito anteriormente, precisamos nos libertar da ideia de que desenvolvimento se traduz exclusivamente em crescimento econômico e industrialização já que essa convicção nos leva a crer que todos países podem alcançar o nível financeiro dos países ricos (ARRIGHI, 1998).

Nesse sentido, nos estudos de Arrighi (1997) e Furtado (1974) temos o desenvolvimento apresentado como um mito diante das contradições presentes em suas teorias tendo em vista que a visão de a periferia poder vir a se tornar centro é inalcançável e utópica. Acreditar que todos os países da periferia podem algum dia atingir o nível dos países tidos como centrais é uma ilusão (PIMENTA, 2014).

Com pensamento coincidente, Celso Furtado (1974) descreveu subdesenvolvimento não como uma etapa pelo qual todos países têm que passar, mas

como um processo autônomo provocado pelos diferentes caminhos percorridos pelos países.

No livro intitulado “O Mito do Desenvolvimento Econômico”, Celso Furtado (1974) expôs que o excedente da produção em sua maior parte era usado para financiar o investimento produtivo nos países desenvolvidos enquanto que nos países subdesenvolvidos era utilizado para garantir o consumo supérfluo e um estilo de vida semelhante ao dos países desenvolvidos para uma pequena elite.

Celso Furtado (1974) defendeu, então, que o desenvolvimento, além de ser um mito inalcançável, também é degradante ao expor que os custos da degradação ambiental gerados por esse estilo de vida são muito altos e toda tentativa de o generalizar colocaria em risco a sobrevivência humana (FURTADO, 1974, p. 75).

Outro importante autor a analisar o desenvolvimento trazendo essa ideia de ser o desenvolvimento muito mais do que acumulação de riqueza foi Amartya Sen com a proposta de desenvolvimento como liberdade potencializando as capacidades humanas (PIMENTA, 2014).

Amartya Sen (2010) considera que o desenvolvimento deve ser entendido como um fator de expansão das liberdades que as pessoas podem ter. Não é apenas o crescimento e industrialização que determinam o desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento é muito mais amplo e abrange o acesso à saúde, educação, moradia, lazer, liberdade de expressão, liberdade política, enfim, envolve qualidade de vida e garantia de Direitos fundamentais (SEN, 2010).

Tal autor defende que sua abordagem “(...) é principalmente uma tentativa de ver o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Nesta abordagem, a expansão da liberdade é considerada (1) o fim primordial e (2) o principal meio do desenvolvimento” (SEN, 2010, p. 52).

Em outras palavras, para Sen (2010) só podemos falar em desenvolvimento quando os indivíduos superam os obstáculos que restringem sua liberdade de escolha e passam a dispor dos “meios” para realizar os “fins” que desejam. Nesse sentido, o crescimento seria benéfico ao ampliar a capacidade das pessoas viabilizando as condições necessárias para que elas façam suas escolhas e obtenham o que desejam (NIEDERLE e RADOMSKY, 2016).

Percebemos, então, a necessidade de contraposição ao modelo hegemônico já que o desenvolvimento focado apenas no econômico resulta em desigualdades e exclusão. Como bem argumentou Pimenta (2014), é preciso uma ressignificação do conceito de

desenvolvimento para pensá-lo além do crescimento econômico já que a crença nesse progresso salvador é freada pelos problemas sociais, econômicos, culturais e ambientais que hoje se apresentam.

A noção de desenvolvimento deve estar relacionada com a superação das privações de todas as ordens colocando no centro de suas intenções a percepção humana, a melhoria da qualidade de vida, o equilíbrio e a sustentabilidade. A visão eurocêntrica do desenvolvimento nos traz o desprezo pela nossa cultura local e regional com a tendência de reprodução dos padrões de vida dos países tidos como desenvolvidos. Conforme Dowbor (2012, p. 81):

(...) o bom senso indica que num planeta com recursos limitados, a simples competição, com cada um correndo para agarrar o máximo que puder, constitui um absurdo sistêmico. Da mesma forma como estamos aprendendo penosamente que a política exige pactuações para equilibrar interesses diversos, o acesso aos recursos escassos do planeta exige pactuações que respeitem as necessidades de todos.

Os discursos do desenvolvimento, para Nierdele e Radomsky (2016, p. 93), geram uma grande capacidade para renovação e continuidade tendo em vista que as diversas nuances assumidas pelo desenvolvimento ao longo da história nos levam a crer que cada uma dessas ideias representam uma concepção original e diferente. Essa renovação constante traz novas maneiras de lidar com os problemas sociais, contribuindo para que o desenvolvimento se adapte, adquira novos significados e se torne duradouro (NIEDERLE e RADOMSKY, 2016).

Nesse sentido, o pós-desenvolvimento se coloca como uma percepção que não acredita nos benefícios dos processos de desenvolvimento, analisando diferentes modos de viver coletivamente que não se relacionam aos valores culturais hegemônicos eurocêntricos com especial enfoque aos movimentos sociais de resistência (NIEDERLE e RADOMSKY, 2016).

A maioria de nós tem uma visão positiva de desenvolvimento tendo-o como necessário sem buscar uma reflexão crítica sobre as consequências das políticas com ele relacionadas. Nas palavras de Nierdele e Radomsky (2016, p. 930), o pós-desenvolvimento tem a visão de que “o desenvolvimento é um discurso historicamente construído que, sob pretexto de melhorar a vida de comunidades pobres, tem causado intervenções com impactos negativos para a população”.

No pós-desenvolvimento, então, não se busca um novo e melhor desenvolvimento que se legitime como verdade universal, mas, sim, uma alternativa ao desenvolvimento considerando que o mesmo não seria a única maneira para a melhoria das condições de vida. Pretende que não se classifique mais os países como “desenvolvidos” ou “subdesenvolvidos” assim como pretende dar visibilidade à outras realidades construídas fora dos preceitos do desenvolvimento mostrando que é possível viver de maneira diferente (NIEDERLE e RADOMSKY, 2016).

Nesse sentido, ganham destaque modos de vida de povos originários, como os indígenas e os povos de matrizes africanas, tendo em vista que o colonialismo teve importante papel para a dicotomia entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos bem como entre países dominados e dominantes.

Além desses, importante também a economia feminista que se coloca em contraposição à economia dominante colocando como central a preocupação com a sustentabilidade da vida ao invés do mercado, se propondo a desenvolver novas formas de ver o mundo ao “tornar visível o que tradicionalmente a economia predominante não revela” (TEIXEIRA, 2018, p. 138).

Outra perspectiva que ganha relevância nessa busca por outras maneiras de enxergar o mundo é o fortalecimento do poder local e regional. Nesse sentido é fundamental pensar no âmbito local, considerando os problemas existentes ali e as soluções adequadas para o lugar. É imprescindível, portanto, fortalecer a cultura democrática do local buscando soluções mais efetivas em termos de políticas públicas e sociais. Infelizmente, o lugar, conforme expôs Arturo Escobar (2005, p. 69):

(...) desapareceu no “frenesi da globalização” dos últimos anos, e este enfraquecimento do lugar tem consequências profundas em nossa compreensão da cultura, do conhecimento, da natureza e da economia. Talvez seja o momento de reverter algumas destas assimetrias ao focar novamente a constante importância do lugar e da criação do lugar, para a cultura, a natureza e a economia.

Conforme Augé (1994), falando sobre lugar e não-lugar é interessante considerar que o lugar nunca é completamente apagado assim como o não-lugar nunca se realiza totalmente.

Os “não-lugares” são definidos por Marc Augé (1994) como espaços multifuncionais que possibilitam fazer mais coisas em um mesmo lugar, seriam uma

espécie de qualidade negativa do lugar, uma ausência do lugar. O lugar, por sua vez, é “identitário, relacional e histórico”, carregado de identidade social (AUGÉ, 1994, p. 73).

Para construir novas formas de enxergar o mundo colocando em evidência o que normalmente está oculto é preciso considerarmos que qualquer saída alternativa deve ser pensada considerando os modelos de natureza baseados no lugar com suas práticas culturais, ecológicas e econômicas (ESCOBAR, 2005).

Conforme defendeu Arturo Escobar (2005), o capitalismo atingiu tamanha predominância e hegemonia que é muito difícil pensar nossa realidade social de maneira diversa, mas precisamos buscar alternativas aos modelos de inspiração exclusivamente capitalista e reconstruir o mundo com base em práticas baseadas no lugar dando visibilidade à outras formas de vida e reformulando a ideia de desenvolvimento.

“A política também está situada no lugar” (ESCOBAR, 2005, p. 76) então temos que investir em políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local da mesma maneira como investimos nas direcionadas para ciência e tecnologia de forma que possamos observar os resultados aqui mesmo e não apenas no exterior. Conforme afirmou Dowbor (2002, p. 47):

(...) o Brasil não é um país pobre, é um país onde os recursos financeiros são desviados para atividades improdutivas, as riquezas naturais para exportação (sem pagar impostos), os bens públicos para grupos privados nacionais e internacionais: é a grande farra corporativa que caracteriza a política pós-2014.

Analisar o desenvolvimento, portanto, significa entender as mudanças pelas quais passam as sociedades ao longo do tempo e perceber que o desenvolvimento da maneira como o concebemos hegemonicamente traz severas consequências sociais e humanas. Devemos, assim, nos libertar de nossas crenças no desenvolvimento pautado apenas no crescimento econômico para criarmos um outro tipo de Estado menos central e totalitário e com maior participação da sociedade civil (PIMENTA, 2014).

É fundamental, assim, usando as palavras de Sachs (2004, p. 102), a formulação de “(...) estratégias nacionais de desenvolvimento baseadas no conceito do desenvolvimento a partir de dentro, socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e sustentado (...)”.

Precisamos extrapolar os modelos hegemônicos e valorizar os elementos sociais, históricos e culturais criando espaço para o desenvolvimento regional como possibilidade de superação de desigualdades e injustiças (PIMENTA, 2014).

5.2. Desenvolvimento e sua relação com a participação popular.

Como dito, o conceito de desenvolvimento é dinâmico, se transforma a cada momento histórico e acaba servindo como fundamento para as políticas públicas e sociais. O modelo de desenvolvimento adotado numa sociedade, portanto, está relacionado com muitos fatores incidentes sobre as condições de vida, a realização pessoal, a integração social, a participação política dos cidadãos bem como da produção de bens e sua distribuição. A visão do desenvolvimento predominante numa determinada sociedade está baseada em interesses econômicos, na formação cultural, nas condições de vida da sociedade, no funcionamento das instituições e na disponibilidade dos recursos naturais considerando os critérios para sua utilização e preservação (ZAMBAM E KUJAWA, 2019).

A partir dos anos 1990, conforme Burity (2007), cada vez mais surgem defensores da ideia de que os projetos de desenvolvimento serão mais eficazes na medida em que dialogarem e respeitarem a cultura do lugar e que sem a participação dos interessados ou daqueles que serão afetados pelas ações de desenvolvimento não podemos pensar em desenvolver projetos ou assegurar a sustentabilidade e eficácia dessas ações (BURITY, 2007).

Nesse contexto, ao pensarmos que democracia se traduz na concessão de Direitos, entendemos que ela não poderia combinar com as ideias do liberalismo, que prega a competição e a meritocracia. Diante desse paradoxo, desenvolveram-se mecanismos para que a democracia convivesse com o liberalismo e, nesse contexto liberal, a democracia se resume à representatividade, ou seja, elegibilidade, voto e alternância no poder, mas isso, por si só, não é suficiente, é preciso criar uma estrutura mais democrática.

O Brasil tem uma cultura autoritária, centralizadora e não democrática, os instrumentos democráticos (por exemplo, conselhos, associações de bairros, entre outros) não se consolidam e, às vezes, existem apenas formalmente sem muita atuação efetiva. Após a ditadura militar tivemos uma frágil abertura democrática, mas, na prática, continuamos ainda com muitas ideias daquela época. Como argumentou Ladislau Dowbor (2022):

Na América Latina, quando se tenta democratizar a economia, voltam ditaduras. Podemos ter democracia, conquanto não a usemos: o resultado é democracia política formal, o voto, sem a democracia econômica. (DOWBOR,

2022, p. 08) (...) Democracia resumida ao voto é uma construção frágil, quando não um engodo (DOWBOR, 2022, p. 09).

Diante desse cenário, é imprescindível que o Estado preveja a dignidade humana. A ideia do desenvolvimento baseado no ataque dos problemas sociais se mostra interessante ao garantir oportunidade a todos de forma igualitária, enfrentando a exclusão social e formando sociedades que efetivem as garantias coletivas, individuais e sociais (ZEIFERT; CENCI; MANCHINI, 2020).

A noção de desenvolvimento hegemônica, como nos foi imposta, trouxe problemas sociais que devem ser resolvidos. O não atendimento das demandas sociais provoca disparidade socioeconômica e acentua desigualdades econômicas e sociais.

Devemos, assim, pensar um Governo, uma Administração Pública que esteja informada e guiada por uma concepção crítica de Estado e que considere sua função atender a sociedade como um todo, sem privilegiar interesses de grupos detentores do poder econômico. É imperioso dar prioridade à programas que possibilitem a incorporação de conquistas sociais pelos grupos e setores desfavorecidos, visando a reversão do desequilíbrio social (HÖFLING, 2001).

Conforme Zeifert (2019, p. 16), “o Estado tomou para si a responsabilidade de formular e executar políticas públicas, passando a ser responsável pela efetividade das demandas sociais”. Os direitos sociais exigem uma ação direta, uma efetiva prestação de serviços por parte do Estado para a realização do bem comum, no entanto, tais ações públicas devem estar articuladas com as demandas da sociedade e, para tal, é necessária a participação popular na criação e implementação das políticas públicas sociais.

De forma que sejam produzidos resultados de fato relevantes e significativos para a sociedade e para a efetivação dos Direitos Sociais, não deve haver a atuação única e exclusiva do Estado. Para Zeifert (2019, p. 17), é necessária uma efetiva participação da sociedade civil para atingir resultados que realmente atendam aos anseios das comunidades. É importante o envolvimento de todos cidadãos e segmentos da sociedade para a construção de políticas públicas (ZEIFERT, 2019).

É preciso ter em mente que ações pontuais voltadas para maior eficiência e eficácia das políticas sociais não são suficientes para uma alteração profunda da política voltada a esses setores, é preciso ampliar a participação dos envolvidos nas esferas de decisão, de planejamento e execução das políticas sociais (HÖFLING, 2001).

Temos que entender que para construção de políticas públicas eficientes é preciso envolver na discussão os cidadãos e todos os segmentos da sociedade. A

participação da sociedade civil é essencial para a efetivação das políticas públicas. Ladislau Dowbor (2018) defendeu que em nossa atual sociedade:

A conectividade, a facilidade de articulação, as facilidades de organização de sistemas participativos que a urbanização permite abrem espaço para uma governança muito mais descentralizada e participativa. Em particular, a inoperância e ineficiência dos sistemas privados nessa área abrem oportunidades de mudança política e social, por meio de parcerias entre políticas públicas e as organizações da própria comunidade: pois é a comunidade que mais sabe do que precisa (DOWBOR, 2018, p. 03).

As práticas de participação popular, dessa maneira, são essenciais para o desenvolvimento ao mesmo tempo que facilitam a inclusão social. A participação popular no ambiente político, portanto, é essencial e instrumentos que visem incentivar e promover tal participação popular são extremamente relevantes. Ladislau Dowbor (2022) nos traz a ideia de que:

A democracia não se sustenta apenas no voto, necessita de formas democráticas de consulta regular, acompanhamento das iniciativas, participação nas diferentes iniciativas. Como vimos, isso envolve uma forte descentralização do processo decisório, em particular para o nível municipal, que é onde a população conhece os problemas, os personagens políticos, os desafios a enfrentar (DOWBOR, 2022, p. 56)

É importante, assim, pensar em âmbito local e fortalecer a cultura democrática do local. Ao se pensar o desenvolvimento localmente aproximamos o cidadão das decisões já que é no local que o cidadão pode efetivamente participar da vida pública. Não existe ninguém mais capacitado para trazer suas demandas ao Poder Público do que o próprio povo (DOWBOR, 2012). Conforme também expôs Dowbor (2012, p. 81):

Isto muda profundamente o que poderíamos chamar de cultura do desenvolvimento. Uma comunidade deixa de ser um receptor passivo de decisões longínquas, seja do Estado que vai “doar” um centro de saúde, ou de uma empresa que chegará e poderá “dar” empregos. O desenvolvimento deixa de ser uma coisa que se espera pacientemente, torna-se uma coisa que se faz, inclusive no aspecto da organização dos aportes externos. A cidadania política é complementada pela cidadania econômica, e gera-se o sentimento de apropriação e domínio da sua própria realidade.

O processo de mudança de visão sobre como pensar o desenvolvimento de forma dissociada de crescimento econômico e considerando os aspectos sociais e

ambientais está acontecendo em grande parte pela participação popular. Dowbor (2012, p. 113) defendeu ainda que:

Os avanços neste plano estão começando. Muitas empresas hoje já têm programas de responsabilidade social e ambiental. É verdade também que muitas o fazem mais por razões cosméticas, visando limpar o nome, do que para melhorar a sua utilidade social real como empresa. Mas no conjunto o processo está avançando porque a sociedade está começando a cobrar resultados em termos de qualidade de vida, e está se tornando mais consciente, em particular graças às organizações da sociedade civil.

A grande diversidade de sociedades e de configurações sociais e culturais impedem a utilização de estratégias uniformes de desenvolvimento e exige a criação de respostas para as necessidades e desejos de cada comunidade. Sachs (2004) considerou um aspecto do crescimento excludente “a fraca participação na vida política, ou completa exclusão dela, de grandes setores da população, pouco instruída, suborganizada e absorvida na luta diária pela sobrevivência, sendo as mulheres, sujeitas à discriminação de gênero, as mais fortemente atingidas” (SACHS, 2004, p. 39).

Para Sachs, portanto, o desenvolvimento incluyente exige a garantia de direitos civis e políticos sendo a democracia um valor fundamental que garante transparência e responsabilização, necessárias ao desenvolvimento. Existe para ele, entretanto, uma diferença entre a democracia representativa e a democracia direta, que é capaz de criar melhores condições para o debate público (SACHS, 2004).

A participação política baseada simplesmente no exercício do voto se mostra insuficiente para atingir com eficácia a finalidade de atender as demandas da sociedade e para a efetividade das políticas públicas, conforme argumentou Dowbor (2012) ao expor:

(...) fazer política sempre foi visto por nós como atividade muito centrada no voto, no partido, no governo. Mais recentemente, surgiram atividades em que a sociedade civil organizada arregaça as mangas e assume ela mesma uma série de atividades (DOWBOR, 2012, p. 29)

É preciso, assim, criar cada vez mais espaços para exercício da democracia diretamente e incentivar que a sociedade civil, de fato, participe da vida pública para empoderar as comunidades de forma que elas tenham papel ativo no seu futuro. Essa participação da sociedade civil é essencial para as políticas de desenvolvimento e indicam a necessidade de percorrer um caminho visando a democracia baseada no diálogo, no debate e em negociações (SACHS, 2004).

Dowbor (2012) argumenta que os estudos de Robert Putnam (2006) demonstram como os mecanismos de participação complementam a atuação estatal e se mostram como uma condição importante para a eficiência dessa atuação e defende que as tecnologias que favorecem a globalização podem também favorecer os espaços locais e as dimensões participativas, gerando uma conectividade democrática. Nesse sentido Dowbor (2012, p. 53) expõe ainda:

Como a qualidade de vida da comunidade representa em última instância o resultado que se quer do desenvolvimento, a demanda organizada da comunidade passa a constituir o “norte” orientador, para a produtividade sistêmica, da mesma forma como a demanda do consumidor individual o era para os processos produtivos tradicionais.

Nesse estudo referido acima sobre desenvolvimento realizado por Putnam (2006) nas diferentes regiões da Itália fica demonstrado que o ambiente de confiança mútua e ação coletiva acarreta num elemento chamado de capital social o qual seria responsável pelo ambiente sociocultural favorável ao desenvolvimento.

Putnam (2006, p. 192) demonstrou que “(...) para a estabilidade política, para a boa governança e mesmo para o desenvolvimento econômico, o capital social pode ser mais importante até do que o capital físico ou humano”.

Nessa perspectiva a educação se mostra essencial para o desenvolvimento, em especial a educação política, na medida que contribui para “o despertar cultural, a conscientização, a compreensão dos direitos humanos, aumentando a adaptabilidade e o sentido da autonomia, bem como a autoconfiança e a autoestima” (SACHS, 2004, p. 39).

Em nosso país, com uma estrutura de Estado fortemente centralizador, o papel da sociedade civil na elaboração das políticas públicas sempre se apresentou de forma muito fraca. De maneira geral, as políticas públicas sempre visaram atender aos interesses das elites dominantes, pouco contemplando as necessidades prioritárias da maioria da população.

O Estado Brasileiro, desde sua gênese, esteve fortemente orientado por interesses privados, sempre se justificando pela busca ao crescimento econômico, escondendo sua intenção de não atender, de fato, o interesse público. O desenvolvimento, de acordo com Santos e Carniello, “passou a representar o Santo Graal das políticas de governo e das ações do setor privado, justificando, sob a condição de meta ideal, os planos e as ações realizadas no presente” (SANTOS e CARNIELLO, 2014, p. 72).

Como já tivemos oportunidade de tratar anteriormente, infelizmente presenciemos hoje na política a defesa de interesses privados e a troca de favores ao invés de um debate acalorado sobre o interesse público.

O que precisa se pensar, entretanto, é que a discussão pública e a participação social são essenciais para a elaboração e eficiência das políticas públicas. Em uma estrutura democrática, as liberdades políticas e participativas possuem papel central para a efetividade de políticas públicas (SEN, 2010).

Para Sen (2010), a participação política, o diálogo, a educação e a valorização da cultura popular são essenciais para a superação dos problemas sociais e estão relacionados ao desenvolvimento já que sem desenvolvimento social até mesmo o desenvolvimento econômico fica prejudicado (SEN, 2010).

Embora as políticas de governo tenham sempre estado voltadas para lucratividade excessiva em detrimento do atendimento de demandas sociais básicas, recentemente, percebemos a busca por uma nova perspectiva para a estruturação das políticas públicas visando atender melhor as demandas da sociedade civil pensando coletivamente.

Para isso, é necessária a participação popular já que somente a própria sociedade pode, de fato, trazer suas demandas ao Poder Público. Apenas a sociedade civil conhece suas necessidades e pode apresentá-las por isso é tão importante a descentralização dos processos de decisões políticas. Descentralização essa que deve ser feita em especial para o nível municipal, de modo a relembrar a importância do local, onde as coisas acontecem e os problemas e desafios aparecem.

Nesse sentido, consideramos que a participação da sociedade civil no processo político é essencial para a criação de políticas públicas e sociais eficientes bem como para a própria efetivação de tais políticas, sendo condição essencial para o desenvolvimento não excludente e sustentado.

6. EDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO POLÍTICA E ESCOLAS DO LEGISLATIVO

Não podemos falar em Escolas do Legislativo sem pensar na relação entre educação, política e emancipação, o que está profundamente relacionado com a proposta de educação libertadora e emancipadora de Paulo Freire. Quando tratamos de emancipação, pensamos em melhoria das condições sociais, Freire (2000) fala em libertação de formas de opressão e dominação especialmente no neoliberalismo. Pensar em emancipação, então, é pensar em um processo político que conduza à transformação social (FREIRE, 2000).

Freire (1987) defende uma forma de educar, uma pedagogia, que permita a todos se emancipar mediante uma luta libertadora. Esse processo emancipatório busca também garantir o direito de ser diferente, o que de fato garante uma sociedade democrática (FREIRE, 1987).

Como já colocamos acima, quando tratamos de emancipação temos que pensar na relação dessa emancipação com educação e política. É importante pensarmos que a educação, sozinha, não necessariamente irá transformar a realidade porque a transformação mais efetiva da sociedade só pode se dar por um processo coletivo que envolve a luta de classes e, assim, a política (FREIRE, 2000).

Nessa relação entre educação e política, Freire (2000) considera que não há prática política sem conteúdo educativo e não existe educação neutra, ou seja, existe um viés político da educação. E concordamos com ele nesse ponto já que todo mundo se expressa do seu lugar de conhecimento e experiência de vida.

Na luta de classes podemos entender que os acumuladores de capital e detentores das forças de produção são os exploradores e aqueles que vendem sua mão de obra são os explorados. Nesse sentido, a atuação do educador pode se dar a favor dos exploradores ou dos explorados (FREIRE, 1987).

O grande desafio para o educador que atua a favor dos explorados é desnaturalizar a atual forma da sociedade. É nesse sentido que atua a educação transformadora e emancipadora, em gerar um raciocínio social crítico, em realizar a formação para a autonomia dos sujeitos. É um grande desafio porque até mesmo aqueles que sofrem a exploração aceitam e propagam esse discurso dominante na atual sociedade (FREIRE, 1996).

Separar a política da educação, num suposto discurso de neutralidade, acaba sendo interessante para os exploradores pois auxilia a manter o sistema capitalista e a estrutura social vigente (FREIRE, 1987).

Nesse sentido, devemos pensar que as Escolas do Legislativo colocam como sua proposta exatamente aproximar a educação da política o que, na visão Freiriana, é extremamente positivo e necessário. Ao ensinar sobre conceitos políticos e estimular a participação democrática estariam as Escolas Legislativas contribuindo para a autonomia dos indivíduos.

Para a educação libertadora, emancipadora, no entanto, devemos atentar que não se deve tentar impor qualquer visão de mundo, mas fazer dialogar as diversas visões de mundo. Para conceder autonomia aos educandos deve o educador se distanciar de práticas conservadoras que sejam exclusivamente voltadas a atender os interesses da produção e da reprodução social. O educador deve, portanto, se voltar para práticas educacionais libertadoras, comprometidas com a emancipação dos indivíduos. Essas práticas libertadoras também se preocupam com o ensino de conceitos, mas focam também em gerar um raciocínio crítico (FREIRE, 1987).

Falar, então, em emancipação é falar em processo de libertação política, cultural e social, é pensar em educação para liberdade e libertação das pessoas, mas devemos também estar cientes de que isso depende também de outros projetos sociais. É aí que entram as Escolas do Legislativo que se apresentam como um espaço de educação focado no aspecto social ao tratar de temas políticos. A Escola do Legislativo vem apresentar uma nova estrutura ao falar em educação, lembrando que atuam numa experiência educacional não escolar.

Pistrak entendia que para transformar a educação trazendo uma transformação social não basta modificar seu conteúdo. É preciso mudar toda sua estrutura de organização e funcionamento tornando-a coerente com a formação de cidadãos aptos a participar do processo de construção de uma nova sociedade (PISTRAK, 2011).

Referido autor argumentou que o processo educacional deve preocupar-se com a formação do indivíduo como um todo dando capacidade para intervir na realidade. Defendeu a coletividade como uma qualidade a ser desenvolvida pela escola com ações realizadas por meio da cooperação que beneficie o coletivo e de interesse comum. Para tal trouxe a ideia do processo de auto-organização dos alunos como principal característica da escola, onde os alunos devem ter participação ativa na construção da

escola. Seria essa uma educação para uma ação transformadora, emancipadora (PISTRAK, 2011).

Pistrak (2011) defendeu ainda que a escola sempre correspondeu às exigências do momento histórico, às exigências do regime político-social vigente. Exemplo disso é o fato de que a escola na sociedade capitalista visa preparar os sujeitos para o trabalho transmitindo valores como individualismo e competitividade.

Em seu tempo, Pistrak (2011) também demonstrou a necessidade de mudança na estrutura curricular ao argumentar ser necessário excluir uma série de disciplinas e temas que não correspondiam ao momento atual. Além disso, mostrou a necessidade de atualização dos métodos e materiais de ensino já que a finalidade da escola vai além de simplesmente conhecer a realidade.

Entra aí o aspecto formativo que tanto defendemos de gerar uma capacidade de reflexão crítica nos indivíduos e não se contentar com um processo educativo simplesmente transmissivo de conceitos. Concordamos com o caráter revolucionário e engajado da atividade educacional destinada à emancipação por meio da participação política, não existindo neutralidade nessa atividade educacional.

Makarenko é outro autor que defendeu esse caráter emancipador e libertador da educação, defendendo que uma das funções da educação é transformar os indivíduos de forma que atuem reflexivamente, gerando discussões e mudança no sentido de quebrar com a lógica hegemônica (MAKARENKO, 1976).

Referido autor propôs um modelo de escola baseado na vida em comunidade, no coletivo, na disciplina e no trabalho. Sua proposta revolucionária de educação estimula os alunos a estarem em contato com o ambiente social e participar das decisões sociais (MAKARENKO, 1976).

O educar na visão de Makarenko passa pela construção de uma sociabilidade preocupada com as questões sociais e com a própria emancipação social. Ele defendeu como a atribuição de responsabilidades por meio da participação ativa dos alunos pode ser uma forma educativa muito eficiente acarretando no controle social de forma democrática (MAKARENKO, 1976).

Nesse sentido acreditamos que a educação é um importante instrumento para a construção de uma nova sociedade com a superação de desigualdades e injustiças sociais. Por meio da educação e de ações coletivas é que será possível uma transformação social, cultural, política e econômica. E isso tem tudo a ver com a proposta das Escolas

do Legislativo ao pensarmos na importância da participação no processo educacional e na política.

6.1. Conceito: qual a proposta e como funcionam as Escolas do Legislativo?

As Escolas do Legislativo surgem com base nas Escolas de governo, porém, no âmbito do Poder Legislativo, para formação e aperfeiçoamento de seus servidores. As Escolas de Governo foram criadas no Poder Executivo com a previsão do artigo 39, §2º da Constituição Federal justamente com o objetivo de capacitação dos servidores (COSSON, 2008).

O surgimento dessas Escolas do Legislativo especificamente acontece em 1992 com a iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, seguida posteriormente por várias outras casas legislativas. Inicialmente, de fato, surgem com o objetivo de oferecer capacitação para os servidores das Casas Legislativas, mas, rapidamente, propõe uma nova função e passam a atuar, também, na educação política para a sociedade gerando aprendizado sobre política, estrutura e função de Estado e processo legislativo.

A Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, portanto, inaugurou a história da educação legislativa em nosso país. É importante dar destaque à essa iniciativa pioneira da Assembleia Legislativa de Minas Gerais ao criar sua Escola do Legislativo muitos anos antes das demais Casas Legislativas, demonstrando grande interesse pela área educacional e visão de futuro.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, de acordo com seu próprio site, tem essa iniciativa como medida de modernização e democratização do Poder Legislativo diante do quadro de crise e desgaste vivenciado demonstrado pelos altos níveis de renovação parlamentar vivenciado na época.

A medida se mostrou tão interessante que despertou o olhar de outras Casas Legislativas que não tardaram em acompanhar o ensejo e fundarem suas próprias Escolas do Legislativo.

Diante da observação dessas Escolas, então, conseguimos perceber que diversas das atividades ali desenvolvidas não correspondem à função de capacitação, mas à função de aproximar o Legislativo da sociedade e fortalecer a democracia por meio da educação política. Tais Escolas vêm desempenhando essa função muito embora a

educação para democracia seja, no geral, pensada apenas no âmbito da educação formal (COSSON, 2008).

Pretendem, então, oferecer formação política, bem como ampliar e incentivar a participação popular. Tais espaços não são destinados apenas à formação e aprimoramento de servidores, mas também, à educação política e legislativa, isto é, a difusão dos conhecimentos e questões próprias da política e do Parlamento.

Uma das atribuições propostas por essas Escolas é a construção de capacidades e competências exigidas dos nossos representantes para o adequado funcionamento da democracia de forma partidária por um processo educativo que considera as peculiaridades do Legislativo (RIBEIRO, 2011).

Quando efetivamente se instala, a Escola do Legislativo da Assembleia de Minas Gerais cria um modelo de dupla atuação, que predomina posteriormente na maioria das Escolas legislativas, ao propor ações de suporte ao funcionamento da Assembleia focando na capacitação de servidores e atividades pedagógicas para aproximação do Legislativo com a sociedade (COSSON, 2008).

As Escolas do Legislativo estão hoje integradas por meio da Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de Contas (ABEL) e compõe um sistema que compreende órgãos do Senado, Câmara dos Deputados, Tribunais de Contas da União e dos Estados, Assembleias Legislativas, Câmara Distrital e um número crescente de Câmaras Municipais (COSSON, 2008).

No momento de criação da ABEL, em 2003, estiveram presentes representantes de vinte assembleias legislativas, mas existiam onze escolas criadas e sete efetivamente instaladas. Após esse surgimento, houve um aceleração da expansão da rede com o crescimento constante do número de Escolas do Legislativo fundadas e efetivamente instaladas, tornando a educação legislativa mais complexa e desafiadora. Muito disso se deve ao fato de que a ABEL estabeleceu como objetivo a contribuição entre as escolas para o fortalecimento do sistema com o incentivo à criação de novas escolas em nível estadual e municipal (COSSON, 2008).

O conceito de escola é mais amplo do que um simples espaço destinado ao ensino já que escolas podem por exemplo denominar um conjunto de princípios. A noção de Escolas do Legislativo, no entanto, está relacionada a essa noção mais tradicional de escola como espaço de ensino que considera a existência de salas de aula, alunos, professores, regimentos, projetos pedagógicos entre outros elementos desse ambiente. Nesse sentido, embora existam dificuldades, as Escolas legislativas se esforçam para criar

essa estrutura e desempenhar suas funções como uma escola nessa visão tradicional não sendo, assim, simples órgãos de recursos humanos que se destinam apenas à capacitação de servidores (COSSON, 2008).

De maneira geral, podemos observar três objetivos centrais em torno dos quais se organizam as Escolas do Legislativo: a capacitação de servidores e parlamentares visando o desenvolvimento de seus trabalhos e a modernização do serviço público; a produção e divulgação de conhecimento sobre o Poder Legislativo; e, a promoção da democracia ou aproximação do Legislativo com a sociedade (COSSON, 2008).

O segundo objetivo de divulgação de conhecimento é baseado na ideia geral de que a sociedade possui um conhecimento limitado sobre o que é e para que serve o Poder Legislativo. Aqui cabe considerar que, realmente, num contexto onde as ações políticas estão fragmentadas entre tantos setores, órgãos, indivíduos, o Legislativo está sendo visto meramente como defensor de seus próprios interesses e como um órgão dispensável. É preciso, portanto, desconstruir essa noção desgastada mostrando a função do Poder Legislativo que, às vezes, é desconhecida até mesmo por seus próprios membros (COSSON, 2008).

O último objetivo de promoção da democracia abre as Escolas legislativas para a sociedade trazendo a função de educação para a democracia. A educação para a democracia compreende, hoje, uma função fundamental do Parlamento tanto quanto as de representar, legislar e fiscalizar. As suas ações, no entanto, não devem esconder ou excluir aquilo que é visto como negativo no Legislativo, mas, considerar e refletir sobre essa parte negativa para ter sucesso no seu objetivo de fortalecimento da democracia com a construção de uma sociedade com mais liberdade, justiça e igualdade (COSSON, 2008).

Em resumo, Escola do Legislativo é uma escola inserida no âmbito do Poder Legislativo o que confere singularidade à essas estruturas educacionais; é uma escola de governo quando pensamos na sua função de capacitação dos servidores; é uma instituição de pesquisa ao considerarmos seu objetivo de produção e divulgação de conhecimento sobre o Legislativo; e, é uma escola de cidadania quando pensamos no seu papel de aproximação da sociedade com o Parlamento atuando na educação política (COSSON, 2008).

Um dos projetos desenvolvidos pelas Escolas do Legislativo que cabe destacar aqui em virtude dos resultados obtidos pela pesquisa é o Parlamento Jovem. Como veremos a frente, este é o projeto que mais se destaca na região estudada sendo o

único projeto em algumas Escolas e o projeto que impulsionou a existência de Escolas do Legislativo em algumas Câmaras Municipais.

O Parlamento Jovem de Minas Gerais, de acordo com dados do website da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (2023), completa vinte anos em 2023 e é um programa de formação política destinado a estudantes do ensino médio que cria oportunidade de conhecer melhor a política e os instrumentos de participação no Poder Legislativo.

O Projeto é de iniciativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, por meio de sua Escola do Legislativo, e desenvolvido em parceria com diversas Câmaras Municipais do estado de Minas Gerais. A cada ano um tema de relevância social é escolhido e dentro do Projeto são desenvolvidos estudos e debates sobre o tema que contribuem para a formação política.

Conforme informação também do site da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (2023), os objetivos do Projeto são:

estimular a formação política e cidadã de estudantes do ensino médio, por meio de atividades que os levem a compreender melhor a organização dos Poderes, especialmente do Legislativo, e a importância da participação popular no Parlamento; incentivar o envolvimento das câmaras municipais em atividades de educação para a cidadania e fortalecer o Legislativo municipal; propiciar espaço para vivência em situações de estudos e pesquisas, debates, negociações e escolhas, respeitando-se as diferentes opiniões; levar os jovens a se interessarem pela agenda sociopolítica de seu município e pelo exercício da participação democrática na discussão e decisão de questões relevantes para a comunidade.

Durante o tempo em que a pesquisadora trabalhou na Escola do Legislativo foi uma das coordenadoras do Projeto Parlamento Jovem em seu município e observou que a maioria das Escolas Legislativas selecionam seus participantes por meio de contato com as escolas tanto públicas quanto privadas. Além desse contato inicial, algumas escolas se interessam em acompanhar o desenvolvimento do projeto que é realizado exclusivamente pela Escola do Legislativo, mas a maioria das escolas apenas contribui realmente no momento de seleção dos alunos participantes.

6.2. Os contraditórios que envolvem as Escolas do Legislativo

Tendo em vista a intenção das Escolas do Legislativo, pensando em tecnologias sociais, na teoria é possível visualizar uma aproximação entre o projeto e o

conceito, já que as Escolas se colocam enquanto um espaço onde se desenvolverão técnicas de interação com a população que podem gerar soluções para a participação e inclusão social, conforme são conceituadas também as tecnologias sociais:

As tecnologias são chamadas “sociais” quando apresentam as condições para, a partir de sua implantação em determinados contextos, melhorar a qualidade de vida. Essas soluções devem ter potencial para gerar efetivas mudanças em diversos campos, como educação, agricultura, saúde, meio ambiente e lazer (MEDEIROS et al, 2015, p. 967).

De acordo com Fonseca (2009, p. 147), as Tecnologias Sociais poderiam ser referência e conteúdo para construção de uma estratégia de inclusão social transformadora e “construir tecnologias para o desenvolvimento social deve fazer parte do processo de aprofundamento da democracia no Brasil”.

Tal autor defende que ainda não é totalmente aceita a ideia de que a Ciência e Tecnologia possa contribuir diretamente para a inclusão social. A maioria acredita que a contribuição seria apenas como consequência do desenvolvimento econômico promovido pelo conhecimento científico e tecnológico. Em outras palavras, predomina o pensamento de que o avanço científico se converte em avanço tecnológico e gera desenvolvimento econômico e social (FONSECA, 2009)

É preciso compreender, nesse sentido, que a tecnologia não é neutra, é uma construção social que incorpora valores do contexto onde foi desenvolvida. O autor defende, então, que a Tecnologia Convencional, desenvolvida dentro das relações capitalistas dominantes, seria intrinsecamente excludente e não vai produzir inclusão social para concluir que as tecnologias que forem construídas incorporando valores alternativos por meio da participação de outros atores sociais poderão promover inclusão (FONSECA, 2009).

O que Fonseca (2009) quer dizer é que deve se buscar com a Tecnologia Social um processo de mudança na forma de construção, uso e difusão da tecnologia. A tecnologia pode ser recriada ou adaptada tendo como referência valores que vão além do puro resultado econômico. A reinvenção da Tecnologia permite a participação e recriação do conhecimento partindo de referências locais, o que produzirá resultados mais duradouros.

Nesse contexto, é importante questionar se as atividades de educação política, conforme proposta das Escolas Legislativas, se efetivam e podem vir a ser um dos instrumentos para a construção, a longo prazo, de uma sociedade mais participativa e para

a existência de instituições democráticas cada vez mais eficientes, tendo em vista o desenvolvimento social local.

E, dentro desse pensamento, percebemos que a questão é complexa e devemos pensar nas controvérsias e contraditórios aí envolvidos já que é assim, nas controvérsias, que realmente nos aproximamos da realidade. Devemos, sempre, ter em mente que o conhecimento e a ciência, em si, são construções coletivas e sempre questionar o efeito que produzimos sobre alguma coisa e o efeito que as coisas produzem em nós (LATOURET, 2016).

Controvérsias, conforme Venturini (2010), são contextos onde os atores envolvidos discordam ou concordam sobre suas discordâncias, ou seja, são situações onde questões e coisas tidas como certas passam a despertar questionamentos. Para ele, as controvérsias são o fenômeno mais complexo na observação da vida coletiva (VENTURINI, 2010).

A tecnologia não é neutra, ela surge de um contexto social. Assim como o conhecimento e a ciência, as tecnologias resultam de uma construção social. Como defendeu Gerard Fourez (1995, p. 116), “(...) o valor de um saber, como o de uma tecnologia, é sempre ligado a um contexto da sociedade (...)”.

Dessa maneira, assim como não existe neutralidade da tecnologia, da ciência e do conhecimento também não existe neutralidade do ensino, do processo de transmissão desse conhecimento, como já pudemos expor anteriormente nessa pesquisa. Nas palavras de Paulo Freire (1996):

Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutro, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê. Não posso ser professor a favor simplesmente do Homem ou da Humanidade, frase de uma vaguidade demasiado contrastante com a concretude da prática educativa. Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo. Sou professor contra o desengano que me consome e imobiliza. Sou professor a favor da boniteza de minha própria prática, boniteza que dela some se não cuida do saber que devo ensinar, se não brigo por este saber, se não luto pelas condições materiais necessárias sem as quais meu corpo, descuidado, corre o risco de se amofinar e de já não ser o testemunho que deve ser de lutador pertinaz, que cansa mas não desiste. Boniteza que se esvai de minha prática se, cheio de mim mesmo, arrogante e desdenhoso dos alunos, não canso de me admirar (FREIRE, 1996, p. 39 e 40).

Conforme Bordieu e Passeron (1992), os ambientes escolares reproduzem um contexto social de dominação de forma eficiente ao dissimular esse processo com um discurso de neutralidade que acarreta numa legitimidade e aceitação absoluta a esses ambientes.

No mesmo sentido argumentou Paulo Freire (1987) ao expor que, em certo momento de sua experiência existencial, os oprimidos assumem:

(...) uma postura que chamamos de “aderência” ao opressor. Nestas circunstâncias, não chegam a “admirá-lo”, o que os levaria a objetivá-lo, a descobri-lo fora de si.

Ao fazermos esta afirmação, não queremos dizer que os oprimidos, neste caso, não se saibam oprimidos. O seu conhecimento de si mesmos, como oprimidos, se encontra, contudo, prejudicado pela “imersão” em que se acham na realidade opressora (FREIRE, 1987, p. 17 e 18).

Não podemos pensar, assim, a Escola do Legislativo como um lugar neutro onde se transmite um conhecimento totalmente isento de concepções e pensamentos que sejam de alguma maneira influenciados por aquele ambiente e pelos atores humanos ali presentes.

Dessa maneira, devemos estudar a Escola do Legislativo mais profundamente e com uma percepção crítica de modo a compreender melhor as relações e nos aproximar mais da realidade.

Conforme Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1992), as organizações escolares, de maneira geral, tendem a afirmar e impor a cultura dominante com um discurso parcial e tendencioso que reafirma as diferenças provocando à exclusão de parte dos estudantes.

Para esses autores se compreende que toda ação pedagógica acaba sendo uma “violência simbólica” porque é a imposição de um “arbitrário cultural” por meio de um “poder arbitrário” e que:

(...) a ação pedagógica dominante tende a impor aos membros dos grupos ou classes dominadas o reconhecimento da legitimidade da cultura dominante, tende a lhes impor do mesmo modo, pela inculcação ou exclusão, o reconhecimento da ilegitimidade de seu arbitrário cultural (BORDIEU e PASSERON, 1992, p. 52).

O arbitrário cultural que é colocado em posição dominante numa organização social é “(...) aquele que exprime o mais completamente, ainda que sempre de maneira

mediata, os interesses objetivos (materiais e simbólicos) dos grupos ou classes dominantes (BORDIEU e PASSERON, 1992, p. 24).

Em outras palavras, tais autores argumentaram que nossa sociedade possui uma estrutura muito bem arquitetada que objetiva perpetuar o processo de dominação e usa dos próprios indivíduos para realizar essa perpetuação. Nessa estrutura, são os ambientes educacionais, de forma geral, instituições que atendem a esse objetivo de legitimação da dominação e que contribuem para a reprodução do sistema de forma natural e legítima, reforçando nesse processo as diferenças ao contrário de promover igualdade e liberdade (BORDIEU e PASSERON, 1992).

A estrutura é tão bem arquitetada que, como bem argumentou Paulo Freire (1987) os oprimidos até se sabem oprimidos, mas possuem certo receio da liberdade devido à consciência opressora e preferem adaptar-se a sua não liberdade. Em suas palavras:

Os oprimidos, contudo, acomodados e adaptados, “imersos” na própria engrenagem da estrutura dominadora, temem a liberdade, enquanto não se sentem capazes de correr o risco de assumi-la. E a temem, também, na medida em que, lutar por ela, significa uma ameaça, não só aos que a usam para oprimir, como seus “proprietários” exclusivos, mas aos companheiros oprimidos, que se assustam com maiores opressões (FREIRE, 1987, p. 19).

A educação, sem dúvidas, exerce uma função extremamente importante e, em nosso país, ainda mais importante politicamente considerando nossa colonização marcada pelo ideal de construir um novo mundo que cria uma ilusão de que esse mundo novo é construído por meio da educação dos jovens (ARENDRT, 2011).

Temos uma concepção educacional, influenciada por Rosseau, em que vemos a educação como instrumento da política e a própria política como uma forma de educação. (ARENDRT, 2011). Devemos, no entanto, considerar que é complicado que a política desempenhe algum papel na educação tendo em vista que:

(...) na política lidamos com aqueles que já estão educados. Quem quer que queira educar adultos na realidade pretende agir como seu guardião e impedi-los de atividade política. Como não se pode educar adultos, a palavra "educação" soa mal em política; o que há é um simulacro de educação, enquanto o objetivo real é a coerção sem o uso da força (ARENDRT, 2011, p. 225).

Essa realidade nos causa uma inquietação considerando que o sentimento de mudança e transformação social normalmente presente ao pensar na educação se

transforma ao compreender essa estrutura onde as escolas contribuem para a reprodução do sistema (BORDIEU e PASSERON, 1992).

No entanto, a melhor forma para nos libertarmos desse processo de dominação é ter conhecimento de que a “ação pedagógica” escolhe e legitima a cultura dominante por um processo de imposição e inculcação. Nas palavras de Bordieu e Passeron (1992):

O reconhecimento da legitimidade de uma dominação constitui sempre uma força (historicamente variável) que vem reforçar a relação de força estabelecida, porque, impedindo a apreensão das relações de força como tais, ele tende a impedir aos grupos e classes dominadas a compreensão de toda a força que lhes daria a tomada de consciência de sua força (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p. 28 e 29).

Paulo Freire (1987) comparou esse processo de libertação à um parto doloroso que gerará um novo homem não opressor ou não oprimido. Para tal autor, é indispensável para o processo de luta por libertação que:

(...) a realidade concreta de opressão já não seja para eles uma espécie de “mundo fechado” (em que se gera o seu medo da liberdade) do qual não pudessem sair, mas uma situação que apenas os limita e que eles podem transformar, é fundamental, então, que, ao reconhecerem o limite que a realidade opressora lhes impõe, tenham, neste reconhecimento, o motor de sua ação libertadora (FREIRE, 1987, p. 19).

O “habitus”, como Bordieu e Passeron (1992) denominaram aquilo que o indivíduo interioriza de acordo com sua trajetória social, é formado de acordo com a cultura dominante por esse processo de imposição e inculcação que se garante por meio de uma autoridade pedagógica que usa de sanções e da naturalização dessa imposição.

Os indivíduos que atuam no processo pedagógico usam, assim, dessa “autoridade pedagógica” para garantir uma formação que corresponda à cultura dominante e ao se deparar com algum tipo de resistência usam dessas sanções sob a justificativa de conscientizar os indivíduos (BORDIEU e PASSERON, 1992).

O “habitus” de um indivíduo é consequência do contexto social onde ele foi criado e acaba se tornando a única realidade conhecida e possível para ele, gerando nesses indivíduos ideias direcionadas a sempre manter esse contexto e nunca para questioná-lo. Para formação desse “habitus” do indivíduo, Bordieu e Passeron (1992) consideram que:

(...) a ação pedagógica implica o trabalho pedagógico como trabalho de inculcação que deve durar o bastante para produzir uma formação durável; isto é, um habitus como produto da interiorização dos princípios de um arbitrário cultural capaz de perpetuar-se após a cessação da ação pedagógica e por isso

de perpetuar nas práticas os princípios do arbitrário interiorizado” (BORDIEU; PASSERON, 1992, p. 44).

Essa ação pedagógica, conforme os autores, está presente em diversas instituições, mas possui grande destaque nas escolas justamente por essa aparente neutralidade que tratamos acima e pelo alto grau de confiança que possui da sociedade (BORDIEU e PASSERON, 1992).

O processo de reprodução e dominação é feito de forma dissimulada, a abrangência e o sucesso da imposição dessa violência simbólica dependem desse grau de confiabilidade e do baixo nível de consciência sobre sua existência, ou seja, do desconhecimento “(...) da verdade objetiva da ação pedagógica, desconhecimento que define o reconhecimento da legitimidade da ação pedagógica e que, por essa razão, constitui a sua condição de exercício” (BORDIEU e PASSERON, 1992, p. 29).

O processo de dominação, portanto, não é feito coercitivamente, pelo contrário, ele ocorre com o consentimento dos indivíduos. Consentimento, porém, que não possui consciência da dominação ficando a violência encoberta. Por esse motivo denomina-se violência simbólica, por estar velada, disfarçada e não permitir consciência dos indivíduos sobre sua existência (BORDIEU e PASSERON, 1992).

É por meio do sucesso desse processo de dominação realizado pelas instituições de forma discreta e aparentemente neutra e indiferente que uma organização social se posterga ao longo dos anos (BORDIEU e PASSERON, 1992).

Nesse sentido, é preciso considerar que a Escola do Legislativo enquanto tecnologia social também é uma criação social com diversos interesses envolvidos, inclusive interesses para sua criação e existência, sendo inviável acreditar na transmissão de um conhecimento totalmente apartidário e livre de qualquer ideologia. Devemos ter em mente que todo mundo se expressa sob influência do lugar onde está.

Mesmo assim, pensando na consolidação político-administrativa das Escolas legislativas é relevante que elas tentem manter sua função pluripartidária veiculando e transmitindo sempre uma gama variada de assuntos, pensamentos e ideologias evitando a possibilidade de algum tipo de caráter político partidário. Existe um sério risco quando as atividades dessas Escolas estejam vinculadas a algum tipo de pensamento ou ideologia e quando se destinam a fortalecer algum partido ou parlamentar em específico.

Seguindo essa linha de pensamento, Lemos (2019) argumentou que existe um alto risco de doutrinação ideológica em qualquer sentido de opção política dentro desse

ambiente de ensino. Ele defende a importância dessas Escolas Legislativas serem espaços onde:

(...) todos se sintam seguros e confiantes para obter o máximo de conhecimentos e práticas que os empoderem como cidadãos críticos, participativos e corresponsáveis pelos destinos de sua comunidade e aptos a dialogar com aqueles que pensem diferente, respeitando opiniões alheias e pontos de vista equidistantes aos seus. O respeito e fortalecimento da democracia devem ser nossos objetivos comuns, mesmo que tenhamos linhas ideológicas e opções políticas diversas (LEMOS, 2019, p. 233).

Refletindo sobre esse risco de doutrinação ideológica, é preciso analisar que em muitas Escolas Legislativas não existe uma equipe permanente, a equipe é composta por servidores comissionados, isto é, que ocupam cargos de livre nomeação e exoneração pelo Presidente da Casa Legislativa e as próprias Escolas estão subordinadas à Presidência. Esse vínculo pode levar ao entendimento de que as atividades estejam diretamente sob influência exclusiva desse único parlamentar e, por consequência, sob a influência de sua ideologia ou de seu partido.

É preciso tentar manter um equilíbrio nas atividades educacionais das Escolas do Legislativo tendo em mente o que nos trouxe Paulo Freire (1996):

O que se coloca à educadora ou ao educador democrático, consciente da impossibilidade da neutralidade da educação, é forjar em si um saber especial, que jamais deve abandonar, saber que motiva e sustenta sua luta: *se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode*. Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante. O que quero dizer é que a educação nem é uma força imbatível a serviço da transformação da sociedade, porque assim eu queira, nem tampouco é a perpetuação do "status quo" porque o dominante o decreta. O educador e a educadora críticos não podem pensar que, a partir do curso que coordenam ou do seminário que lideram, podem transformar o país. Mas podem demonstrar que é possível mudar. E isto reforça nele ou nela a importância de sua tarefa político-pedagógica (FREIRE, 1996, p. 43).

Na maioria das Escolas Legislativas, senão em todas, percebemos, pela observação realizada anteriormente e também pelos resultados obtidos nessa pesquisa, a categorização dos projetos por idade trazendo uma ideia de gerar uma mudança por meio dos jovens sendo que as questões políticas não envolvem idade, não são questões cronológicas. Essa segregação por faixa etária exclui a discussão de temas importantes para a sociedade que envolvem e preocupam de forma mais impactante outras faixas etárias como, por exemplo, questões como aposentadoria.

Aliás, tocando nesse ponto, é inviável aprofundarmos nisso no momento, mas fica a intenção para futuras pesquisas de investigar qual o motivo desse foco das Escolas do Legislativo no ensino básico e médio distanciando-se do ensino superior e outros grupos sociais.

Outra limitação estrutural, observada pela pesquisadora, enfrentada por muitas das Escolas do Legislativo e que produzem contradições em seu funcionamento, é a falta de estrutura física e de orçamento próprio. Essas deficiências podem prejudicar a realização de atividades e oferta de vagas para um grande número de pessoas de modo que prejudique a eficiência das Escolas em atingir seu objeto de democratização do conhecimento legislativo e aproximação do Poder da sociedade.

Isso sem considerar a contradição presente em um ambiente público que não oferece acesso igualitário a todos e limita a participação em suas atividades, mesmo que por motivos compreensíveis. Considerando as Escolas do Legislativo como espaços públicos, deveria haver possibilidade de acesso para todos efetivamente e sabemos que, até mesmo por falta de espaço físico e estrutura, isso não é possível. Seriam as Escolas do Legislativo tão democráticas assim?

Ainda no que se refere ao acesso do público em geral às atividades das Escolas do Legislativo, precisamos pensar que o convívio nesse ambiente escolar pode ressaltar desigualdades sociais e gerar ainda mais exclusão numa sociedade já extremamente excludente como a nossa.

Os ambientes escolares, ao contrário do que normalmente se prega, nem sempre eliminam as diferenças entre os indivíduos e os coloca em posição de igualdade, atuando em sentido oposto, ressaltando essas diferenças ao reproduzir a cultura dominante. O discurso educacional cria uma ilusão de serem todos os alunos aptos a alcançarem o sucesso responsabilizando-se somente eles por seu sucesso ou fracasso ignorando o contexto social de cada um e as determinações que surgem diante desse contexto (BORDIEU e PASSERON, 1992).

Considerando o pensamento de Bordieu (1998), os alunos trazem consigo uma história, uma situação econômica, um contexto onde vivem de privilégios ou de privações o que acaba por provocar uma segregação e ressaltar a desigualdade social no ambiente escolar. Em suas palavras:

As atitudes dos membros das diferentes classes sociais, pais ou crianças e, muito particularmente, as atitudes a respeito da escola, da cultura escolar e do futuro oferecidos pelos estudos são, em grande parte, a expressão do sistema

de valores implícitos ou explícitos que eles devem a sua posição social (BOURDIEU, 1998, p. 46).

Outra questão importante a ser considerada na análise das controvérsias é a falta de capilaridade dessas Escolas Legislativas. Hoje, de acordo com o site da Associação Brasileira de Escolas do Legislativo, existem apenas 165 (cento e sessenta e cinco) Escolas do Legislativo no Brasil. Se compararmos esse número ao número de municípios brasileiros percebemos o quanto são ainda poucas Escolas para que exista um alcance tão grande de forma que possa provocar a mudança na cultura participativa de nosso país.

De acordo com Lemos (2019), mesmo com essa pequena capilaridade que se torna um limitador, as atividades desempenhadas por essas Escolas ao promover o engajamento democrático vêm sim contribuindo para minimizar o quadro de apatia e alienação política bem como para o empoderamento do cidadão, mas “(...) dentro dos marcos da democracia liberal e representativa que vivemos no país, sem sinais de que sejam indutoras de um modelo de democracia mais popular ou com aspirações revolucionárias” (LEMOS, 2019, p. 230).

Lemos (2019) defende, ainda, que embora muitos esforços tenham sido realizados pelos dirigentes das Escolas do Legislativo, a educação cidadã permanece como uma promessa não cumprida. Bobbio (1997) em sua obra *O Futuro da Democracia* trouxe algumas contradições e dificuldades da “democracia real” que ele descreve como promessas não cumpridas da democracia dentre as quais ele destaca a educação insuficiente dos cidadãos.

Zacarias (2019), numa pesquisa sobre as Escolas do Legislativo da Região de Ribeirão Preto – SP, concluiu que nas quatro escolas analisadas existe predominância de atividades voltadas à formação e capacitação do servidor público. Embora o preparo técnico do servidor para o desempenho de suas funções seja de salutar importância, observa o autor que os projetos de educação para a cidadania acabam possuindo menor privilégio. O estudo mostrou que, exceto para a Escola do Legislativo de Ribeirão Preto, são ainda desenvolvidas poucas atividades que abordem o processo legislativo ou o processo democrático. Argumentou, também, que:

(...) a formação de servidores públicos e a educação para democracia não significa apenas a disseminação de conhecimentos sobre processo legislativo ou sobre controle social dos recursos públicos, mas também a produção de

conhecimentos que possibilite a reflexão crítica sobre processo democrático e a formulação de propostas para a melhoria social (ZACARIAS, 2019, p. 69).

Nesse sentido, as atividades de educação para a democracia oferecidas por essas Escolas legislativas deveriam informar sobre o processo democrático e estimular reflexões críticas contribuindo, dessa maneira, para a formação de lideranças comunitárias e cidadãos reflexivos. No entanto, muitas vezes percebemos uma formação muito mais informativa com a transmissão de conceitos do que uma formação crítica e reflexiva.

Hérika Silva (2021) em pesquisa sobre as Escolas do Legislativo de Manaus – AM, quanto ao objetivo de identificar a efetividade da democracia e cidadania na atuação das escolas do Legislativo da Assembleia Legislativa do Amazonas e da Câmara Municipal de Manaus, concluiu pela ineficácia das mesmas nessa intenção considerando que democracia e cidadania se efetivam com a participação efetiva da sociedade na esfera pública e tais escolas tem se concentrado mais na qualificação dos servidores do que nos projetos de educação para cidadania que visem fomentar a construção de uma sociedade mais participativa.

Quanto à interação das Escolas com a sociedade, Silva (2021) destacou com suas observações “(...) a falta de entendimento dos entrevistados sobre as reais funções das escolas, a pouca informação na oferta de cursos à sociedade, a ausência de informes, nos *sites* institucionais, mais explicativos sobre os programas educacionais (...)” (SILVA, 2021, p. 157).

Seguindo essa mesma linha de pensamento, Cosson (2015), também em estudo sobre as Escolas do Legislativo, mais precisamente sobre o Programa Estágio-Visita promovido pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara do Deputados, observou o caráter predominantemente informativo de suas atividades. Ele expôs que “(...) o tempo líquido do programa dedicado a informar o participante é de mais de 64% (palestras e visitas) contra 30,3% das atividades práticas” sendo mais informativo do que educativo e concentrando seu foco mais em informar do que com experiências de participação para o aprender (COSSON, 2021, p. 270).

Concluiu, então, que há claramente prioridade para a transmissão de conhecimentos em detrimento de práticas e valores democráticos. Ele ressalta que os ideais democráticos nem mesmo constam nos seus objetivos sendo a principal finalidade do programa conhecer a Câmara e seu funcionamento. Os conhecimentos transmitidos,

assim, acabam tratando prioritariamente da Câmara dos Deputados e da elaboração de leis (COSSON, 2021).

Com isso, considerou que referido programa se localiza mais próximo ao polo tradicional do que ao polo contemporâneo no que se refere aos aspectos educacionais. Estar mais próximo do polo tradicional significa a escolha por concepções e práticas de ensino tradicionais enquanto estar aproximado ao polo contemporâneo significa estar alinhado com práticas mais atuais da área de ensino, o que não classifica o projeto como positivo ou negativo, mas nos faz refletir (COSSON, 2021).

O polo contemporâneo, de acordo com Cosson (2015), se alinha com, por exemplo, temas sociais controversos, Direitos Humanos, movimentos sociais e a distribuição de poder na sociedade. Como bem salientou, “(...) no polo contemporâneo se enfatiza a importância do contexto para aprendizagem, reconhecendo-se que o espaço e a cultura dos alunos fazem parte do processo, o Estágio-Visita trata seus participantes como homogêneos, ignorando diferenças relevantes como a área de formação do universitário” (COSSON, 2015, p. 267).

Percebemos aí uma contradição e concordamos com Cosson (2015) que há uma dissonância entre os objetivos de fomentar a participação, de aproximação da sociedade com a escolha por adotar um modelo de ensino mais transmissivo. A transmissão de conhecimento formal não se encaixa muito bem numa proposta de mudar a imagem do Poder Legislativo (COSSON, 2015).

Devemos pensar no projeto político do nosso país que é voltado ao homem ocidental branco, que sempre excluiu minorias e ainda hoje exclui em grande parte as discussões sobre esses grupos minoritários e discriminados (SCHERER-WARREN, 2011).

As Escolas do Legislativo deveriam abordar tais temas sociais visando uma modificação no pensamento hegemônico para que pudesse gerar um movimento de transformação revolucionário e, pelo observado até aqui, não é bem isso que acontece.

Não estamos aqui desmerecendo a experiência que o participante tem ao vivenciar a atividade parlamentar, essa é uma experiência positiva que traz um conhecimento importante e válido. O que nos incomoda é o fato de essa simulação de atividades parlamentares não estar sendo usada para tratar temas complexos e relevantes para a convivência democrática como o direito de manifestação de minorias, a importância da participação popular para a discussão de questões públicas e para a tomada de decisões públicas (COSSON, 2015).

Paulo Freire (1996) defendeu a educação crítica, emancipadora e libertadora que possibilite formar indivíduos mais reflexivos e questionadores gerando a possibilidade de emancipação das relações sociais de poder presentes na sociedade de dominação existente hoje. Essa educação que possibilitará a libertação das ideias de exploração trazendo condições de luta pelos direitos e, por consequência, uma sociedade mais igualitária e democrática. Em suas palavras: “(...) aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos oprimidos” (FREIRE, 1987, p.16 e 17).

O caráter libertador da educação como ato político é o que defende Freire (1996) trazendo como objetivo erradicar a alienação e construção de uma nova ordem social com mais justiça social e econômica. Tal autor defendeu a “pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará.” (FREIRE, 1996, p. 17).

Em sua visão grande parte dos educadores são mais tradicionais e reproduzem esse pensamento de dominação e exploração, ficando a educação limitada a transmitir conceitos formando um conhecimento meramente instrumental que deixa de lado essa formação mais reflexiva (FREIRE, 1996).

Nesse sentido, defende que essas formas tradicionais de ensino trazem ainda mais alienação aos grupos oprimidos e os ambientes educacionais se tornam um aparelho ideológico de Estado que somente reproduz a ordem social, cultural e econômica imposta (FREIRE, 1996).

Em sua análise, Cosson (2015, p. 268) destaca “o preceito iluminista de que é preciso conhecer para participar” como um elemento importante que não é exclusivo do programa analisado por ele, mas está presente no discurso das Escolas do Legislativo de maneira geral quanto à educação para a democracia. Percebemos que, conforme essa visão, seria o desconhecimento do sistema democrático o responsável pela indiferença e apatia da população, mas não podemos entender o “conhecer” como condição para participar.

Não há dúvidas de que o conhecimento e a compreensão sobre o funcionamento do Estado trazem mais condições de participação à um cidadão e permite maior pensamento crítico quanto às informações veiculadas pela mídia, porém devemos pensar a educação política como um processo de apropriação cabendo considerar que também se pode conhecer por meio da participação e que o conhecimento legislativo a

ser transmitido não está pronto e acabado como nos sugere a proposta das Escolas do Legislativo (COSSON, 2015).

O autor aponta então contradições que podem ser aplicáveis às atividades de educação legislativa das Escolas do Legislativo de maneira geral e não somente ao Programa por ele avaliado. Contradições que residem no fato de que, embora estejamos falando em educação para a democracia, a democracia não é tratada profundamente e, embora falemos de Poder Legislativo, ele é retratado apenas do ponto de vista de uma Casa Parlamentar específica com foco no seu aspecto de produção de leis tratado, ainda, no seu aspecto prático de votação e tramitação. Afirma, assim, que “todas essas delimitações tornam o horizonte de formação oferecido pelo Estágio-Visita bem estreito quando se toma o conceito de democracia por norte, mesmo que em seu aspecto formal” (COSSON, 2015, p. 269).

Nas considerações finais de sua dissertação, Silva (2021) reafirma que as Escolas do Legislativo de Manaus focam na qualificação profissional dos servidores e manifesta que, quanto ao objetivo de aproximação da sociedade, especialmente quanto à discentes do ensino superior, suas ações ainda são insólitas expondo que a efetividade da democracia e cidadania pode ser considerada um dos tantos dilemas a serem enfrentados na democratização dos espaços públicos.

Quanto à democratização dos espaços públicos, relevante também pensar que uma das atividades centrais e mais interessantes das Escolas do Legislativo com foco na educação para a democracia são as simulações dos trabalhos parlamentares, porém devemos pensar sobre a diferença do efeito que causa uma simulação de papéis políticos com uma simulação do papel de cidadão. Cosson (2015) nos chama a atenção para o fato de que a simulação de papéis políticos tem um profundo caráter elitista enquanto a simulação do papel do cidadão propiciaria a identificação com cidadãos comuns passando a ideia de que política, em uma sociedade democrática, acontece em todo lugar e pertence ao povo, ao mesmo tempo que é construída pelo próprio povo.

No Programa Estágio-Visita, estudado por Cosson (2015), assim como na maior parte das atividades simuladas desenvolvidas pelas Escolas do Legislativo, os participantes assumem o papel de parlamentares no processo de tramitação legislativa. Isso, inegavelmente, tem sua importância enquanto processo de aprendizagem sobre o funcionamento básico do Poder Legislativo, mas não é por si só suficiente para uma apropriação efetiva da educação para a cidadania e construção de uma sociedade mais participativa (COSSON, 2015).

Nesse sentido, as Escolas do Legislativo atuam no mesmo sentido que os ambientes educacionais que, conforme argumentou Freire (1996), apresentam uma noção superficial não provocando um pensamento mais reflexivo e uma noção mais crítica da realidade.

Considerando essa ideia do caráter elitista dessas simulações, importante também analisar que não são todos os participantes que podem assumir o papel de parlamentares restando aos outros o papel de plateia e, quando todos podem assumir esse papel, as vagas oferecidas para os projetos acabam sendo bastante limitadas. (COSSON, 2015).

Outro elemento importante a se pensar quando falamos em atividades de educação para a democracia é a forma de seleção dos participantes. Em sua pesquisa, Cosson (2015, p. 272), quanto ao processo de seleção do Estágio-Visita, expôs que os organizadores e executores do próprio programa consideram uma forma ilegítima de acesso que possibilita “apadrinhamentos espúrios” e explicou:

Vários dos deputados desconhecem o programa e “emprestam” suas vagas para um colega. Os próprios universitários ignoram as regras de seleção e simplesmente pleiteiam uma vaga com vários, senão todos, deputados. Nesse diálogo de surdos, perde-se o que talvez seja o mais importante em qualquer processo seletivo que é traçar um perfil e conduzir os postulantes em sua direção. Dessa forma, em sua aparente universalidade e até porque não há um investimento institucional consistente na divulgação do programa, o EV termina sendo orientado de fora para dentro com os participantes antigos promovendo a participação dos novos em um sistema de ‘camaradagem’, com as devidas exceções, bem menos adequado do que o pressuposto oficialmente. Além disso, como não há um perfil claramente estabelecido, nem preparação para o participante, o programa termina atraindo candidatos que ‘fatiam’ o programa conforme seus interesses particulares, como é o caso de boa parte dos estudantes do curso de Direito que veem no EV uma oportunidade visitar o STF e observar procedimentos do legislativo ou dos estagiários de política que interpretam restritivamente o nome do programa e procuram fazer dele uma preparação para assumir futuras posições de agentes políticos (COSSON, 2015, p. 272).

Focando nesse processo de seleção, diante de uma observância superficial dos participantes de algumas Escolas do Legislativo, é possível inferir a maior participação de alunos provenientes de instituições privadas de ensino. Seja por qual motivo aconteça mostra aí uma contradição central no discurso dessas Escolas que pretendem ser lócus de promoção da igualdade e democracia.

Nesse sentido, Lemos (2019, p. 234 e 235) argumenta que apenas numa sociedade de perfil socialista, com igualdade entre seus membros, seria possível o exercício pleno da democracia considerando que só assim as bases de sustentação da

democracia estariam disponíveis a um maior número de pessoas, o que hoje não acontece em nosso país.

Apesar disso, referido autor conclui em sua pesquisa que as Escolas do Legislativo podem contribuir para a mudança de comportamento rumo a um maior interesse pela política e a busca por mais conhecimento nessa área se contrapondo à atual “demonização da política” vigente, entretanto entende que essa mudança de comportamento só acontecerá se as Escolas atingirem uma maior capilaridade e adotarem conteúdo, metodologias e práticas capazes de estimular a reflexão e pensamento crítico, caso contrário permanecerão como “ (...) potência, sem alcançar a dimensão necessária à transformação do nosso sistema político” (LEMOS, 2019, p. 235).

Lemos (2019) aponta também em sua pesquisa que a ausência de projeto político-pedagógico, que acontece em boa parte das Escolas, pode indicar a falta de planejamento de suas ações e sua inconstância, o que deixa mais difícil a atração de participantes para seus projetos. Além disso, discorre sobre a falta de avaliação dos resultados obtidos nas atividades desenvolvidas que seria importante para justificar os recursos públicos aplicados bem como para avaliar a necessidade de permanência do seu funcionamento.

Nesse ponto, Cosson (2015) aponta outro importante contraditório no Programa Estágio-Visita, que pode se aplicar às Escolas do Legislativo como um todo, no que se refere ao processo de avaliação que, em um primeiro momento, indica um efeito positivo de mudança da imagem da Câmara dos Deputados, no entanto, esse resultado se mostra ilusório após o estudo porque:

(...) não são observados os elementos contextuais que informam as duas atividades, ou seja, o contexto da imagem institucional elaborada inicialmente mostra que os alunos exageram propositadamente os aspectos negativos ao realizar os esquetes porque são mais facilmente teatralizados, além de que não abordam exatamente a instituição, mas sim a atuação de parlamentares. Depois, porque a imagem que o programa patrocina da Casa é uma imagem limitada e conciliadora, que não resiste à passagem do tempo e é abandonada pelos respondentes em favor de uma imagem formal e tradicional do legislativo (COSSON, 2015, p. 273).

Diante de suas conclusões, Cosson (2015) lança questionamentos que são pertinentes para esse trabalho e acabam sendo aplicáveis às atividades das Escolas do Legislativo de forma geral, por isso tomamos a liberdade de trazê-los aqui ao indagar:

Esse legislativo escolarizado ou essa forma didatizada de ensinar sobre o parlamento atende à função legislativa de promoção e fortalecimento da democracia? Os programas de educação para a democracia das escolas do legislativo, tal como exemplificado pelo EV, respondem às demandas de letramento político das sociedades democráticas? (COSSON, 2015, p. 274).

7. RESULTADOS – Os dados obtidos com a pesquisa

Conforme já exposto anteriormente, os questionários foram aplicados no mês de abril de 2023 por meio da plataforma *Google Forms* e apenas três municípios da região escolhida como recorte geográfico possuem Escolas do Legislativo legalmente instauradas e em funcionamento no momento, quais sejam: Itajubá, Maria da Fé e Marmelópolis. Dessa maneira, apenas essas três Escolas do Legislativo foram objeto de estudo dos questionários e, infelizmente, não recebemos nenhuma resposta da Escola do Legislativo de Marmelópolis, o que provocou a análise dos resultados dos questionários respondidos por apenas duas Escolas do Legislativo da região escolhida.

Recebidos os questionários, obtivemos apenas 09 (nove) respostas sendo: 02 (duas) dos dirigentes das Escolas do Legislativo de Itajubá e de Maria da Fé; e, 07 (sete) de participantes das atividades das Escolas. Importante registrar que esse número se mostra muito baixo em comparação com o número de participantes apresentado pelos dirigentes nos projetos desenvolvidos nas duas Escolas que recebemos respostas.

A ausência de respostas, entretanto, também pode ser interpretada como resposta uma vez que compreendemos como expressão da ausência de entendimento do papel da Escola do Legislativo perante a sociedade. O fato de as pessoas envolvidas não manifestarem interesse em enviar resposta já nos mostra, de certa maneira, o grau de envolvimento das mesmas com as atividades desempenhadas pelas Escolas do Legislativo e pelo Poder Legislativo bem como seu interesse ou desinteresse pela participação e engajamento.

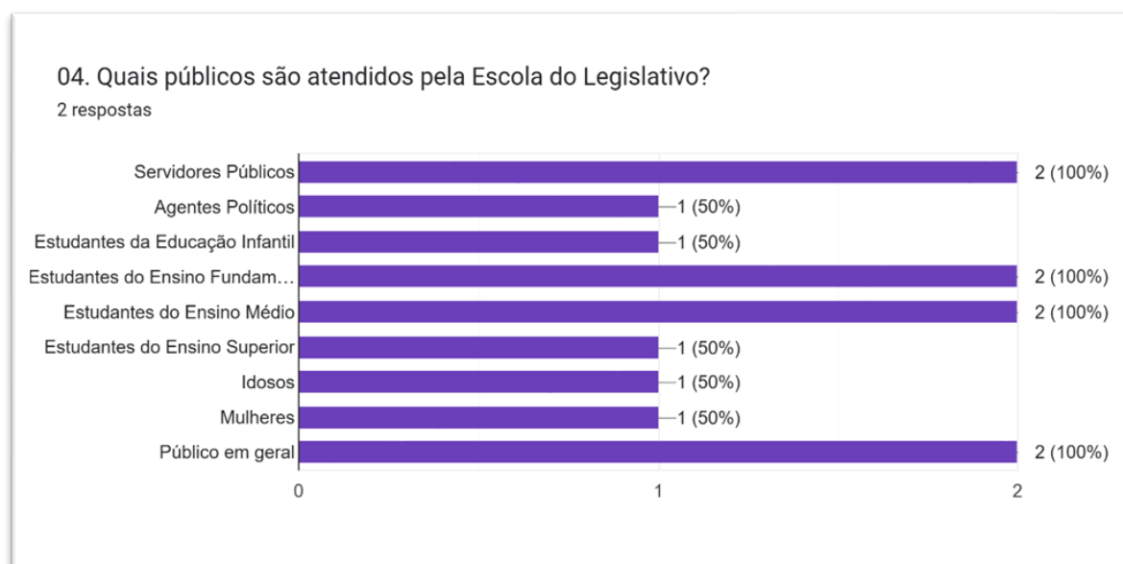
Iremos, então, analisar os referidos resultados como elemento de significação para se compreender o papel da escola do legislativo perante a sociedade.

7.1. Questionários para os dirigentes das Escolas do Legislativo

Quanto aos questionários propostos aos dirigentes das Escolas do Legislativo, recebemos, como dito acima, duas respostas das Escolas de Itajubá e Maria da Fé. Ambas Escolas confirmaram no questionário que estão ativas no momento, com a diferença de que a Escola de Itajubá informou possuir projeto político pedagógico enquanto a Escola de Maria da Fé ainda não possui, o que demonstra a diferença de funcionamento, de legislação e de estrutura entre cada Escola do Legislativo.

A Escola do Legislativo de Itajubá apontou como público atendido: servidores públicos, estudantes do ensino fundamental, estudantes do ensino médio e público em geral. A Escola do Legislativo de Maria da Fé, por sua vez, apontou como público atendido: servidores públicos, agentes políticos, estudantes da educação infantil, estudantes do ensino fundamental, estudantes do ensino médio, estudantes do ensino superior, idosos, mulheres e público em geral. Percebemos aí, uma maior abrangência de público da Escola do Legislativo de Maria da Fé, o que pode ser explicado na resposta seguinte que mostra a maior diversidade de projetos desenvolvidos no momento pela Escola do Legislativo de Maria da Fé.

Gráfico 1 - Públicos atendidos pelas Escolas do Legislativo estudadas



Ao questionamento sobre quais atividades estão sendo desempenhadas no ano de 2023, obtivemos como resposta de Itajubá:

- Parlamento Jovem - 37 participantes - educação para a cidadania;
- Escola vai à Câmara - aproximadamente 500 participantes (etapa 01/2023) - educação para a cidadania”.

Em resposta à mesma pergunta, Maria da Fé apresentou as seguintes informações:

- Parlamento Jovem - 45 participantes;
- Gincana do Saber Mirim - 24 participantes;
- Gincana do Saber Jovem - 12 participantes;
- Gincana da Memória Mariense - 12 participantes;

- Educação para a Cidadania nas Escolas - 432 estudantes;
- Memorial da Câmara - público não contabilizado”

A Escola de Maria da Fé expôs, também, que ainda não realizou esse ano capacitação para agentes políticos, servidores e atividades para a comunidade, mas possuem 05 (cinco) atividades programadas para agentes políticos e servidores bem como 04 (quatro) capacitações programadas para a comunidade.

A Escola do Legislativo de Itajubá não apresentou informações quanto às atividades desempenhadas no ano passado enquanto a Escola do Legislativo de Maria da Fé informou como atividades realizadas no ano passado as seguintes:

- Parlamento Jovem - 26 participantes - 1 desistência;
- Gincana do Saber Mirim - 16 participantes;
- Gincana do Saber Jovem - 12 participantes;
- Gincana da Memória Mariense - 06 participantes;
- Educação para a Cidadania nas Escolas - 421 estudantes;
- Memorial da Câmara - público não contabilizado;
- Capacitação para agentes políticos e servidores: 6;
- Escola vai a Câmara - 430 estudantes.

Como já exposto acima, com esses dados fica demonstrado que a Escola do Legislativo de Maria da Fé está realizando mais projetos no momento, para públicos mais diversos e que, de maneira geral, as atividades de ambas Escolas se concentram mais em educação para cidadania do que em capacitação de servidores.

No que tange à forma de seleção dos participantes, a Escola do Legislativo de Itajubá manifestou que: “A seleção observa apenas o critério de cada projeto, que define idade, atividade, etc. Fora isso, basta a inscrição para participar”. A Escola de Maria da Fé informou que a seleção acontece “Por adesão dos próprios alunos ao preencherem a ficha de inscrição. No caso das visitas cada escola envia as suas turmas.”

Com essas informações, percebemos que em ambas Escolas do Legislativo que responderam os questionários basta o interesse e a realização de inscrição para a participação nas atividades, sendo respeitados os critérios estabelecidos em cada projeto. Dessa maneira, percebemos que as atividades das Escolas do Legislativo ficam, assim, abertas a todos que se interessem e não existe uma forma de seleção que restrinja de alguma maneira a participação.

Indagados se percebem muita desistência dos estudantes ao longo do desenvolvimento das atividades da Escola do Legislativo, o dirigente de Itajubá respondeu afirmativamente e manifestou que, na sua opinião isso ocorre:

por conta da rotina e de hábitos desenvolvidos especialmente por conta das mídias sociais, alguns estudantes não percebem o impacto que os projetos de educação para a cidadania farão em suas vidas. Talvez esse preparo deveria ser feito com as escolas, anteriormente, para já chegarem à Escola do Legislativo conhecendo minimamente a importância de suas ações.

O dirigente da Escola de Maria da Fé, nessa mesma pergunta sobre a desistência, por outro lado, respondeu negativamente, informando que existe pouca evasão das atividades por lá desenvolvidas.

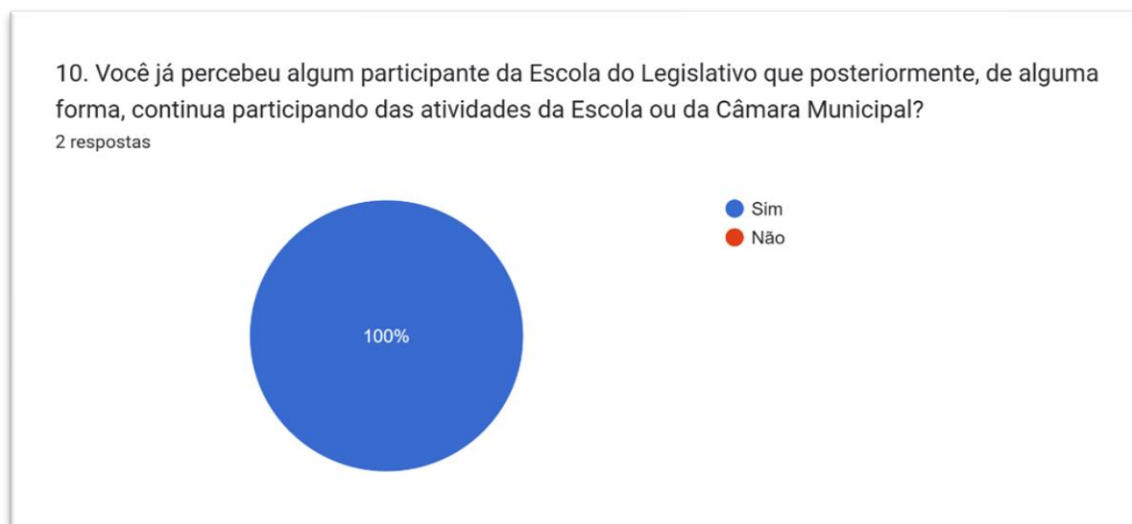
Nesse caso, percebemos respostas diversas indicando uma diferença entre os graus de desistência dos participantes nas duas Escolas, mas não é possível identificar os motivos pelos quais essa diferença acontece. Para isso seria necessário um estudo mais aprofundado se concentrando especificamente nesse tema.

Sobre se percebem o aumento do interesse pela participação democrática dos alunos após sua passagem pelas atividades da Escola do Legislativo, as duas Escolas responderam no mesmo sentido cabendo citar as respostas:

- Itajubá – “Sem dúvida. A participação deles na política municipal, além do interesse em aprofundar em história política, partidos, ideologias e doutrinas políticas, deixa isso bem claro. Além de muitos saírem dos projetos falando em participar da política como candidatos, futuramente”.
- Maria da Fé – “Sim. Pela participação deles em outros eventos políticos e em projetos de educação cidadã”.

No mesmo sentido, quando questionados se já perceberam algum participante das atividades da Escola que continuam de alguma maneira participando, ambas Escolas responderam afirmativamente.

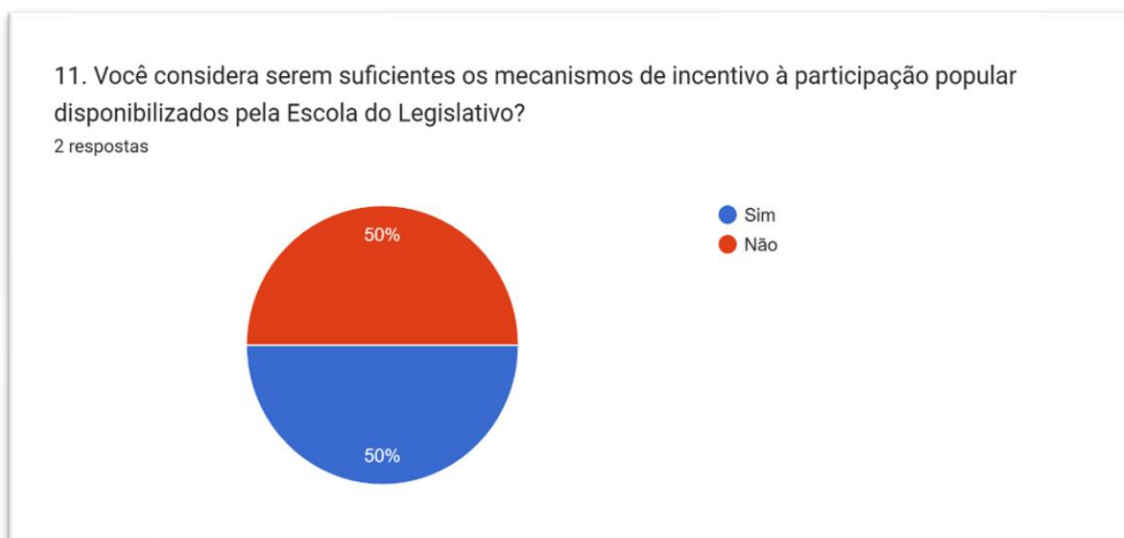
Gráfico 2 - participação posterior nas atividades das Escolas do Legislativo



Por essas respostas fica claro que ambos dirigentes observam que os participantes da Escola do Legislativo passam a acompanhar outros projetos da Escola e a política municipal após a experiência vivida, dessa maneira, podemos considerar que esses dirigentes percebem resultados da Escola do Legislativo no sentido de provocar a participação democrática naqueles que passam por seus projetos.

Muita embora perceba esse resultado de aumento da participação, o dirigente da Escola do Legislativo de Itajubá respondeu que não considera suficientes os mecanismos de incentivo à participação popular disponibilizados pela Escola do Legislativo enquanto que o dirigente da Escola do Legislativo de Maria da Fé respondeu que sim, considera suficientes.

Gráfico 3 - Questionamento sobre os mecanismos de incentivo à participação oferecidos pela Escola



Por fim, ambos os dirigentes manifestaram considerar que as Escolas do Legislativo alcançam as finalidades de promover aproximação da população ao Poder Legislativo e de transmissão de princípios democráticos e conhecimento sobre o processo político.

Gráfico 4 - Questionamento sobre o alcance de finalidade obtidos pelas Escolas do Legislativo

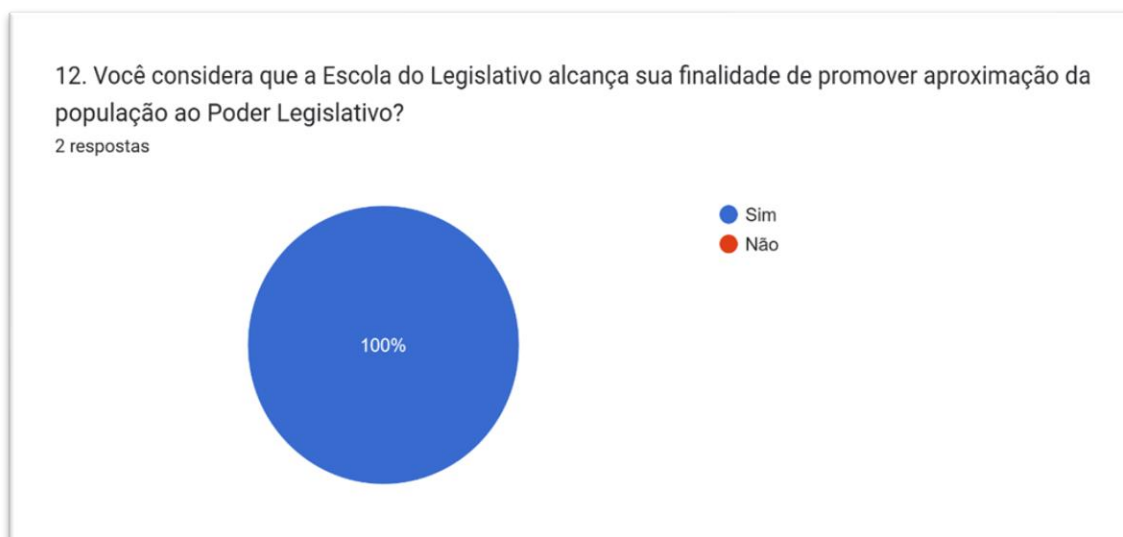
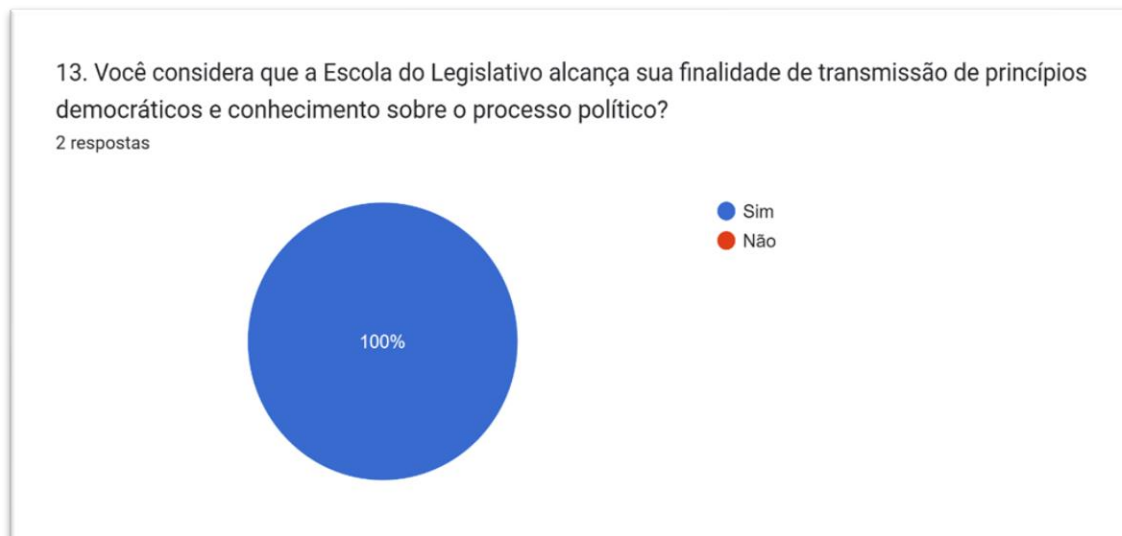


Gráfico 5 - Questionamento sobre o alcance de finalidade das Escolas do Legislativo



7.2. Questionários para os participantes das atividades das Escolas do Legislativo

Passando agora à análise dos questionários respondidos pelos participantes das atividades das Escolas do Legislativo, infelizmente, observamos que o número de respostas recebidas foi pequeno, apenas 07 (sete) respostas, as quais pudemos observar terem sido todas dos estudantes da Escola do Legislativo de Itajubá. A Escola do Legislativo de Itajubá informou ter trinta e sete alunos no Projeto Parlamento Jovem, o único projeto de longo prazo desenvolvido esse ano, então o número de respostas que obtivemos foi bastante inexpressivo.

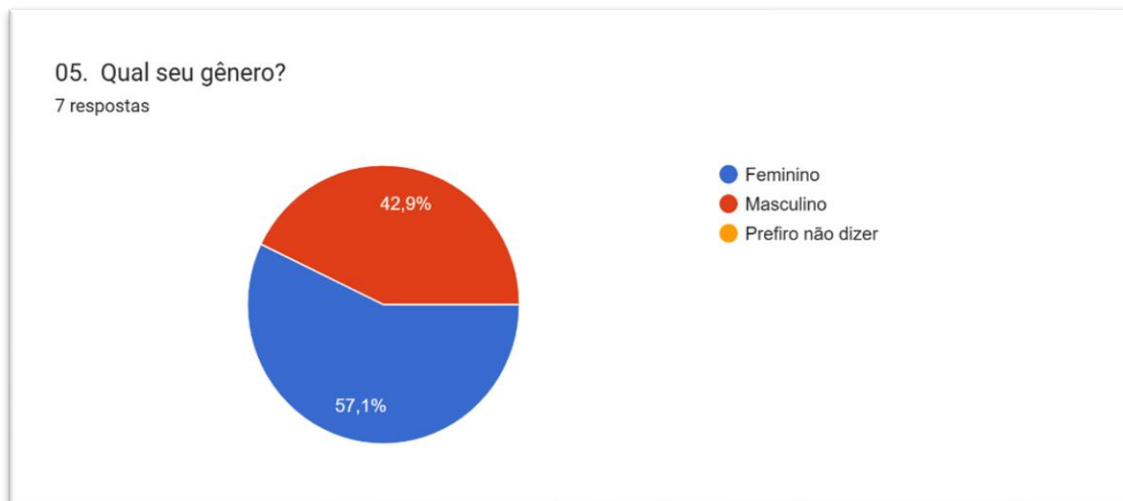
Sobre as atividades que participam na Escola, quatro estudantes não apontaram as atividades que participam ou participaram na Escola, três apenas informaram que estão participando esse ano e um que participou no ano passado. No entanto, como a Escola do Legislativo de Itajubá apontou que esse ano só realiza o Projeto Parlamento Jovem e Escola vai à Câmara, que é um projeto de visitas que acontecem em um único dia e não possuem continuidade para todo o ano, conseguimos entender que esses três estudantes que participam esse ano, participam do Projeto Parlamento Jovem. Outros dois estudantes manifestaram que participaram em 2022 do Parlamento Jovem e da Câmara Jovem e participam em 2023 do Parlamento Jovem. Por fim, um estudante informou que participou em 2022 do Câmara Jovem e participa em 2023 do Parlamento Jovem.

Dessa maneira, podemos resumir da seguinte maneira: seis alunos (aproximadamente 85,71%) são participantes do Parlamento Jovem em 2023; e, um aluno

(aproximadamente 14,28%) apenas informou que participou de algum projeto em 2022, mas não identificou qual projeto.

Como já exposto anteriormente, observamos a predominância de atividades voltadas à educação para cidadania com mais força do Projeto Parlamento Jovem desenvolvido em parceria com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

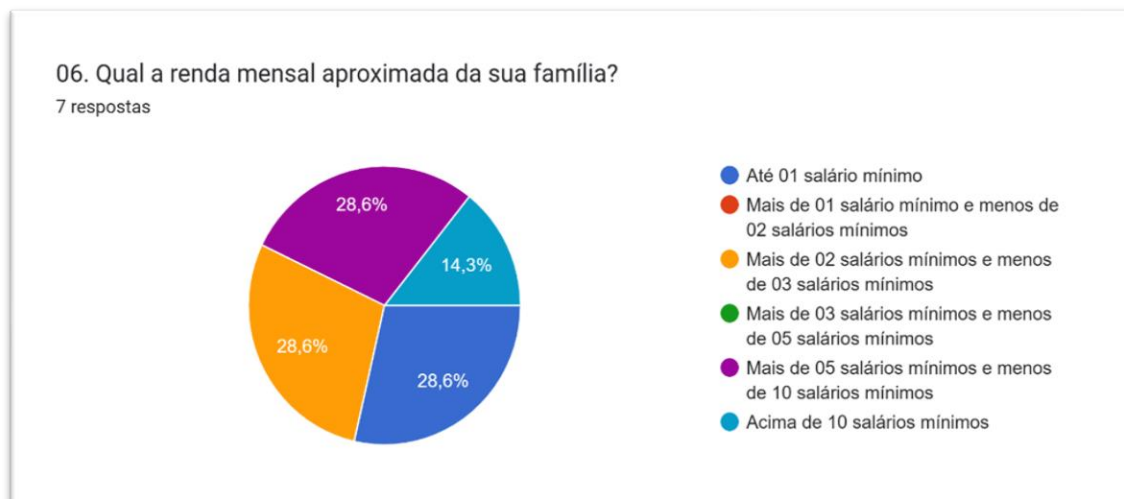
Gráfico 6 - Gênero dos participantes das Escolas do Legislativo



Todas as respostas nos indicaram que os estudantes participantes possuem entre 15 e 16 anos, são estudantes do Ensino Médio e se declararam brancos. Quatro estudantes (aproximadamente 57,1%) apontaram ser do gênero feminino enquanto três estudantes (aproximadamente 42,9%) apontaram ser do gênero masculino, observamos, assim, uma discreta predominância de mulheres nos projetos, ou pelo menos, uma discreta predominância de mulheres que responderam ao questionário.

Quanto à renda mensal familiar aproximada, dois alunos (aproximadamente 28,6%) informaram ser de até 01 (um) salário mínimo; dois (aproximadamente 28,6%) de dois a três salários mínimos; dois (28,6%) de cinco a dez salários mínimos; e, por fim, um (14,3%) acima de dez salários mínimos. Essas informações nos indicam que existe, pelo menos entre aqueles que responderam os questionários, um número menor de estudantes de alta renda nos projetos da Escola, tendo um número mais expressivo de estudantes de baixa e média renda. No entanto, infelizmente, não é possível chegar a uma conclusão mais precisa em razão do baixo número de respostas recebidas que não permite traçar um quadro completo dos participantes.

Gráfico 7 - Renda Mensal dos participantes das Escolas do Legislativo



Sobre a instituição de ensino onde estudam, cinco (71,4%) estudantes apontaram frequentar instituições privadas de ensino enquanto dois (28,6%) indicaram que frequentam instituições públicas de ensino, observando nesse sentido uma forte predominância de alunos provenientes de instituições privadas de ensino.

Gráfico 8 - Instituição de ensino frequentada pelo participante



Seja qual for o motivo dessa predominância, poderíamos concluir que a maior parte dos estudantes que frequentam a Escola do Legislativo possuem uma renda um pouco mais alta, tendo condições inclusive de pagar por escolar particulares, no entanto, ao observar as respostas para a renda familiar, as informações ficam contraditórias já que a maioria dos estudantes apontam ter uma renda um pouco mais baixa. Isso talvez possa ser explicado pela existência de alunos que recebam algum tipo de incentivo para

estudarem nas instituições privadas de ensino, como bolsas escolares, ou pelo envio de respostas que não correspondem à realidade.

Questionados se já tinham ido à Câmara Municipal antes de sua participação na Escola do Legislativo, cinco (aproximadamente 71,4%) responderam que não e dois (aproximadamente 28,6%) que sim. Quatro (aproximadamente 57,1%) respostas indicaram que os estudantes não conheciam as atividades desempenhadas pelos Vereadores e pelo Poder Legislativo antes de sua passagem pela Escola do Legislativo enquanto três (aproximadamente 42,9%) responderam que já conheciam. Todos os alunos (100%) informaram que após sua passagem pela Escola do Legislativo conhecem as atividades desempenhadas pelos Vereadores e pelo Poder Legislativo.

Essas informações nos levam a concluir que de fato a Escola acaba levando seus participantes a conhecerem o Poder Legislativo e gera um tipo de aproximação entre estes estudantes que passam pela Escola do Legislativo e o Poder Legislativo.

Gráfico 9 - Ida à Câmara Municipal antes da participação na Escola do Legislativo

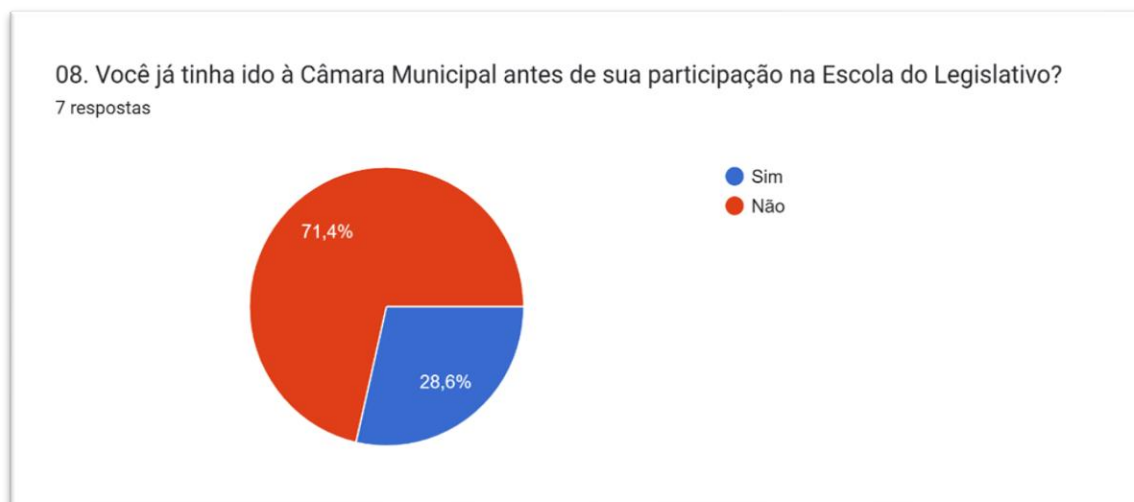


Gráfico 10 - Conhecimento sobre Poder Legislativo antes da Escola do Legislativo

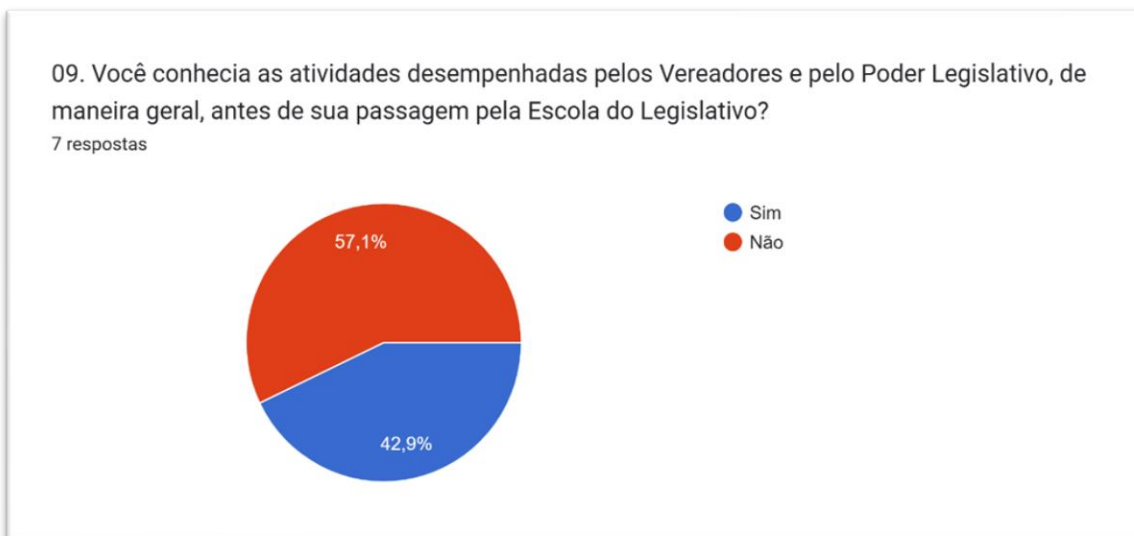
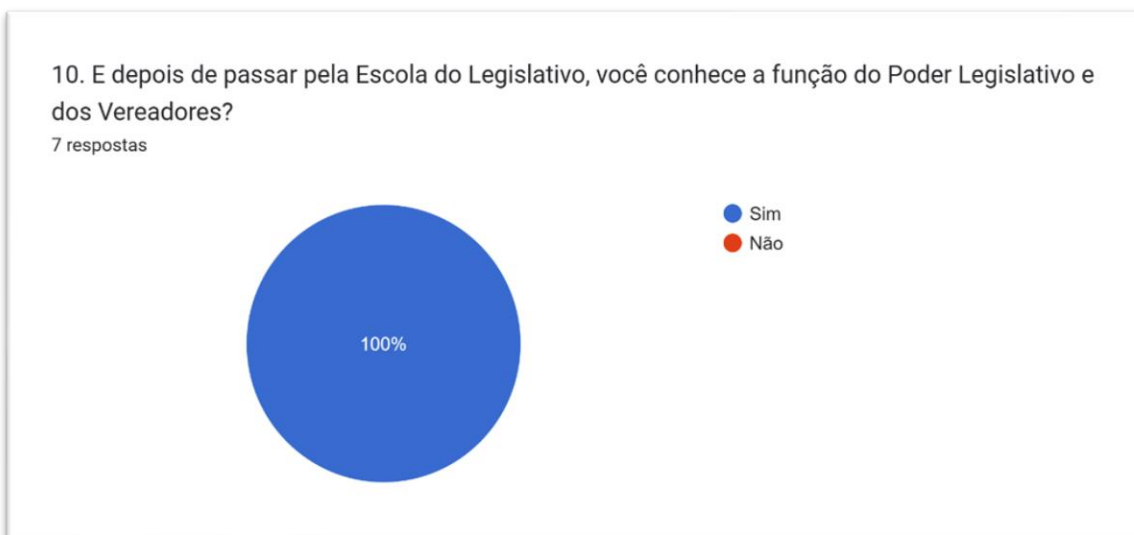


Gráfico 11 - Conhecimento sobre Poder Legislativo após Escola do Legislativo



Questionados se tinham interesse pelos assuntos de sua comunidade antes e depois da sua passagem pela Escola do Legislativo, seis (aproximadamente 85,7%) informaram que tinham sim interesse antes ao passo que um (aproximadamente 14,3%) manifestou que não tinha interesse. Quanto à depois, as repostas foram iguais, seis (aproximadamente 85,7%) falaram que sim enquanto um (aproximadamente 14,3%) disse que não.

No mesmo sentido, quando perguntados se depois de passar pela Escola do Legislativo acompanhou a tramitação de alguma matéria na Câmara Municipal, as respostas foram as mesmas, seis estudantes (aproximadamente 85,7%) disseram que sim enquanto um (aproximadamente 14,3%) manifestou que não. Essas respostas nos levam

a pensar que a Escola do Legislativo não muda o interesse dos seus participantes pelos problemas da comunidade e não gera uma maior participação, o que conflita com algumas respostas que foram obtidas abaixo e com a percepção dos dirigentes das Escolas de que os alunos passam a participar mais.

Gráfico 12 - Interesse político antes da Escola do Legislativo

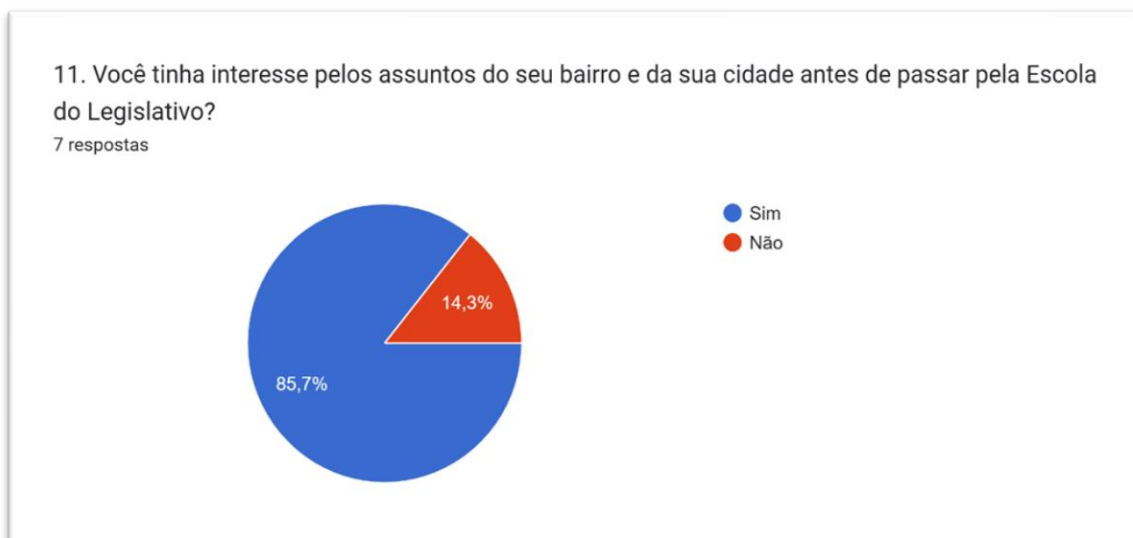
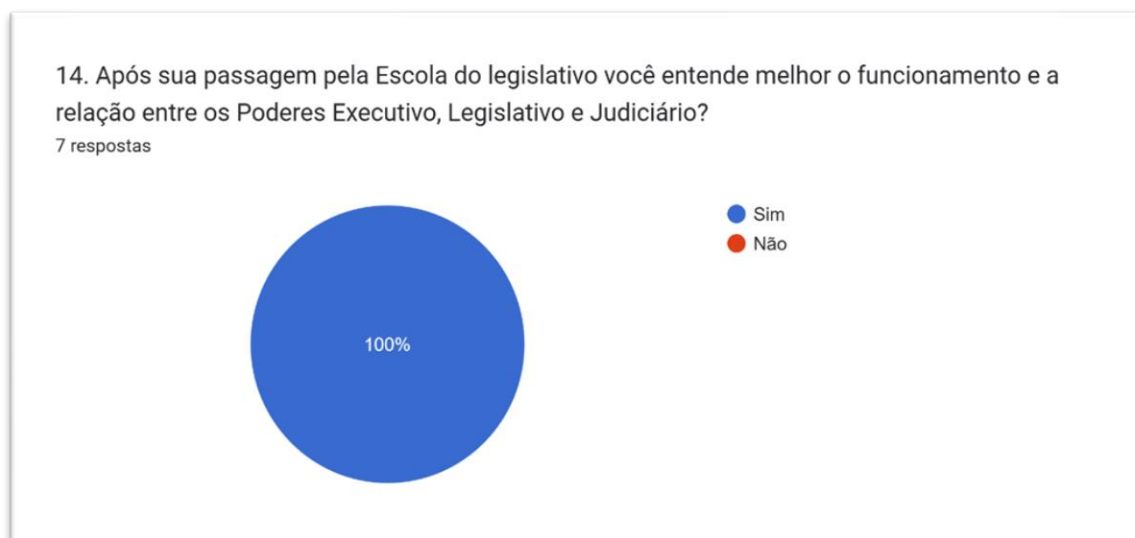


Gráfico 13 - Interesse político após Escola do Legislativo



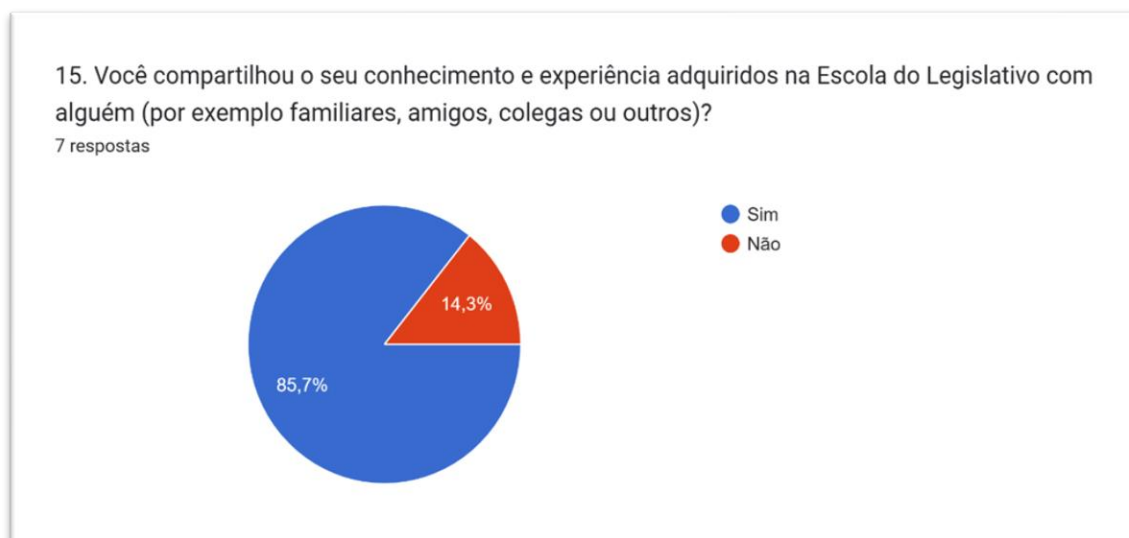
Na pergunta seguinte, todos os estudantes (100%) responderam de forma igual manifestando que após a passagem pela Escola do Legislativo entendem melhor o funcionamento e a relação entre os Poderes, o que nos leva a pensar que a Escola do Legislativo tem sucesso na transmissão de conceitos.

Gráfico 14 - Entendimento sobre relação entre Poderes após Escola do Legislativo



Indagados se haviam compartilhado o conhecimento adquirido na Escola do Legislativo com outras pessoas, seis alunos (aproximadamente 85,7%) responderam afirmativamente e um (aproximadamente 14,3%) negativamente, assim, podemos considerar que em sua maioria os participantes dividem o conhecimento e experiência vivenciada nas Escolas do Legislativo com outras pessoas tendo, assim, a Escola do Legislativo um alcance um pouco maior do que apenas os seus participantes. Fato que é muito importante para contribuir nos efeitos gerados pelas referidas Escolas, que contribui de certa maneira mas não garante a maior capilaridade tão necessária conforme já argumentamos.

Gráfico 15 - Compartilhamento do conhecimento adquirido na Escola do Legislativo



Nas próximas perguntas do questionário, os alunos responderam igualmente, manifestando de forma unânime (100%) que a participação na Escola do Legislativo despertou ou ampliou seu interesse pelo processo político, que consideram importante a existência de uma Escola do Legislativo e que pensam que a Escola do Legislativo alcança suas finalidades de promover aproximação da população ao Poder Legislativo e de transmissão de princípios democráticos e conhecimento sobre o processo político.

Gráfico 16 - Ampliação do interesse por política após Escola do Legislativo

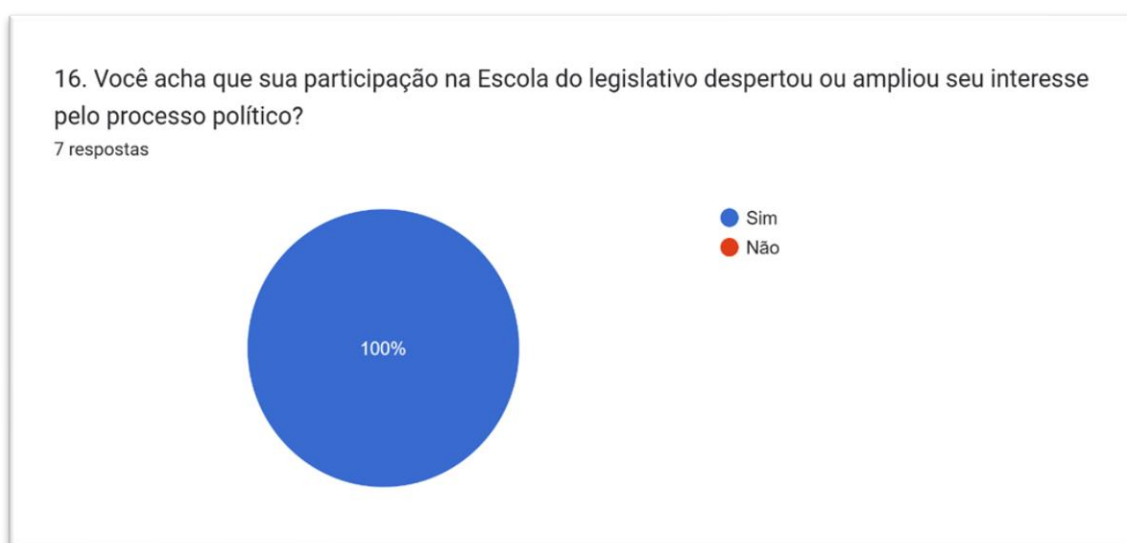


Gráfico 17 - Opinião sobre importância da Escola do Legislativo

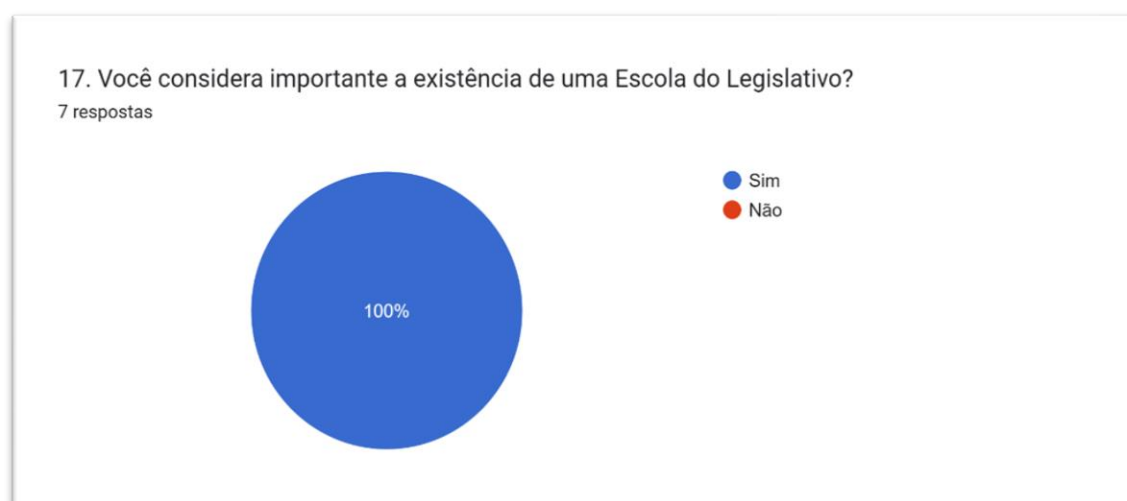
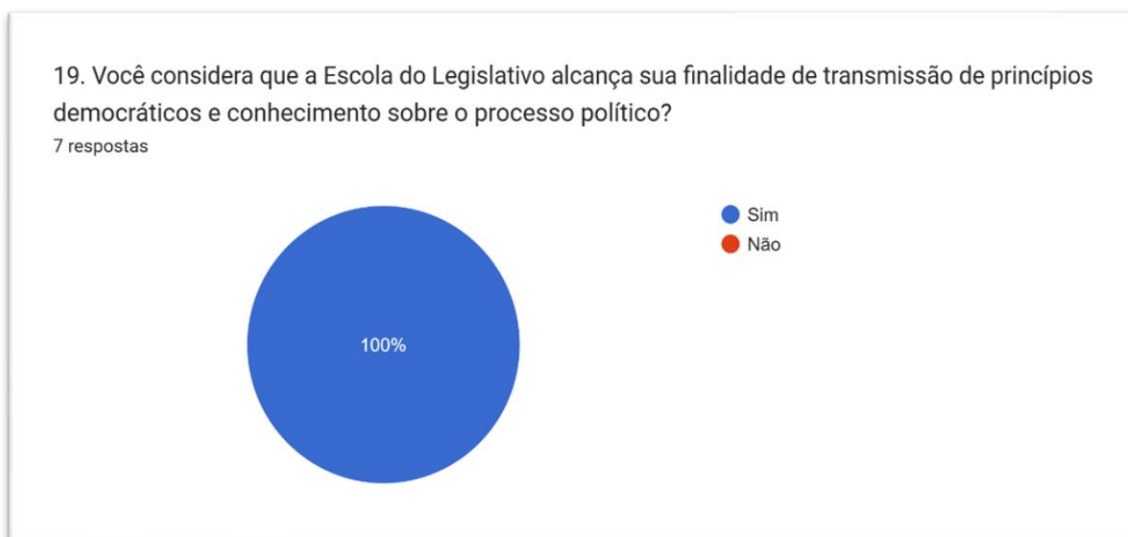


Gráfico 18 - Opinião sobre alcance de finalidade da Escola do Legislativo



Gráfico 19 - Opinião sobre alcance de finalidade da Escola do Legislativo



Todos os participantes que responderam os questionários (100%) também manifestaram que as atividades da Escola do Legislativo despertaram neles um pensamento mais reflexivo sobre o funcionamento da nossa sociedade e os problemas sociais. Na pergunta seguinte, no entanto, um dos participantes (aproximadamente 14,3%) informou que não se considera menos ingênuo e mais crítico após passar pela Escola enquanto seis alunos (aproximadamente 85,7%) responderam que se consideram sim menos ingênuos e mais críticos.

Gráfico 20 - Pensamento reflexivo após Escola do legislativo

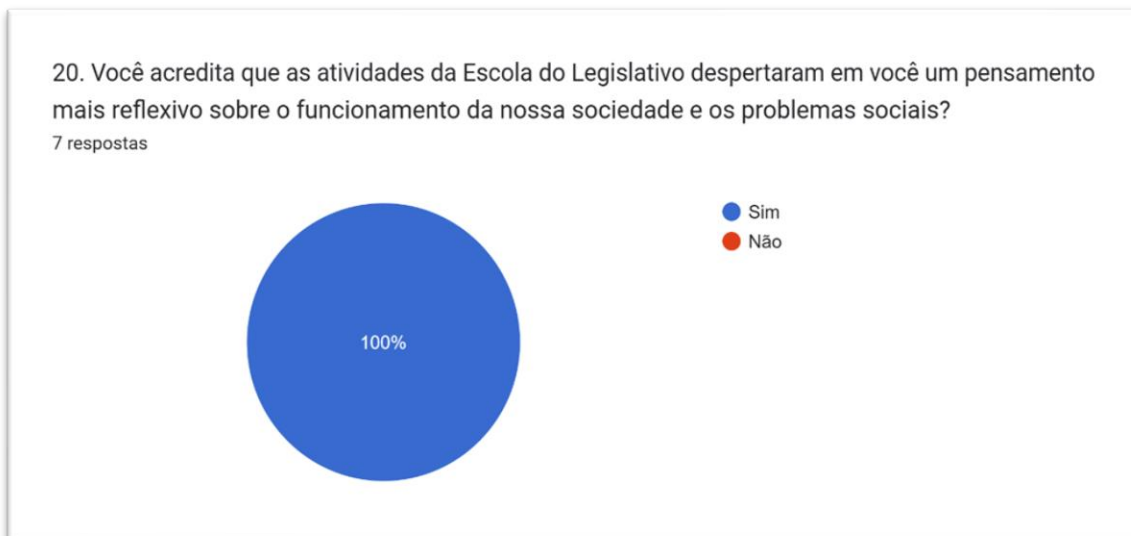
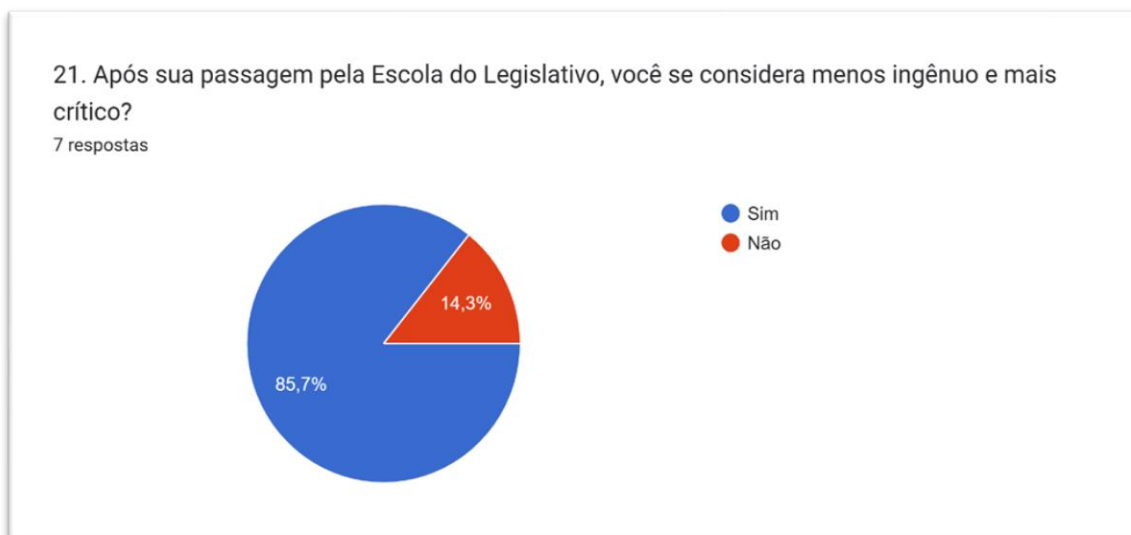
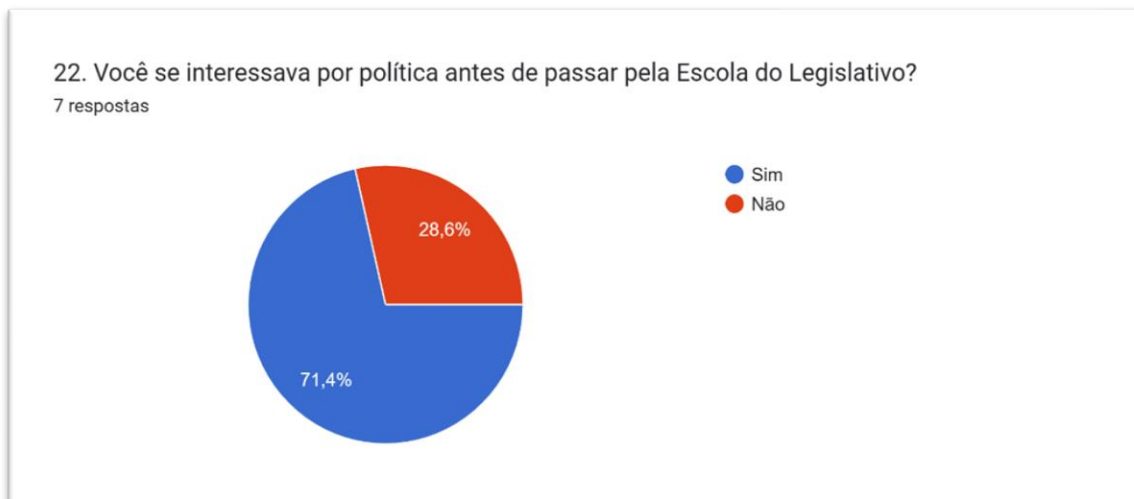


Gráfico 21 - Ingenuidade e pensamento crítico após Escola do Legislativo



Ao serem questionados se se interessavam por política antes da sua passagem pela Escola do Legislativo, cinco participantes (aproximadamente 71,4%) responderam que sim enquanto dois alunos (aproximadamente 28,6%) que não.

Gráfico 22 - Interesse por política antes da Escola do Legislativo



A próxima pergunta elaborada aos alunos foi: E agora, após sua passagem pela Escola do Legislativo, você se interessa mais por política (responda sim ou não)? Se sim, como é esse interesse?

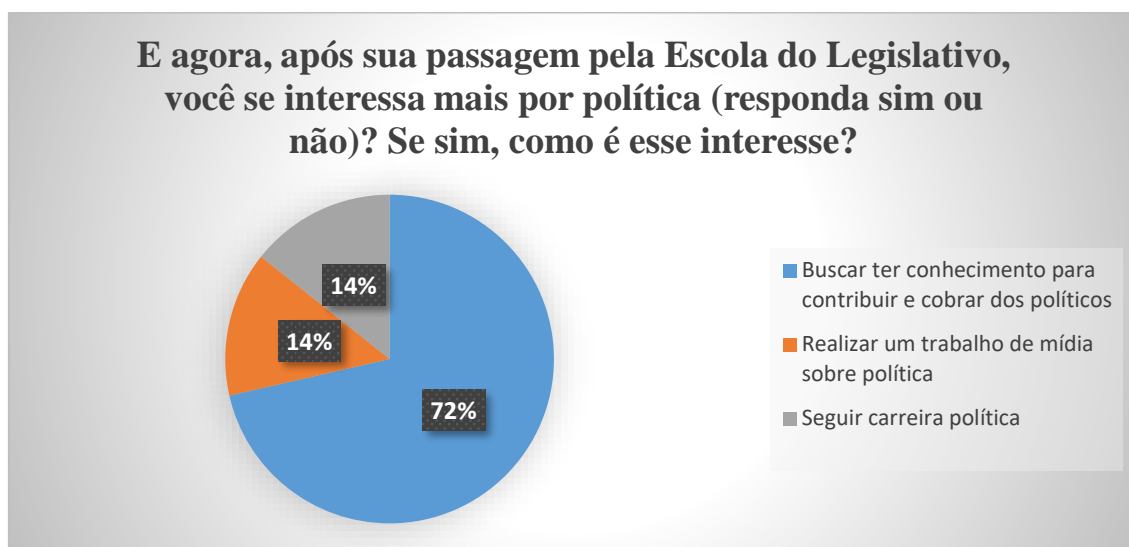
Todos os alunos responderam sim a esse questionamento demonstrando formas de interesse variadas. Cabe citar as respostas em sua literalidade abaixo:

- “Sim, meu interesse é como cobrar e de quem cobrar as responsabilidades sobre os problemas da minha cidade”
- “Sim, O interesse de saber mais e contribuir.”
- “Sim, me interesse muito inclusive amo assistir jornais, documentários, podcasts sobre meu país, meu Estado e minha cidade! Ter um contato mais próximo com política me fez criar até um canal no YouTube sobre”
- “sim, pelo conhecimento de leis e a conscientização de regras e ações dos vereadores”
- “Sim, tenho mais interesse no âmbito da política regional, nacional e internacional. Atualmente estou tão próximo da política que considero seguir profissionalmente no ramo”
- “Sim, ler e pesquisar sobre”
- “Sim. Em saber mais sobre a leis em discussão na câmara, e no quadro político no geral”

Categorizando e organizando essas repostas podemos considerar que todos os participantes entendem que o interesse deles é maior por política após sua passagem pela

Escola do Legislativo e consideram que esse interesse se revela por meio de: buscar ter conhecimento para contribuir e cobrar dos políticos, na maioria das respostas (cinco respostas, aproximadamente 72%); realizar um trabalho de mídia sobre política, em menor proporção, apenas uma resposta (aproximadamente 14%); e seguir carreira política, também em menor proporção aparecendo em apenas uma resposta (aproximadamente 14%).

Gráfico 23 - Interesse por política após a Escola do Legislativo



Com esse resultado, percebemos que é unânime o pensamento de que a passagem pela Escola do Legislativo aumenta o interesse pelo processo político como um todo, mas que esse interesse se manifesta de diversas maneiras havendo uma tendência maior nesse interesse se traduzir em uma busca por mais conhecimento político para contribuir com a sociedade na cobrança e fiscalização dos atos políticos.

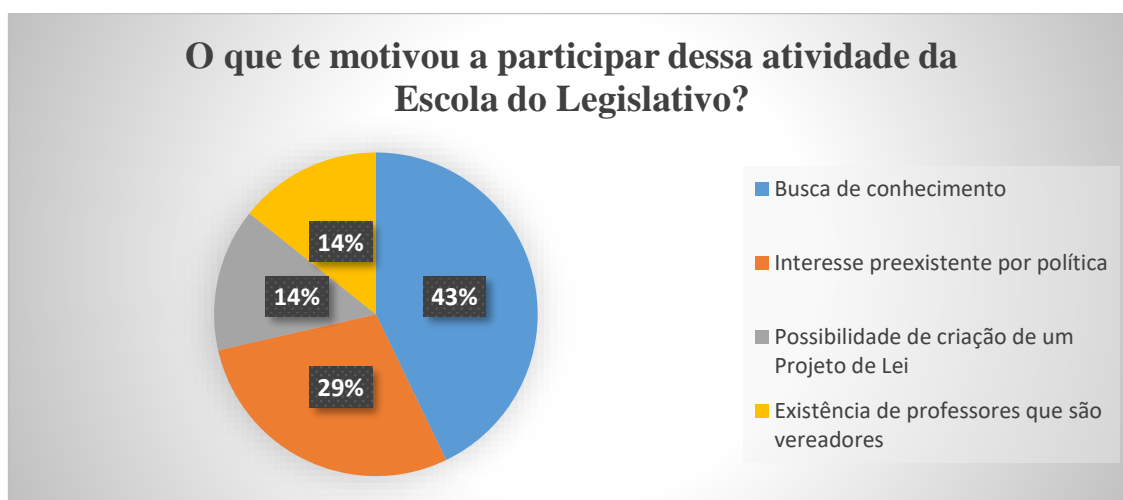
A próxima pergunta aberta foi uma indagação sobre o que os motivou a participar da atividade da Escola do Legislativo e cabe também trazer as repostas abaixo:

- “A criação de um projeto de lei, que poderia beneficiar os jovens”
- “A oportunidade de aprender mais e colaborar”
- “Vi ali uma oportunidade de ampliar meus conhecimentos e de fato me apaixonei pelos projetos”
- “O interesse por política e pela melhoria da cidade e dos cidadãos
- “Meu interesse por política”
- “Meus professores, que são vereadores”

- “Curiosidade”

Pela análise, entendemos que são várias as razões que motivam alguém a participar das atividades da Escola do Legislativo, sendo que nas respostas apresentadas aparece uma motivação maior pela busca de conhecimento (em três respostas, aproximadamente 43%), seguida pelo interesse preexistente por política (em duas respostas, aproximadamente 29%) e, após, pela possibilidade de criação de um Projeto de Lei (em uma resposta, aproximadamente 14%) bem como da existência de professores que são vereadores (em uma resposta, aproximadamente 14%).

Gráfico 24 - Motivação para participar da Escola do Legislativo



Percebemos que o que mais motivou os participantes a se envolverem nas atividades da Escola do Legislativo foi realmente se informar melhor sobre o funcionamento geral da política e do Poder Legislativo, mas também não podemos ignorar a forte presença de estudantes que entram na Escola do Legislativo por já terem interesse por político e, inclusive, pensarem em seguir uma futura carreira política como veremos pelas respostas obtidas na próxima pergunta.

Questionou-se, então, o que os participantes pretendiam fazer com o conhecimento adquirido sobre o Poder Legislativo e as respostas apresentadas foram as seguintes:

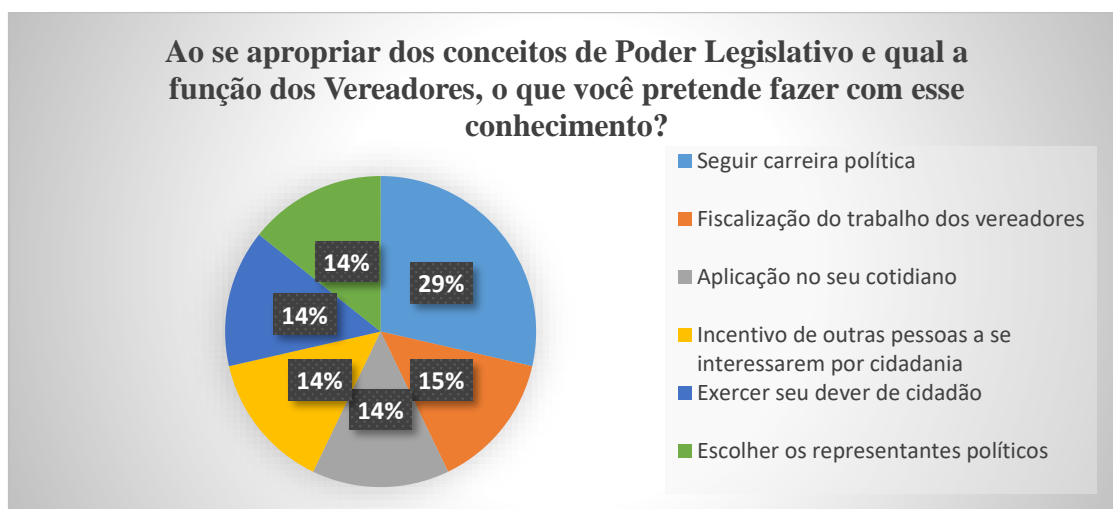
- “Ver se realmente os vereadores cumprem esse papel da maneira correta”
- “Aplicar na minha vida e na minha área que é empreendedorismo”

- “Não só pretendo como faço! Em meus trabalhos escolares minhas críticas estão sempre voltadas para nosso país, nosso Estado e nossa cidade. E quanto ao futuro, pretendo seguir carreira política”
- “Com certeza incentivar outras pessoas a se interessarem pelos direitos cidadãos e a participar deste projeto”
- “Aplicar em uma possível candidatura”
- “Colocá-los em prática na hora de escolher meus representantes políticos”
- “Utilizar para exercer meu dever como cidadão”

Nesse sentido, percebemos que a intenção dos participantes quanto ao conhecimento adquirido na Escola do legislativo é, também, bastante diversa havendo nessas respostas recebidas certo predomínio do interesse em seguir carreira política (em duas respostas, aproximadamente 29%). Resultado esse que coincide com o que Cosson (2015) concluiu sobre o Programa Estágio-Visita em sua pesquisa sobre como os participantes enxergam e tratam referido Projeto, como um mero estágio para preparo de uma futura carreira política.

As outras intenções aparecem cada em uma resposta apresentada (aproximadamente 14%) e são elas: a fiscalização do trabalho dos vereadores; a aplicação no seu cotidiano; o incentivo de outras pessoas a se interessarem por cidadania; para exercer seu dever de cidadão; e, para escolher os representantes políticos. Embora essas demais respostas apareçam com um modo de expressão diferente, todas elas caminham num mesmo sentido e revelam uma preocupação, a de bem exercer a cidadania.

Gráfico 25 - Intenção com o conhecimento adquirido na Escola do Legislativo

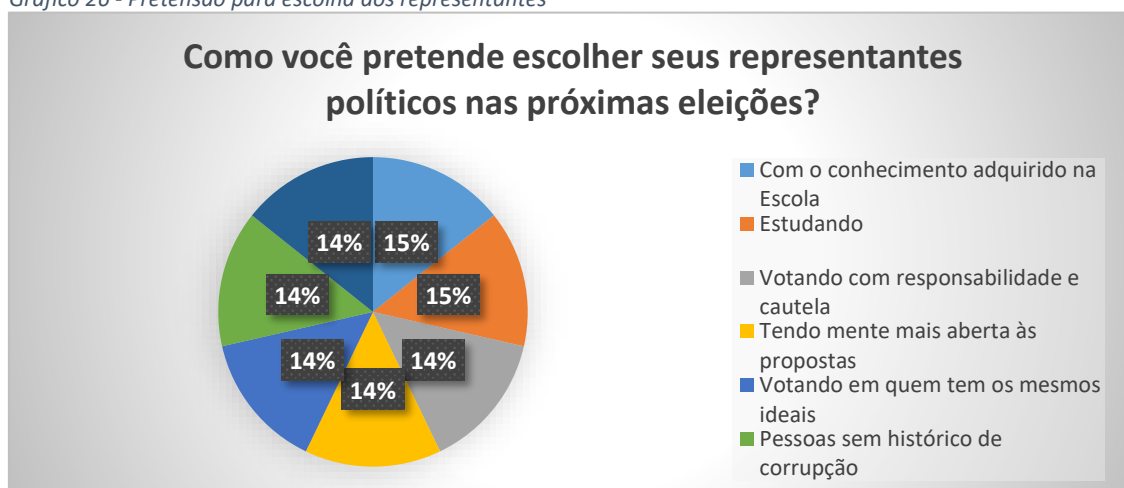


Por fim, a última pergunta elaborada aos participantes foi como eles pretendem escolher seus representantes nas próximas eleições e as respostas foram variadas como se pode observar abaixo:

- “De acordo com os conhecimentos adquiridos com a participação dos projetos da escola do legislativo”
- “Estudando”
- “Votando com responsabilidade, cautela e posso dizer que mesmo após as eleições terem acabado, o trabalho continua! Como cidadã meu papel será exigir de quem eu escolhi para representar!”
- “Tendo uma mente mais aberta a propostas e a concretizar as ideias expostas”
- “Primeiramente apontando meus ideais, para que então dirija meu voto a quem mais me identifico”
- “Pessoas com históricos sem corrupção”
- “Com um olhar crítico e sincero. Sempre exigindo o que se deve ser exigido de um representante público”

Observamos que nesse último questionamento cada aluno respondeu de uma maneira (cada resposta teve uma incidência de aproximadamente 14%), não havendo muita coincidência na forma de expressão, mas todas respostas demonstrando a consciência da importância do voto por meio da preocupação de eleger bons representantes seja por meio do conhecimento adquirido na Escola, pelo estudo, pelo voto com responsabilidade e cautela, por estar mais aberta às propostas, por votar em quem tem os mesmos ideais ou em pessoas sem histórico de corrupção e pelo voto com pensamento crítico.

Gráfico 26 - Pretensão para escolha dos representantes



8. CONCLUSÕES – As percepções que ficam sobre Escolas do Legislativo.

Na visão de seus participantes, qual o papel das Escolas do Legislativo no incentivo à cidadania e participação democrática a seu público-alvo num contexto de desenvolvimento que condiciona a cultura política e viabiliza a existência dessas Escolas? A análise das Escolas do Legislativo da Região Geográfica Imediata de Itajubá não nos traz uma resposta definitiva sobre a questão colocada, no entanto, nos leva a percepções importantes sobre as atividades de educação para a cidadania desenvolvidas por essas Escolas.

Com a presente pesquisa, demos um pequeno passo no sentido de aprofundar o conhecimento sobre as Escolas do Legislativo, instituições relativamente novas e ainda pouco conhecidas, que surgem em virtude e nesse contexto de desenvolvimento que vivemos, apresentando como função, entre outras, a transmissão de conhecimento político e aproximação do Poder Legislativo à população visando uma mudança de longo prazo em nossa sociedade para que se instale uma cultura mais participativa.

Como hipótese, então, estabelecemos que as Escolas do Legislativo exercem um papel importante de incentivo à cidadania e participação democrática e para a confirmação ou refutação dessa hipótese escolhemos avaliar por meio da visão dos participantes dessas Escolas.

A amostra obtida é pequena em comparação à quantidade de Escolas do Legislativo hoje existentes no país devido às limitações naturais de qualquer pesquisa. Mesmo assim, com base em toda a pesquisa bibliográfica realizada, nas observações realizadas e nas respostas obtidas aos questionários aplicados, foi possível chegar à algumas importantes conclusões sobre o funcionamento das Escolas do Legislativo em nosso contexto de desenvolvimento e sobre a visão dos participantes acerca dessas Escolas, sobre as quais passaremos a discorrer abaixo.

Conclusões essas que ficam como ensinamento para a vida e geram indagações que ficam para o futuro, podendo subsidiar outras pesquisas que serão citadas abaixo considerando não ser possível adentrar profundamente em tantos temas devido às limitações desta pesquisa. A maior contribuição desta pesquisa consiste em desmistificar a hipótese de que a Escola do Legislativo é fundamental para a cidadania, percebendo que ela funciona numa dualidade de condições específicas de como funciona em cada gestão.

Uma constatação a qual foi possível chegar de maneira indiscutível foi a predominância das atividades de educação para a cidadania, em detrimento das atividades

de capacitação dos servidores, nas Escolas do Legislativo da região geográfica analisada, com forte, para não dizer quase que exclusiva, presença do Projeto Parlamento Jovem realizado em parceria com a Assembleia de Minas Gerais. Até em municípios onde não existem as Escolas do Legislativo e se tentou iniciar a atividade das Escolas, o primeiro passo foi por meio desse Projeto.

Percebemos, então, que muitas vezes as Câmaras Municipais se envolvem no Projeto Parlamento Jovem e, depois, acabam ampliando seus projetos. Isso demonstra a importância da influência da Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais sobre as Câmaras Municipais no interior do estado no incentivo ao desenvolvimento e atividades voltadas para educação cidadã.

Percebemos como relevante esse trabalho de educação para a democracia em nosso país que, conforme Souza (2009), só percebe o dinheiro e suas materializações deixando de enxergar outras realidades possíveis de se viver, assumindo como única opção a que nos é imposta e nos guiando por ideias formuladas por outros ao tomar decisões “(...) tanto mais quanto menos temos consciência delas” (SOUZA, 2009, p. 39).

De acordo com Souza (2009, p. 39), o mito da identidade brasileira nos faz lidar com complacência diante dos nossos claros problemas sociais ao pensar que, embora tenhamos tantas mazelas, temos vantagem diante de outros povos por nossa “cordialidade, simpatia e calor humano”. Esse mito da cordialidade nos traz a aversão a qualquer maneira de conflito e crítica, argumentando o autor que:

Isso é verdade mesmo em contextos nos quais o conflito e a crítica são as condições para quaisquer ações produtivas como no universo da política e do debate acadêmico e intelectual, conforme veremos em maior detalhe a seguir. Por conta disso nosso debate acadêmico e político é tão pobre e tão pouco crítico. A aversão ao conflito é o núcleo da nossa “identidade nacional”, na medida que penetrou a alma de cada um de nós de modo afetivo e incondicional (SOUZA, 2009, p. 39).

Outra impressão que nos fica de maneira muito forte diante dessa pesquisa realizada em uma região geográfica com presença predominante de cidades de pequeno porte, é a confirmação da pequena capilaridade atingida pelas Escolas do Legislativo embora já exista um número bastante significativo dessas instituições.

Em nosso estudo, constatamos que em uma região com catorze municípios, apenas três deles possuem Escola do Legislativo em funcionamento no momento. Mesmo assim, em um desses municípios, pela falta de resposta ao questionário e conversa

telefônica estabelecida, nos pareceu que a Escola do Legislativo tem uma estrutura bastante pequena e não desenvolve muitos projetos.

Nos outros municípios, não se sabe sobre Escola do Legislativo, nunca tiveram interesse em desenvolver atividades nesse sentido ou até já pensaram, mas não possuem estrutura suficiente para tal. Em alguns municípios, inclusive, já tentaram desenvolver essas atividades e criar Escolas do Legislativo, porém a tentativa não conseguiu ter sucesso e se manter.

O alcance obtido pelas Escolas do Legislativo, portanto, acaba sendo ainda muito pequeno e insuficiente para uma mudança mais significativa na nossa estrutura de sociedade e no modelo de desenvolvimento de modo que possa gerar uma cultura mais participativa e democrática.

Isso não significa, de maneira nenhuma, desprezar ou diminuir a importância do trabalho desenvolvido pelas Escolas do Legislativo, muito pelo contrário, reconhecemos a importância de qualquer atividade favorável à participação democrática, à cidadania e à valorização dos conceitos democráticos. Visualizamos, no entanto, que mesmo com um nobre esforço nesse sentido, sendo sim um pequeno passo no incentivo à participação política, os efeitos são ainda tímidos devido ao alcance que as Escolas do Legislativo conseguem atingir no momento.

Além disso, foi possível perceber que o maior objetivo dos participantes ao se envolverem nas atividades da Escola do Legislativo é de se informar sobre o funcionamento geral da política e do Poder Legislativo, mas também foi possível perceber uma forte presença nas Escolas do Legislativo de jovens que já possuíam interesse por política anteriormente e, justamente, por isso se envolveram nessas atividades das Escolas do Legislativo, pensando inclusive em estar mais preparados para uma futura candidatura e carreira política.

É importante sim se preparar para seguir carreira política e buscar conhecimento. Sem dúvida, isso contribui para um futuro governo com mais qualificação e preparação de nossos representantes, porém, isso não muda a estrutura de sociedade já existente onde alguns que já se interessam por política buscam por conhecimento e outros que não se interessam continuam sem se envolver.

Também percebemos uma presença maior de alunos provenientes da rede privada de ensino e diante dessas observações concluímos no mesmo sentido do pensamento de Jessé Souza quando defende que “o que os pais, ou figuras que os substituem, transmitem aos filhos, quer tenham consciência disso ou não, é toda uma

visão de mundo e de “ser gente” que é peculiar à classe que pertencem” (SOUZA, 2009, p. 45).

Pensando nessa intenção de informar sobre política e Poder Legislativo bem como de informar para a preparação de uma futura carreira política, ou seja, nesse sentido de transmissão de conceitos, consideramos que as atividades das Escolas do Legislativo têm sucesso e se mostram relevantes para a formação de cidadãos com maior conhecimento político e para o melhor preparo dos nossos futuros representantes políticos.

É inegável que maior conhecimento gera maior capacidade e condições para acessar, compreender e usar as informações disponíveis hoje pelos diversos meios de comunicação assim como melhores condições de desempenhar com mais eficiência e transparência um cargo público.

Nossa preocupação, no entanto, reside em questionar se uma educação assim transmissiva de conceitos sem provocar um pensamento mais reflexivo seria suficiente para a formação política de um indivíduo e para gerar um efeito mais permanente de incentivar a participação política.

Assim como nossa preocupação reside em pensar se as Escolas do Legislativo, assim como outros ambientes educacionais, não seriam instituições de reafirmação do nosso modelo excludente e agressivo de desenvolvimento e de replicação de um discurso violento de convencimento, imposição e inculcação.

Nesse sentido, perceberíamos a Escola do Legislativo como aparelho ideológico de estado tendo em vista que ensinar o outro não deixa de ser um ato de “colonização” pois você faz o outro olhar para o mundo sob o seu jeito de ver e pensar politicamente a nossa sociedade.

Devemos lembrar dos ensinamentos trazidos por Jessé Souza (2009) mostrando que vivemos um economicismo tão hegemônico que se apresenta como única linguagem social conhecida por todos causando a invisibilidade da sociedade e de seus conflitos. É importante tentar enxergar além desse raciocínio que abstrai os indivíduos do seu contexto social e nos faz considerar a escola como “remédio para todos os males de nossa desigualdade” (SOUZA, 2009, p. 17). Conforme o autor:

(...) a escola, pensada isoladamente e em abstrato, vai apenas legitimar, com o “carimbo do Estado” e anuência de toda a sociedade, todo o processo social opaco de produção de indivíduos “nascidos para o sucesso”, de um lado, e dos indivíduos “nascidos para o fracasso” de outro. Afinal o processo de competição social não começa na escola, como pensa o economicismo, mas já

está, em grande parte, pré-decidiado na socialização familiar pré-escolar produzida por “culturas de classe” distintas (SOUZA, 2009, p. 18).

Questionamentos esses que nos levam cada vez mais a pensar que a formação política mais efetiva e significativa de um cidadão acontece dentro dos movimentos sociais, onde, de fato, acontece uma reflexão mais aprofundada sobre nossa sociedade e nossos problemas sociais gerando, assim, um impulso no sentido de buscar mudanças e quebrar paradigmas.

Nesse pensamento, as Escolas do Legislativo possuem caráter instrumental, não implicando o sujeito numa condição de pensamento social, como acontece nos movimentos sociais. A Escola do Legislativo, então, possui caráter informativo, por isso acreditamos que quando mandamos perguntas não obtemos respostas, não existe interesse em responder. Quando existe uma preocupação social, quando estão presentes relatos de vida e experiências as pessoas se interessam mais.

Aliás, nesse ponto da dificuldade de obtenção de respostas e da não participação, cabe pensar que a própria estrutura do Poder Legislativo é, de modo velado, senão impeditiva pelo menos dificultadora da participação. Essa dificuldade de conseguir respostas também demonstra o grau de envolvimento das pessoas com o Poder Legislativo, que atualmente enfrenta um profundo desgaste perante a opinião pública.

É importante refletir, com base na análise das distintas nuances de desenvolvimento, que um país “desenvolvido” seria um Estado público que atende ao interesse coletivo e não apenas ao interesse privado. Seria, portanto, obrigação do Poder Legislativo garantir esse Estado público e não defender e negociar interesses privados.

Percebemos que as Escolas do Legislativo não tocam nesses pontos mais polêmicos e controversos de nossa sociedade política, restringindo-se a transmitir conceitos. Por esse motivo consideramos tais Escolas instrumentais, nos permitindo, ainda, pensá-las como instrumentos funcionais criados para satisfazer interesses particulares dos parlamentares, e do Poder Legislativo em geral, em retomar sua influência e superar o desgaste social que vem sofrendo.

Nesse sentido, podemos pensar que os patamares superiores de direção do Poder Legislativo emitem ordem para criação das Escolas Legislativas como um instrumento de reaproximação com a sociedade de forma a retomar a imagem positiva e desconstruir a imagem negativa que possui hoje referido Poder.

Características todas essas que deixam a Escola do Legislativo, a nosso ver, um pouco distante de uma perspectiva libertadora e emancipadora de educação que vise causar uma revolução na sociedade.

Nossa pesquisa não teve a intenção de investigar o surgimento das Escolas do Legislativo, no entanto, ao longo do processo de investigação realizado pudemos pensar que referidos ambientes educacionais surgem no âmbito do Poder Legislativo como sintoma de uma sociedade com fraca cultura política, ou seja, como elemento da não participação social decorrente, primordialmente, de um projeto de governança que se instaura na ditadura militar (1964-1984) que sufocou os movimentos sociais. Entendemos que em uma sociedade com cultura de forte participação política não seria necessária uma estrutura como as Escolas do Legislativo.

Pensando, ainda, o interesse na participação, presenciamos um forte movimento participativo por parte de eleitores que não aceitavam o resultado das eleições para destruição dos Poderes da República no dia 08 de janeiro de 2023, quando membros da sociedade civil invadiram e depredaram prédios públicos. Movimento participativo esse que foi convocado pelas redes sociais, o que nos leva a pensar que existe uma formação política com grande capilaridade acontecendo nas redes sociais. Fenômeno esse que não nos cabia adentrar agora, mas gera um questionamento interessante que pode subsidiar futuras pesquisas. Esses espaços das redes sociais tornam-se um objeto de estudo interessante para se analisar outros processos formativos no campo da política em que o fenômeno das “*fake news*” se apresentam como nova modalidade de produção da verdade (REIS & RODRIGUES, 2022).

Muito embora tenhamos essa visão questionadora, a visão geral dos participantes das Escolas do Legislativo assim como de seus dirigentes, demonstrada pelas respostas obtidas é a de que tais Escolas alcançam as finalidades de promover aproximação da população ao Poder Legislativo e de transmissão de princípios democráticos e conhecimento sobre o processo político.

É unânime também, pelas respostas obtidas, o pensamento de que a passagem pela Escola do Legislativo aumenta o interesse pelo processo político como um todo e gera um sentimento de busca por mais conhecimento político para contribuir com a sociedade na cobrança e fiscalização dos atos políticos.

Os participantes demonstram claramente, por suas respostas, terem consciência, especialmente após sua passagem pela Escola do Legislativo, da importância do voto, da participação e da importância de seu papel como cidadão.

Embora reconheçamos a importância desse efeito das Escolas do Legislativo nos seus participantes, temos dúvida se os mecanismos de incentivo à participação popular disponibilizados pela Escola do Legislativo sejam suficientes para desencadear uma mudança significativa na cultura participativa de nossa sociedade e no nosso modelo de desenvolvimento.

Diante de todo o exposto, fica mais um questionamento que nos permitimos deixar para subsidiar futuras pesquisas: se a formação política mais concreta da sociedade brasileira não acontece nas Escolas do Legislativo, onde está o grande volume dessa participação política brasileira?

Como já citado anteriormente, outras questões que nos permitirmos não adentrar profundamente e deixamos como possibilidade de uma futura pesquisa são: uma análise mais aprofundada de por qual motivo apenas quatro cidades da região estudada possuem Escolas do Legislativo; investigar o motivo das Escolas do Legislativo manterem o foco em estudantes do ensino básico e médio distanciando-se de estudantes do ensino superior e outros grupos sociais.

Por fim, outro tema que não foi possível aprofundar no momento, mas fica para explorar-se futuramente é a realização de uma análise da produção do Poder Legislativo dentro dessas Escolas do Legislativo tendo em vista que já se torna possível identificar nesta pesquisa como o referido espaço se encontra parcialmente constituído numa lógica de governança.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Robson Souza de. **Escolas do Legislativo instituídas nos municípios da Região do Sul de Minas: constituição, resultados e significados**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) - Centro Universitário do Sul de Minas (UNIS). Varginha, 2022.

ARAÚJO, Angélica Lyra de. **Cultura e Capital Social: Influências na participação política brasileira**. Cadernos CERU, serie 2, v. 23, n.1, junho de 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/51601/55660>> Acesso em: 28 fevereiro de 2023.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução por Roberto Raposo. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2007.

ARENDT, Hannah. **A crise na educação**. In: Entre o passado e o futuro. Tradução por Mauro W. Barbosa. 7ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 221-247.

ARRIGHI, Giovanni. **A Ilusão do Desenvolvimento**. Tradução por Sandra G. T. Vasconcelos. 6ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Parlamento Jovem de Minas Gerais**. Disponível em: <Parlamento Jovem de Minas - Assembleia de Minas (almg.gov.br)>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas-SP: Papius. 1994.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo**. Tradução por Marco Aurélio Nogueira. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: CATANI, A.; NOGUEIRA, M. A. (org). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BURITY, Joanildo. **Cultura e desenvolvimento**. In: NUSSBAUMER, Gisele Machiori (org.). *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 51-65.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ. **Resolução nº 946, de 17 de julho de 2013**. Cria, no âmbito da Câmara Municipal de Itajubá, a Escola do Legislativo Professora Eraídes Rabelo e dá outras providências. Itajubá, 2013. Disponível em: <<https://www.legislacaodigital.com.br/Itajuba-MG/Resolucoes/946>> Acesso em: 13 de outubro de 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ. **Resolução nº 002, de 19 de janeiro de 2017**. Cria a Escola do Legislativo de Maria da Fé, no âmbito da Câmara Municipal de Maria da Fé, e dá outras providências. Maria da Fé, 2017. Disponível em: <<https://mariadafe.siscam.com.br/ProjetosResolucao/2-2017>> Acesso em: 13 de outubro de 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS. **Resolução nº 350, de 11 de outubro de 2017**. Dispõe sobre a criação da Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Paraisópolis, 2017. Disponível em: <<https://www.paraisopolis.mg.leg.br/legislacao/pesquisa>> Acesso em: 13 de outubro de 2022.

CASTRO, Lúcia Rabelo. Participação Política e Juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Revista de Sociologia e Política**. V. 16, Nº 30: 253-268. Jun. 2008.

CHAUÍ, MARILENA. **Cultura e Democracia**. *Crítica y Emancipación*, (1): 53-76, junio 2008.

COMARELLA, Carla Bueno; OLIVEIRA, Rafael Felipe de. **A Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo: diagnóstico sobre retenção de alunos e gestão**

das atividades. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Públicas) - Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2018.

COSSON, Rildo. **Escolas do legislativo, escolas de democracia.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008.

COSSON, Rildo. **Letramento político no legislativo: a experiência do programa Estágio-Visita.** Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

DOWBOR, Ladislau. **Democracia Econômica Alternativas de gestão social.** Jul. 2012. Disponível em: <<https://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/12-DemoEco1.doc>> Acesso em: 06 de julho de 2022.

DOWBOR, Ladislau. **O fim da farsa: o fluxo financeiro integrado.** Jun. 2018. Disponível em: <<https://dowbor.org/wp-content/uploads/2018/10/18-O-fim-da-farsa.docx>> Acesso em: 13 de junho de 2022.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local?** Imperatriz, MA: Ética, 2016.

DOWBOR, Ladislau. **Resgatar a função social da economia. Uma questão de dignidade humana.** Mar. 2022. Disponível em <<https://dowbor.org/2022/04/resgatar-a-funcao-social-da-economia-uma-questao-de-dignidade-humana.html>> Acesso em: 13 de junho de 2022.

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?** In A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Set. 2005. pp.133-168. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/eventos/destaques/escobar-natureza>> Acesso em: 13 de junho de 2022.

FONSECA, Rodrigo. **“Tecnologia e Democracia.”** In: Tecnologias Sociais: Caminhos para a sustentabilidade. Aldalice Otterloo [et al.]. Brasília - DF: s.n, 2009.

FOUREZ, Gérard. **A Construção das Ciências: Introdução à filosofia e à ética das ciências**. Tradução por Luiz Paulo Rouanet. São Paulo, SP - Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Nicole Pilagallo da Silva Mader. **O risco da crise do Poder Legislativo para o Estado Democrático de Direito: A necessária reconstrução da esfera pública, o resgate do político e a reformulação da democracia**. Revista Direitos Fundamentais e Democracia. Unibrasil – Faculdades Integradas do Brasil. Curitiba – PR. 2009. Disponível em: <
<https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/229/222>>
Acesso em: 29 de setembro de 2021.

HÖFLING, E. M. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos Cedes, a. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017**. IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

LATOURE, Bruno. **Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas**. Tradução por Jamille Pinheiro Dias. Editora 34, 2016.

LAZARETTI, Paulo Augusto. **Conhecimento e Capacitação para a prática legislativa: um estudo sobre as atividades da Escola do Legislativo de Araraquara**. Dissertação (Mestrado em Gestão das Organizações e Sistemas Públicos) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2019.

LEMO, Marcelo Verly de. **Escolas do legislativo municipais como locus de ações de educação para a democracia voltadas ao letramento político: a visão de dirigentes e cidadãos friburguenses politicamente participativos**. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

MAKARENKO, Anton. **Poemas Pedagógicos**. Ed. Horizonte, 1976.

MARQUES JÚNIOR, Alaôr Messias. **Educação Legislativa: As Escolas do Legislativo e a Função Educativa do Parlamento**. Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento. E-Legis, n. 03, 2009. p. 73 – 86. Disponível em: <<https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/23/19>> Acesso em: 29 de setembro de 2021.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. MARTINS, Ligia Márcia. **Contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica para a formação de professores**. Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 7, n. 1, p. 8-25, jun. 2015.

MEDEIROS, C. B., GALVAO, C. E. de S., CORREIA, S., GOMEZ, C., CASTILLO, L. **Inovação social além da tecnologia social: constructos em discussão**. RACE - Revista De Administração, Contabilidade E Economia, 16(3), 957–982. Disponível em: <<https://doi.org/10.18593/race.v16i3.13606>> Acesso em: 06 de junho de 2022.

MELO, William Maximiliano Carvalho de. **As Escolas do Legislativo no Contexto de Modernização do Parlamento Brasileiro: Um Estudo de Casos Múltiplos: EL-ALMG, CEFOR, ILB-Interlegis**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. São

Paulo – SP, 2015. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100138/tde-01092015-163659/pt-br.php>> Acesso em: 29 de setembro de 2021.

MENDONÇA, R. F.; CUNHA, E. S. M. **Relatório de Aprimoramento de Eventos da ALMG**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2012. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/6821/1/6821.pdf>> Acesso em: 29 de setembro de 2021.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

NIEDERLE, P. A. e RADOMSKY, G. F. W. (Organizadores). **Introdução às teorias de desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad101.pdf>> Acesso em: 20 de junho de 2022.

NORRIS, Pippa. *Young People and Political Activism: From the Politics of Loyalties to the Politics of Choice?* 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/237832623_Young_People_Political_Activism> Acesso em: 21 de fevereiro de 2022.

OLIVEIRA, Gilson Batista. **Uma discussão sobre o desenvolvimento**. Revista da FAE, Curitiba, v.5, n.2, p. 37 – 48. Maio\Agosto, 2002.

PIMENTA, C. A. M. **TENDÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO: Elementos para reflexão das dimensões sociais na contemporaneidade**, In: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté, SP, UNITAU, 2014. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1471>> Acesso em: 21 de junho de 2022.

PISTRAK, M.M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. Tradução Daniel Aarão Reis Filho. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 5 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RAYNAUT, C. **Interdisciplinaridade**: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos. IN: PHILIPPI Jr, A.; SILVA NETO, A. J. Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação. Barueri, SP: Manole, 2011. (p. 69-105).

REIS, Magali & RODRIGUES, Rogério (Org). **Pós-Verdade e Educação**. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos (EDUFSCAR, 2022).

RIBEIRO, Guilherme Wagner. **A educação legislativa é uma resposta à crise do Parlamento?** Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento. E-Legis, n. 06, p. 96 – 103. 2011. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/6224>> Acesso em: 29 de setembro de 2021.

SANTOS, Moacir J.; CARNIELLO, Monica F. **História do desenvolvimento: limites de um campo de pesquisa**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté – SP, vol. 10, n. 3 (número especial), p. 67-88, set. 2014. Disponível em: <<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1472>> Acesso em: 21 de junho de 2022.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro, Garamond. 2004.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SCHERER-WARREN. **Redes de Movimentos Sociais**. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

SILVA, Carolina Thadeu Mello. **A construção da cidadania no Brasil: histórico, desafios e caminhos.** 2019. 66f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto de Ciências da Sociedade de Macaé, Universidade Federal Fluminense, 2019.

SILVA, Hérika Cardoso da. **Democracia e Cidadania: abordagem crítica sobre a atuação das escolas do legislativo no município de Manaus – AM.** Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Manaus-AM, 2021.

SIMON, Vanessa Pereira. **Economia Feminista, Economia Social e Solidária, paradigma paraeconômico: repensando o paradigma hegemônico e a importância das mulheres.** Textos de Economia, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 1-29, jan./jul., 2020. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 2175-8085. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2175-8085.2020.e71451>> Acesso em: 20 de julho de 2022.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive.** Colaboração de André Grillo et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **A economia feminista e a crítica ao paradigma econômico predominante.** Temáticas, v. 26, n. 52, p. 135-166, 2018. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11706>> Acesso em: 23 de julho de 2022.

VENTURINI, Tomasso. Diving in Magma: how to explore controversies with actor-network theory. **Public Understanding of Science**, v. 19, n. 3, p. 258-273, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/240718772_Diving_in_magma_How_to_explore_controversies_with_actor-network_theory>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

VIEIRA, E. T. & SANTOS, M. J. **Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. v. 8, n. 2, p. 344-369, mai-ago/2012, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/679>> Acesso em 20 de junho de 2022.

WIRTH, Leo; HAMEL, Marcio Renan. **Democracia Participativa e Desenvolvimento**. Revista Desenvolvimento em questão. Editora Unijuí, Ano 4, n. 7: p. 153 - 158. jan./jun, 2006.

WOOD JR. Thomas. **Mudança Organizacional**. 5ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

ZACARIAS, Eli Alvez. **A educação para democracia: análise das Escolas dos Legislativos na região metropolitana de Ribeirão Preto**. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas) - Universidade Estadual Paulista (UNESP/Franca). Franca, 2019.

ZAMABAM, N.J.; KUJAWA, H.A. **As políticas públicas em Amartya Sen: condição de agente e liberdade social**. Revista Brasileira de Direito, Passo Fundo, vol. 13, n. 1, p. 60-85, Jan-Abr. 2017. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1486>> Acesso em: 13 de junho de 2022.

ZEIFERT, Anna Paula Bagetti. **Pensar as políticas públicas a partir do enfoque das capacidades: justiça social e respeito aos direitos humanos**. Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas – Unifafibe. V. 7, N. 1, 2019.

ZEIFERT, A. P. B.; CENCI, D. R.; MANCHINI, A. **A justiça social e a agenda 2030: políticas de desenvolvimento para a construção de sociedades justas e inclusivas**. Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (Unifafibe), v. 8, n. 2, p. 30-52, 2020.

APENDICE A - QUESTIONÁRIO PARA OS DIRIGENTES DAS ESCOLAS DO LEGISLATIVO

1. Você é dirigente da Escola do Legislativo da Câmara Municipal de qual município?

2. A Escola do Legislativo de sua Câmara Municipal está ativa? Se não, por qual motivo?

3. A Escola do Legislativo possui projeto pedagógico estruturado?

Sim Não

4. Quais públicos são atendidos pela Escola do Legislativo?

Servidores Públicos

Agentes Políticos

Estudantes do Ensino Fundamental

Estudantes do Ensino Médio

Estudantes Universitários

Idosos

Público em geral

Outros _____

5. Quais atividades são desenvolvidas pela Escola do Legislativo no momento? Quantos participantes frequentam cada atividade e quantos desistiram? Por favor, classifique essas atividades em capacitação de servidores, educação para cidadania ou outras.

(Por exemplo: Parlamento Jovem - 20 participantes – 03 desistentes - educação para cidadania)

6. Quais atividades foram desenvolvidas pela Escola do Legislativo no ano passado? Quantos participantes frequentaram cada atividade e quantos desistiram? Por favor, classifique essas atividades em capacitação de servidores, educação para cidadania ou outras.

(Por exemplo: Parlamento Jovem - 20 participantes – 03 desistentes - educação para cidadania)

7. Como é feita a seleção dos participantes dos projetos desenvolvidos pela Escola do Legislativo?

8. Você percebe muita desistência dos estudantes ao longo do desenvolvimento das atividades da Escola do Legislativo? Se sim, por qual motivo na sua opinião?

() Sim () Não Motivo:_____

9. Você percebe um aumento do interesse pela participação democrática dos alunos após sua passagem pelas atividades da Escola do Legislativo? Se sim, de que forma você percebe esse interesse?

10. Você já percebeu algum participante da Escola do Legislativo que posteriormente, de alguma forma, continua participando das atividades da Escola ou da Câmara Municipal?

() Sim () Não

11. Você considera serem suficientes os mecanismos de incentivo à participação popular disponibilizados pela Escola do Legislativo?

() Sim () Não

12. Você considera que a Escola do Legislativo alcança sua finalidade de promover aproximação da população ao Poder Legislativo?

() Sim () Não

13. Você considera que a Escola do Legislativo alcança sua finalidade de transmissão de princípios democráticos e conhecimento sobre o processo político?

() Sim () Não

**APENDICE B - QUESTIONÁRIO PARA OS PARTICIPANTES DAS
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ESCOLAS DO LEGISLATIVO**

01. Você participa ou participou de qual atividade da Escola do Legislativo? E em que ano?

02. Na época de sua participação na Escola do Legislativo, qual era sua idade?

03. Na época de sua participação na Escola do Legislativo, você era estudante do ensino fundamental, médio, superior ou outro?

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Ensino Superior
- Outros _____

04. Você se autodeclara?

- Amarelo (a)
- Branco (a)
- Indígena
- Negro (a)
- Pardo (a)
- Quilombola
- Prefiro não dizer
- Outros _____

05. Qual seu gênero?

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não dizer
- Outro _____

06. Qual a renda mensal aproximada da sua família?

- Até 01 salário mínimo
- Mais de 01 salário mínimo e menos de 02 salários mínimos
- Mais de 02 salários mínimos e menos de 03 salários mínimos
- Mais de 03 salários mínimos e menos de 05 salários mínimos
- Mais de 05 salários mínimos e menos de 10 salários mínimos

Acima de 10 salários mínimos

Outros _____

07. Você frequenta (ou frequentava na época de sua participação na Escola do Legislativo) uma instituição pública ou particular de ensino?

Instituição Pública de Ensino Instituição Particular de Ensino

08. Você já tinha ido à Câmara Municipal antes de sua participação na Escola do Legislativo?

Sim Não

09. Você conhecia as atividades desempenhadas pelos Vereadores e pelo Poder Legislativo, de maneira geral, antes de sua passagem pela Escola do Legislativo?

Sim Não

10. E depois de passar pela Escola do Legislativo, você conhece a função do Poder Legislativo e dos Vereadores?

Sim Não

11. Você tinha interesse pelos assuntos do seu bairro e da sua cidade antes de passar pela Escola do Legislativo?

Sim Não

12. E depois de passar pela Escola do Legislativo, você tem mais interesse pelos assuntos da sua comunidade?

Sim Não

13. Depois de passar pela Escola do Legislativo, você acompanhou a tramitação de alguma matéria na Câmara Municipal? (pessoalmente, por rádio\TV, internet, jornal ou outros)

Sim Não

14. Após sua passagem pela Escola do legislativo você entende melhor o funcionamento e a relação entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário?

Sim Não

15. Você compartilhou o seu conhecimento e experiência adquiridos na Escola do Legislativo com alguém (por exemplo familiares, amigos, colegas ou outros)?

Sim Não

16. Você acha que sua participação na Escola do legislativo despertou ou ampliou seu interesse pelo processo político?

Sim Não

17. Você considera importante a existência de uma Escola do Legislativo?

() Sim () Não

18. Você considera que a Escola do Legislativo alcança sua finalidade de promover aproximação da população ao Poder Legislativo?

() Sim () Não

19. Você considera que a Escola do Legislativo alcança sua finalidade de transmissão de princípios democráticos e conhecimento sobre o processo político?

() Sim () Não

20. Você acredita que as atividades da Escola do Legislativo despertaram em você um pensamento mais reflexivo sobre o funcionamento da nossa sociedade e os problemas sociais?

() Sim () Não

21. Após sua passagem pela Escola do Legislativo, você se considera menos ingênuo e mais crítico?

() Sim () Não

22. Você se interessava por política antes de passar pela Escola do Legislativo?

() Sim () Não

23. E agora, após sua passagem pela Escola do Legislativo, você se interessa mais por política (responda sim ou não)? Se sim, como é esse interesse?

24. O que te motivou a participar dessa atividade da Escola do Legislativo?

25. Ao se apropriar dos conceitos de Poder Legislativo e qual a função dos Vereadores, o que você pretende fazer com esse conhecimento?

26. Como você pretende escolher seus representantes políticos nas próximas eleições?
